

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO MARANHÃO**

**PROCURADORIA GERAL DE
JUSTIÇA**

**RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES
2016**

Organização

Marco Antonio Santos Amorim

Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais

Raimundo Nonato Leite Filho

Diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão

Redação

Cláudio Marcelo Araújo Amorim

Assessor de Planejamento

Lusélias Soares Sales Lopes

Analista ministerial - SEPLAG

Shirley de Assis Serrador

Assessor Técnico - SEPLAG

Samyr de Jesus Cutrim

Chefe de Seção - SEPLAG

Supervisão editorial

Maria dos Remédios Ribeiro Dos Santos

Coordenadora de Documentação e Biblioteca

Rômollo de Sá Malta

Chefe da Seção de Editoração e Publicação**Revisão**

XXXXXXX

Projeto Gráfico

Raimundo Nonato Penha Soares

Designer gráfico

Taylinne Talia Da Silva Reis

Designer gráfico**Fotos**

Arcervo do MPMA

<https://pixabay.com/pt/>

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261, Calhau. São Luís-MA. CEP: 65.076-820 - Fone:
(98) 3219 1600 - (98) 3231 1624

Homepage: <http://www.mpma.mp.br>

Maranhão. Ministério Público.**Relatório de atividades 2016. - São Luís: Procuradoria-
Geral
de Justiça, 2017.**

236p.: il

1. Ministério Público - Maranhão - Relatório. I. Título

(812.1)

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Luiz Gonzaga Martins Coêlho
Procurador-Geral de Justiça

Francisco das Chagas Barros de Sousa
Procurador de Justiça
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

Mariléa Campos dos Santos Costa
Procuradora de Justiça
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Suvamy Vivekananda Meireles
Procurador de Justiça
Corregedor-Geral do Ministério Público

Teodoro Peres Neto
Procurador de Justiça
Subcorregedor-Geral do Ministério Público

Fabíola Fernandes Faheína Ferreira
Promotora de Justiça
Chefe de Gabinete da PGJ

Justino da Silva Guimarães
Promotor de Justiça
Assessor-Chefe da PGJ

ÓRGÃOS DE APOIO

Rita de Cassia Maia Baptista Moreira
Procuradora de Justiça
Ouvidora do Ministério Público

Ana Teresa Silva de Freitas
Promotora de Justiça
Diretora da Escola Superior do Ministério Público

CENTROS DE APOIO OPERACIONAL

Sandro Carvalho Lobato de Carvalho
Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

Luís Fernando Cabral Barreto Júnior
Promotor de Justiça
**Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente,
Urbanismo e Patrimônio Cultural**

Carlos Jorge Avelar Silva
Procurador de Justiça
**Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do
Patrimônio Público e da Probidade Administrativa**

Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf
Procuradora de Justiça
**Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e
Cidadania**

Herberth Costa Figueiredo
Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde

Paulo Silvestre Avelar Silva
Promotor de Justiça
**Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à
Educação**

Carlos Augusto Soares
Promotor de Justiça
**Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos
Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência**

José Cláudio Almada Lima Cabral Marques
Promotor de Justiça
Coordenador dos Centros de Apoio Operacional Criminal

ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS

Emmanuel José Peres Netto Guterres Soares
Promotor de Justiça
Diretor-Geral da PGJ

Marco Antonio Santos Amorim
Promotor de Justiça
Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais

Raimundo Nonato Leite Filho
Promotor de Justiça
Diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão

Carmen Lúcia Paixão Viana
Diretora da Secretaria Administrativo-Financeira

Jerusa Capistrano Pinto Bandeira
Promotora de Justiça
Coordenadora de Assuntos Estratégicos e Inteligência

Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues

Promotor de Justiça

Marcos Valentim Pinheiro Paixão

Promotor de Justiça

Klycia Luíza Castro de Menezes

Promotora de Justiça

Membros do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações

Criminosa – GAECO/MA

Roseane Brandão Pantoja

Coordenadora de Administração

Ivoneide Queiroz Santos

Coordenadora de Gestão de Pessoas

Tatiana Alves de Paula

Coordenadora de Orçamento e Finanças

Maria dos Remédios Ribeiro Dos Santos

Coordenadora de Documentação e Biblioteca

Lucina Medeiros

Coordenador de Comunicação

Alan Robert da Silva Ribeiro

Coordenador de Modernização e Tecnologia da Informação

Ana Maria Álvares Nunes do Rêgo

Coordenadora de Processos

José Ribamar Rodrigues Furtado

Coordenador de Serviços Gerais

Gilberto Duailibe Moucherek

Coordenador de Obras, Engenharia e Arquitetura

José Walter Gonçalves Silva Júnior

Coordenador da Folha de Pagamento

Vicemir Teixeira Mota Fontenelle

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Carlos Alberto Pinheiro Barros Júnior

Assessor-Chefe de Auditoria Interna

Maria Emília Martins Silva

Assessor-Chefe de Controle Interno

Walter da Conceição Andrade Braga

Assessor-Chefe da Assessoria Técnica

Lucas Araújo Duailibe Pinheiro

Assessor-Chefe da Assessoria Jurídica da Administração

SUMÁRIO

Sumário

<u>MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO</u>	<u>15</u>
<u>PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA</u>	<u>16</u>
<u>SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS</u>	<u>17</u>
<u>SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS</u>	<u>19</u>
<u>COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA</u>	<u>24</u>
<u>CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO</u>	<u>25</u>
<u>CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO</u>	<u>27</u>
<u>PROCURADORIAS DE JUSTIÇA</u>	<u>28</u>
<u>PROMOTORIAS DE JUSTIÇA</u>	<u>31</u>
<u>SECRETARIA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS</u>	<u>44</u>
<u>ASSESSORIA ESPECIAL DO PROCURADOR-GERAL</u>	<u>54</u>
<u>ASSESSORIA DE AUDITORIA INTERNA</u>	<u>56</u>
<u>ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO</u>	<u>62</u>
<u>OUTRAS ATIVIDADES</u>	<u>68</u>
<u>ASSESSORIA JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO - AJAD</u>	<u>69</u>
<u>ASSESSORIA TÉCNICA - ASTEC</u>	<u>70</u>
<u>ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO - ASPLAN</u>	<u>72</u>
<u>COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL</u>	<u>76</u>
<u>OUVIDORIA-GERAL</u>	<u>79</u>
<u>COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO</u>	<u>83</u>
<u>CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – CAOP/DH</u>	<u>89</u>
<u>CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE PROTEÇÃO AO IDOSO E À PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CAOp/PIPD</u>	<u>96</u>
<u>CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA SAÚDE – CAOP/SAÚDE</u>	<u>100</u>
<u>CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - CAOp/IJ</u>	<u>105</u>
<u>CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROBIIDADE ADMINISTRATIVA – CAOP-PROAD</u>	<u>113</u>
<u>CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO – CAOP/EDUCAÇÃO</u>	<u>117</u>
<u>CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL - CAOP CRIM</u>	<u>127</u>
<u>COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS</u>	<u>136</u>
<u>COORDENADORIA DA FOLHA DE PAGAMENTO</u>	<u>141</u>

<u>COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS.....</u>	<u>147</u>
<u>ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....</u>	<u>164</u>
<u>COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA.....</u>	<u>170</u>
<u>PROGRAMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL.....</u>	<u>175</u>
<u>DIRETORIA-GERAL.....</u>	<u>180</u>
<u>COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO.....</u>	<u>185</u>
<u>COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS.....</u>	<u>190</u>
<u>COORDENADORIA DE OBRAS, ENGENHARIA E ARQUITETURA.....</u>	<u>196</u>
<u>COORDENADORIA DE MODERNIZAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....</u>	<u>202</u>
<u>COORDENADORIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS E INTELIGÊNCIA.....</u>	<u>221</u>

APRESENTAÇÃO

O ano de 2016 foi marcado por uma das maiores crises econômicas e políticas já enfrentadas no país, tendo o Ministério Público se mantido firme na sua missão constitucional de zelar pela ordem jurídica, pelo regime democrático e pelos direitos sociais e individuais indisponíveis.

As instituições públicas tiveram seu funcionamento ameaçado com a tramitação de iniciativas de lei que projetavam um cenário desalentador com previsão de demissão em massa, com o conseqüente enfraquecimento da atuação na defesa da população que mais necessita, ferindo direitos e garantias fundamentais.

Foi a conjugação de esforços entre membros e servidores, irmanados na busca do bem comum, o combustível necessário para o enfrentamento de todas as dificuldades que se interpuseram no caminho.

Imbuído desse espírito, o Ministério Público do Maranhão deu um importante passo para o aprimoramento de sua gestão administrativa com a elaboração do seu Planejamento Estratégico para o período 2016-2021, que contou com a

participação e envolvimento de membros e servidores de todas as áreas da instituição, empenhados e comprometidos na realização de um planejamento sólido e consistente.

A partir da elaboração do Plano Estratégico 2016-2021, foram traçadas as diretrizes para o Ministério Público do Maranhão e elaborado um novo modelo de Gestão Organizacional, pautado na liderança, nas pessoas e em suas competências, evidenciando as características humanas do MPMA.

Outro marco importante de 2016 foi a mudança do prédio da Procuradoria-Geral de Justiça para o novo edifício-sede, no Calhau, com instalações amplas e modernas, e alta tecnologia disponível no Parque Tecnológico de Informática, permitindo a implantação, utilização e suporte de novos sistemas, como a ferramenta **Stratec** (para acompanhamento do Plano Estratégico), o **Digidoc** (sistema informatizado de movimentação de documentos e processos), aquisição do **BI QlickSence** (ferramenta de gestão que dará maior agilidade na tomada de decisões), implementação da plataforma **Moodle**, que oportunizará a capacitação de membros e servidores na modalidade EAD.

Desde então, com a posse da atual Administração, foram anunciadas metas que já estão em desenvolvimento, tais como a criação de novos cargos para o quadro de servidores, a reestruturação dos Centros de Apoio Operacional, inauguração de promotorias, lançamento do programa de sustentabilidade, ação de valorização dos servidores e defesa das prerrogativas.

Destaque-se, ainda, a implementação do **Programa Institucional "O Ministério Público no Combate à Corrupção e à Sonegação Fiscal"**, cujo objetivo principal é dar maior eficácia à prevenção e ao combate a atos de improbidade administrativa e delitos contra a ordem tributária e econômica.

Nosso compromisso será pela continuidade desses processos, promovendo o desdobramento e alinhamento da estratégia, por meio da formação de projetos, iniciativas, indicadores e metas, para transformar o planejamento em efetivo instrumento de gestão.

Dessa forma, queremos ser reconhecidos como uma instituição de excelência, tendo como visão “consolidar-se na sociedade como instituição de credibilidade, independente, inovadora e transformadora da realidade social”.

LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO
Procurador-Geral de Justiça

DIRETRIZES INSTITUCIONAIS

MISSÃO

Servir à sociedade e garantir a cidadania, com base na promoção da justiça e defesa da

democracia.

VISÃO 2021

Consolidar-se na sociedade como instituição de credibilidade, independente, inovadora e transformadora da realidade social.

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

- *Unidade*
- *Indivisibilidade*

Independência Funcional

VALORES

- *Acessibilidade:* *Nossas portas estão sempre abertas a todos os que nos procuram;*
- *Celeridade:* *Nos empenhamos muito para resolver as demandas coletivas e sociais no mais curto prazo possível;*
- *Compromisso com o capital humano:* *Cuidamos com carinho de todos os que trabalham conosco para que, juntos, possamos fazer mais pela sociedade;*
- *Eficiência, eficácia e efetividade:* *Nossas*

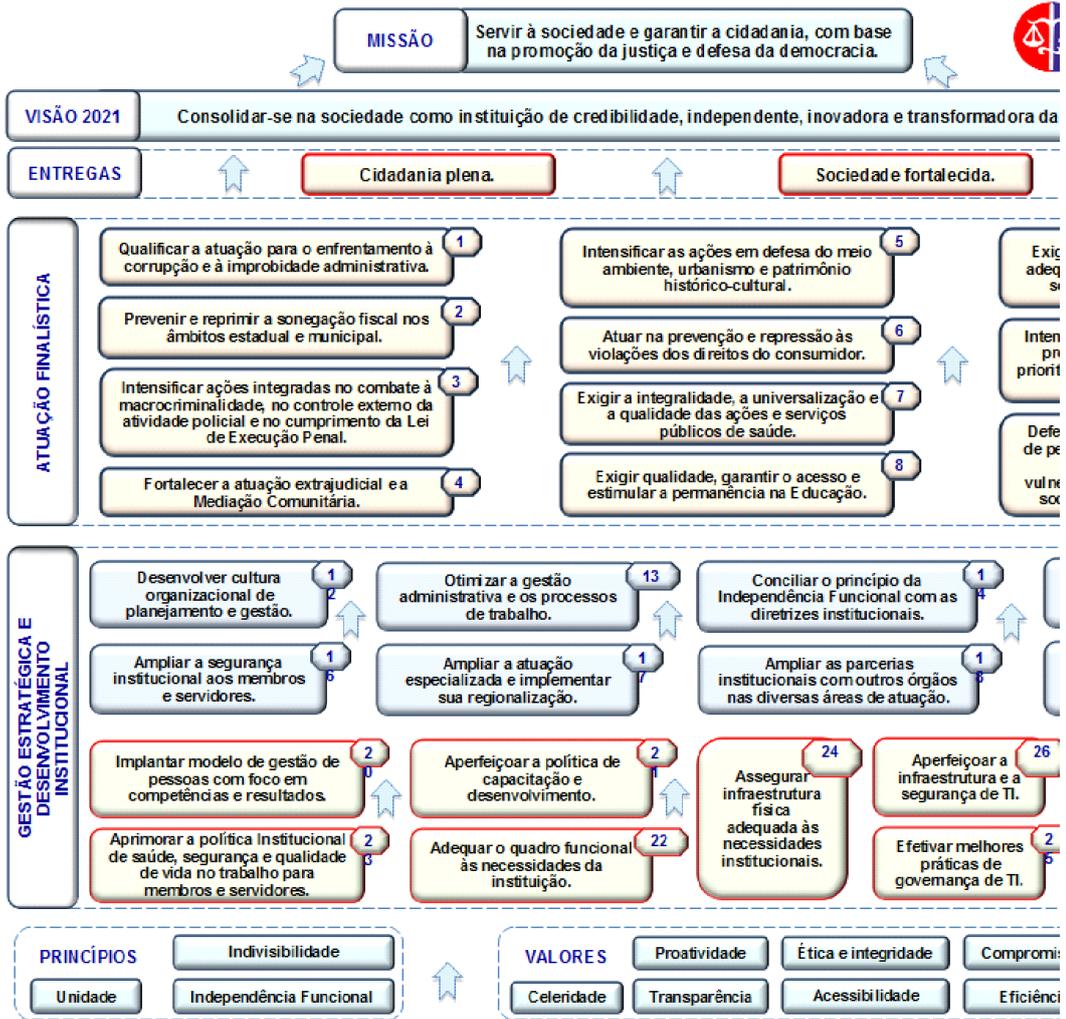
atividades de planejamento e gestão merecem a nota máxima! Fazemos da melhor maneira possível, produzimos resultados consistentes e o impacto disso tudo é claramente sentido pela sociedade.

- Ética e integridade: *As pessoas que fazem o MPMA são íntegras e vistas como exemplos de conduta ética não somente no trabalho mas também junto à família e ao círculo social;*

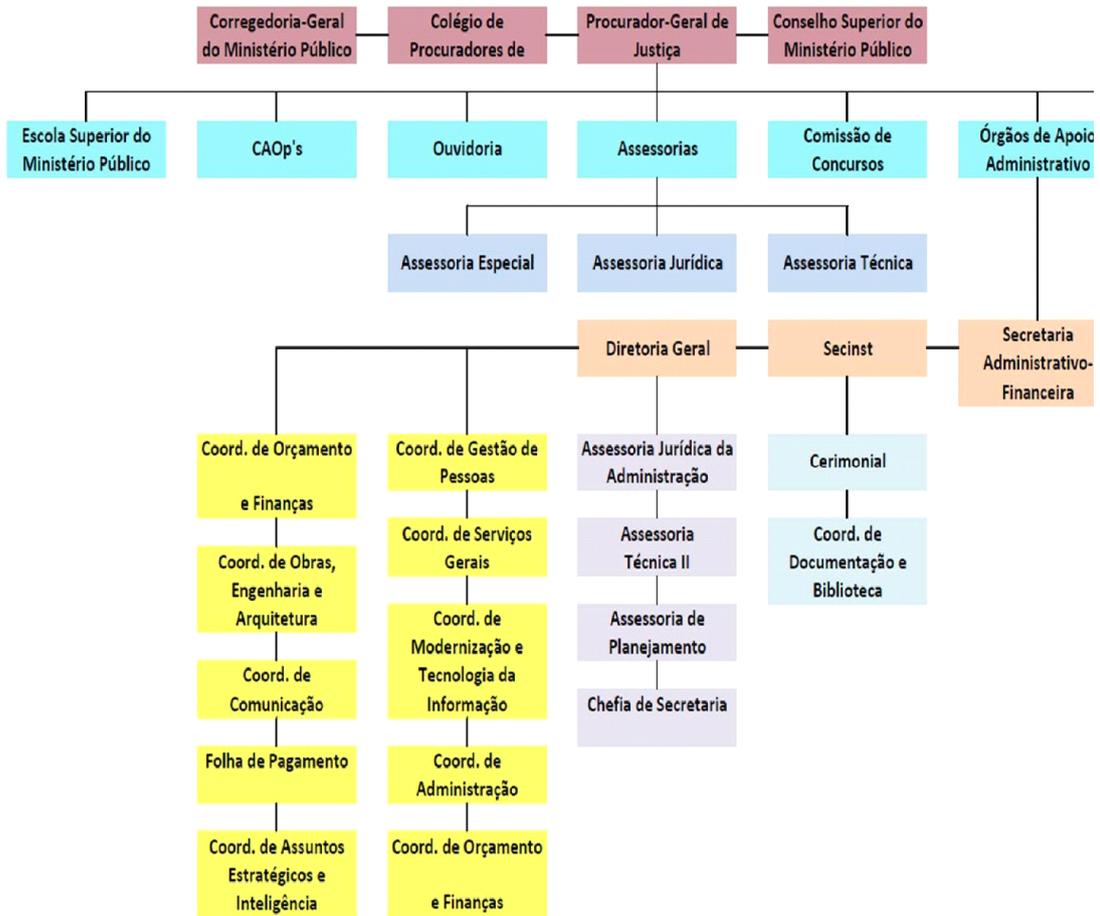
- Proatividade: *Nós nos antecipamos aos problemas e tomamos a iniciativa das soluções;*

- Transparência: *Salvo as exceções impostas por lei, tudo o que fazemos e como fazemos está disponível a todos.*

MAPA ESTRATÉGICO 2016 - 2021



ORGANOGRAMA DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA



GESTÃO INSTITUCIONAL

ATUAÇÃO DO MPMA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

O Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, a quem a Constituição Federal de 1988 conferiu a incumbência de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, vem aprimorando constantemente sua estrutura organizacional e administrativa, buscando a efetividade de sua atuação e dos serviços prestados. Para tanto, conta com seus órgãos de Administração Superior, Administração e Órgãos de Execução.

Administração Superior:

- Procuradoria-Geral de Justiça,
- Colégio de Procuradores,
- Conselho Superior do Ministério Público
- Corregedoria Geral do Ministério Público

Administração:

- Procuradorias
- Promotorias de Justiça

Execução:

- Procurador-Geral,
- Conselho Superior,

- Procuradores e Promotores de Justiça,
- Centros de Apoio Operacionais

A atuação administrativa reflete as atividades de gestão orçamentária, financeira, pessoal, de tecnologia da informação e de infraestrutura física do Ministério Público do Estado do Maranhão. Destaque-se que essas atividades são imprescindíveis à disponibilização dos meios necessários à realização das atividades finalísticas da instituição, bem como para garantir a maior eficiência possível na utilização dos recursos existentes.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão (PGJ/MA), órgão da Administração Superior do Ministério Público, tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça Luiz Gonzaga Martins Coelho, eleito para o mandato / biênio 2016-2018, e compreende o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, conforme previsto no Art. 51 do Ato Regulamentar nº. 020/2008 (Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça).

Durante o ano de 2016, o Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça movimentou (1.513); Corregedoria (1.045) e Folha de Pagamento (498).

SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos

Jurídicos exerce relevante papel no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, seja manifestando-se em processos judiciais, ajuizando ações cíveis e criminais de competência do Tribunal de Justiça, e ainda interpondo os recursos cabíveis nos casos submetidos à sua apreciação.

Também representa o Ministério Público nas Sessões Plenárias do Tribunal de Justiça, além de supervisionar os trabalhos da Coordenadoria de Processos, sempre mantendo a Administração Superior informada sobre as decisões tomadas no âmbito desta unidade, nos termos do Ato Regulamentar nº 20/2008 e cabe, ainda, ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos representar o Procurador-Geral de Justiça em seus afastamentos e impedimentos.

Registre-se a atuação desta unidade nas seguintes atividades:

- Ao longo de 2016, o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos representou a Instituição em **45 (quarenta e cinco) Audiências**, sendo: 31 (trinta e uma) de Instrução e Julgamento; 7 (sete) Preliminares; 3 (três) de Conciliação; 2 (duas) de Custódia; e 2 (duas) de Proposta de Suspensão Condicional do Processo.
- O Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos representou a Instituição em **41 (quarenta e uma) Sessões Plenárias do Tribunal de Justiça**, sendo: 22 Sessões Jurisdicionais e 19 (dezenove) Sessões Administrativas.
- Submeteu ao Corregedor-Geral do Ministério Público, todos os meses, **Relatório dos processos recebidos e dos pareceres emitidos pelos Procuradores de Justiça**.
- **Supervisionou os trabalhos da Coordenadoria de Processos,**

visando o melhor andamento do serviço e a presteza na distribuição dos processos e remessa aos Órgãos de destino; substituindo Procuradores de Justiça em Sessões do Tribunal de Justiça sempre que possível e necessário.

- **Representou o Procurador-Geral de Justiça** em diversas situações de afastamento/impedimento deste, seja em eventos realizados pela Instituição ou por outros órgãos; seja em viagens, cuja representação do Ministério Público do Maranhão era necessária; seja presidindo as reuniões do Colégio de Procuradores e do Conselho Superior do Ministério Público; seja ainda exercendo as demais atribuições inerentes ao Chefe da Instituição, sempre que requisitado.

- **Coordenou os serviços da Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça**, subscrevendo manifestações em processos judiciais e administrativos, ajuizando ações de competência do Tribunal de Justiça, zelando sempre pela independência da Instituição.

- **Procedeu à indicação dos substitutos dos Procuradores de Justiça no gozo de suas férias**, sempre visando o andamento regular do serviço em cada uma das Procuradorias.

No exercício de suas atribuições, resta salientar que passaram por esta Subprocuradoria Geral de Justiça, para análise e despacho, **1917 processos judiciais de Segunda Instância, 695 processos judiciais de Primeira Instância e 932 processos administrativos.**

SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA PARA

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos exerce um papel fundamental junto à Procuradoria-Geral de Justiça, auxiliando no desempenho de suas funções administrativas, além de desenvolver a política administrativa da instituição e supervisionar o trabalho realizado pelos órgãos que integram a estrutura organizacional do Ministério Público, atribuições estas previstas no Ato Regulamentar nº 20/2008, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça.

Suas atribuições também alcançam a substituição do Procurador-Geral de Justiça, na ausência do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, apreciando os requerimentos administrativos dos servidores e dos membros da instituição, tomando as providências pertinentes em cada caso, mantendo a Administração Superior informada acerca das decisões tomadas no âmbito desta Subprocuradoria.

Destaque-se, também, a atuação deste Órgão Ministerial na análise e acompanhamento das seguintes matérias:

- **concessões de adiantamento** disponibilizadas a membros e servidores do Ministério Público para despesas de pronto pagamento; reparo, conservação, adaptação e manutenção de bens; caráter sigiloso e material permanente, seguindo estritamente os preceitos constantes da Lei nº 4.320/64, que dispõe normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, bem como o que consta do Ato Regulamentar nº 04/2013-GPGJ. Nesse norte, esta Subprocuradoria Geral, no ano de 2016, analisou um total de **157** (cento e cinquenta e sete) processos administrativos, concedendo um total de **R\$ 413.502,00** (quatrocentos e treze mil, quinhentos e dois reais) de

adiantamentos para membros e servidores, dos quais restaram como inscritos no Balanço Patrimonial desta PGJ um total de 11 (onze) supridos que não conseguiram regularizar pendências na prestação de contas;

- **concessões de diárias e passagens aéreas** a servidores que necessitam de deslocamentos no interesse do serviço e/ou devidamente autorizados a participarem de curso de qualificação ou aperfeiçoamento, de acordo com as prescrições dos respectivos atos regulamentares;

- **análise dos mais diversos pedidos administrativos** atinentes a férias, progressões e promoções funcionais na carreira, licenças médicas definidas em lei, demais afastamentos - como licenças-prêmio e participação em cursos de qualificação e/ou aperfeiçoamento, designações de substituição de cargos comissionados e funções gratificadas, abonos de permanência, adicionais pecuniários, pedidos de exonerações, incorporação de tempo de serviço, concessões de gratificações, etc.

No que pertine à autorização de realização/participação em eventos de **capacitação/treinamentos**, este órgão ministerial autorizou o afastamento para os Cursos de: Gestão por Competências, Mediação Comunitária; Product Owner; Desenvolvimento Android Avançado; SIAFEM – Em consonância com o Novo Plano de Contas da Administração Pública e a Lei de Responsabilidade Fiscal; Curso de Formação para o Centro Integrado de Justiça Juvenil do Maranhão; Administrador Moodle; Planejamento Estratégico; Atualização em Língua Portuguesa; Atualização em Processo Civil; Processos de Aposentadoria; Congresso de Psicologia; Curso 50

Questões Relevantes Sobre Elaboração de Planilhas Orçamentárias; Encontros de Assistentes Sociais; Elaboração e Análise de Prestação de Contas de Convênios; Interiores de Escritório; Acessibilidade Aplicada – Nova NBR 9050/2015; XIII Curso de Análise LAB-LD; I Seminário de Compras Públicas Sustentáveis do Ministério da Fazenda; II Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Perícias Médicas; Análise e Interpretação de Balancetes e Balanços; e Elaboração de Notas Explicativas: Aspectos Gerais e Específicos de Acordo com o MCASP da STN; Planejamento e Gestão de Almojarifado no Setor Público: Questões Técnicas e Legais, entre outros.

Em relação à **progressão e promoção funcional**, concedeu-se o seguinte quantitativo:

PROGRESSÕES – 226 (Duzentos e vinte e seis);
PROMOÇÕES – 60 (sessenta).

No que toca à **Política de Gestão de Pessoas**, esta Subprocuradoria Geral de Justiça teve importante participação quando da elaboração da minuta da Resolução respectiva, perante o Conselho Nacional do Ministério Público, levando em conta a participação efetiva dos servidores João Batista Pereira Borges – Assessor desta Subprocuradoria Geral e, da Coordenadora de Gestão de Pessoas – Ivoneide Queiroz Santos, na reunião ocorrida na cidade de Brasília/DF, nos dias 07 e 08 de novembro de 2016, que culminou com a aprovação da minuta em apreço, cujo processo encontra-se sob análise no CNMP.

Além de tais atribuições, a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos realiza a **coleta e o gerenciamento do controle de frequência dos servidores** efetivos, comissionados e cedidos à Procuradoria-Geral de Justiça, em cumprimento ao **Ato Regulamentar nº 18/2012 – GPGJ**,

além da análise e julgamento de **processos administrativos disciplinares** para apuração de fatos e de condutas de servidores do Ministério Público, em conformidade com as determinações da Lei dos Servidores Públicos Civis do Estado do Maranhão - Lei nº 6.107/94.

Nesse sentido, ao longo do ano de 2016, esta Subprocuradoria Geral estabeleceu rigoroso controle da frequência dos servidores, sempre atentando para o correto cumprimento da jornada de trabalho a que cada servidor está vinculado.

Quanto aos processos administrativos disciplinares, estabeleceu-se criteriosa análise de cada caso apresentado, decidindo sempre com base nos princípios norteadores da Administração Pública, sendo aplicadas **duas penalidades de demissão** por prática de infrações disciplinares graves, cujos processos foram devidamente instaurados e conduzidos por esta unidade ministerial.

Constata-se, destarte, a expressiva atuação deste órgão do Ministério Público na implementação de ações diversificadas visando à otimização do serviço oferecido à sociedade, por meio da melhoria da estrutura física e pessoal do Ministério Público Maranhense, realizando uma política de valorização e de qualificação profissional dos membros e servidores da instituição, além de estabelecer e manter um relacionamento cada vez mais aproximado entre o Órgão Ministerial e a sociedade maranhense, consolidando a confiabilidade que faz do Ministério Público do Maranhão um verdadeiro ícone na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Registre-se, ademais, que a implantação e funcionamento do posto avançado de atendimento do Banco do Brasil, com prestação de serviços mais céleres nesta Sede, teve crucial

participação desta Subprocuradoria Geral, durante as negociações para a oferta do serviço, assim como promoveu a **readequação dos Adicionais de Insalubridade**, de acordo com a nova inspeção médica efetivada pela Perícia Médica do Estado, devidamente solicitada por esta Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Destaque-se, ainda, que foram colocados à disposição desta Procuradoria-Geral de Justiça e devidamente encaminhados às respectivas Promotorias de Justiça expressiva quantidade de servidores municipais/estaduais cedidos, a fim de atender aos diversos pedidos de melhor estruturação do quadro de servidores.

Para tal ação, foram ainda firmados mais dezessete **Termos de Convênios** com diversas Prefeituras Municipais, quais sejam: São Pedro da Água Branca, Carolina, Viana, Guimarães, Icatu, Barra do Corda, Governador Eugênio Barros, Olho d'Água das Cunhãs, Pastos Bons, São Raimundo das Mangabeiras, Tasso Fragoso, Carutapera, Timon, Loreto, Tuntum, Passagem Franca e Porto Franco.

Da mesma forma, foram disponibilizados policiais militares da ativa e da reserva remunerada a fim de incrementar o potencial de segurança institucional das Promotorias de Justiça.

Outro ponto a ser destacado, foi o esgotamento do tema relacionado às lotações de Assessores de Promotor de Justiça, que tiveram fixados as suas designações para as Promotorias de Justiça, conforme arduamente tratado nos autos do **processo administrativo nº 7773AD/2016**.

Assim, ao longo do período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro de 2016, a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos desenvolveu todas as atribuições conferidas ao setor, imprimindo-lhe efetividade, inclusive com a emissão de portarias e outros atos administrativos indispensáveis

ao desempenho das atividades administrativas ministeriais, tendo movimentado um total de **11.614 (onze mil, seiscentos e quatorze)** processos administrativos, conforme Relatório de Remessa de processos em anexo.

Destaque-se, finalmente, o empenho e dedicação dos servidores lotados nesta unidade ministerial, cujas atribuições vem desempenhando com presteza e eficiência, contribuindo decisivamente para o crescimento e valorização do setor

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

O Colégio de Procuradores de Justiça é o órgão da Administração Superior do Ministério Público com competência para, entre outras, opinar sobre matéria relativa à autonomia do Ministério Público, bem como deliberar sobre proposição de criação de cargos e serviços auxiliares.

Tabela 01 – Movimentação Processual do Colégio de Procuradores

Atividades	2015	2016
Sessões Ordinárias realizadas	12	12
Sessões Extraordinárias realizadas	11	7
Resoluções aprovadas	8	5
Processos Julgados	15	6
Recursos Julgados	3	3

Fonte: CPJ/PGJ, 2016.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Conselho Superior do Ministério Público - CSMP, Órgão da Administração Superior da instituição, é composto por sete membros, sendo dois natos – o Procurador-Geral de Justiça e o

Corregedor-Geral do Ministério Público, e cinco Procuradores de Justiça eleitos por membros da instituição, para um mandato de dois anos. Suas atribuições, dentre outras previstas em lei, estão elencadas no art. 15 da Lei Complementar nº 13/1991.

O CSMP reúne-se, ordinariamente, uma vez por semana (sexta-feira, às 10h), na sala de reuniões dos Órgãos Colegiados, e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por proposta de seus membros. A organização, o funcionamento, bem como o processo de julgamento dos feitos de competência do Conselho Superior está disciplinado no seu Regimento Interno.

Em 2016 foram realizadas **33 sessões** no período, sendo **27 ordinárias e 6 extraordinárias**.

Cabe destacar que o novo Procurador-Geral de Justiça, Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho, na qualidade de Presidente do Conselho, passou a presidir as Sessões, segundo a primeira datada de 24 de junho de 2016.

Tabela 02 – Movimentação Processual do Conselho Superior

MOVIMENTAÇÃO	QTD.
Processos Julgados*	1.296
Processos Conhecidos	367
Arquivamento Homologado e Devolução à origem	798
Encaminhamento ao MPF	66
Sindicâncias e PAD	9
Convertidos em Diligência (nas Sessões)	20
Autorização para Afastamento	21
Remoções	6
Promoções	1

Fonte: CSMP/PGJ, 2016.

* Média de 40 processos por sessão.

Tabela 03 – Distribuição Processual (Biênio 2015-2017)

Conselheiro	Ano: 2016				
	Distribuídos	Julgados	Diligência/Sobre	Ag. Pauta	Saldo
Carlos Jorge Avelar Silva	203	149	5	48	1
Domingas de Jesus Froz Gomes	109	84	6	6	13
Francisco das Chagas Barros de Sousa	143	103	1	0	39
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato	144	133	3	8	0
Regina Lúcia de Almeida Rocha*	100	91	9	0	0
Luiz Gonzaga Martins Coelho**	121	103	7	5	6
Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf	213	176	1	7	29
Suvamy Vivekananda Meireles	105	24	2	0	79
TOTAL	1138	863	34	74	167

Fonte: CSMP/PGJ, 2016.

* Até Junho/2016

** A partir de Junho/2016

A Secretaria do Conselho Superior, na busca incessante da excelência no trabalho, vem utilizando rotinas administrativas para atender às exigências do seu público interno. Para tanto, contou com a colaboração da Coordenação de Modernização e Tecnologia da PGJ, que disponibilizou a ferramenta *Youtube* para transmissão on-line das Sessões.

Nesse sentido, os Enunciados, aprovados e publicados em 2016, foram criados com o objetivo de contribuir para uma maior integração institucional, de forma a possibilitar que todos trabalhem de forma integrada (Servidores, Apoios, Membros e Conselheiros), para que as rotinas e normas sejam conhecidas e obedecidas, sendo a comunicação eletrônica necessária e cada vez mais utilizada, tendo como meta a celeridade processual e a redução de custos, sem prejuízo das exigências processuais e regulamentares.

As Sessões gravadas ficam disponíveis no canal do MPMA no *Youtube*, bem como, na página do Conselho no portal institucional na internet.

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Corregedoria Geral é um órgão de orientação e fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público, incumbindo-lhe, entre outras atribuições, a de realizar correições e inspeções nas Promotorias e Procuradorias de Justiça, remetendo relatórios reservados ao Conselho Superior e ao Colégio de Procuradores; propor ao Conselho Superior do Ministério Público, na forma da lei, a confirmação ou não de membro na carreira; fazer recomendações, sem caráter vinculativo, a órgão de execução.

No decorrer de 2016, foram autuados e registrados os feitos, conforme discriminação na tabela abaixo.

Tabela 04 – Movimentação Processual da Corregedoria Geral do MPMA

ATIVIDADES	2015	2016
Correições (1ª Instância)	49	31
Inspeções (1ª Instância)	41	48
Processos Administrativos Disciplinares	-	-
Sindicâncias	16	9
Estágio Probatório	43	43
Recomendações	4	2
Atos Conjuntos	-	2
Exercício de Magistério	19	20
Ofícios Expedidos	701	741
Ofícios Circulares	22	11
Memorandos	96	599
Relatório Promoção/Remoção	48	43
Provimentos	2	3
Acompanhamento de Resoluções e sistemas CNMP	4	6

Fonte: CGMP/PGJ, 2016.

PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

As Procuradorias de Justiça são Órgãos da Administração do Ministério Público, com cargos de Procurador de Justiça, assessores e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhes forem cometidas pela Lei Complementar nº 13/1991.

Cabe aos Procuradores de Justiça, dentre outras atribuições: atuar nos autos judiciais, em 2º grau de jurisdição que lhes forem distribuídos ou por delegação do Procurador-Geral de Justiça.

DADOS ESTATÍSTICOS DA ATUAÇÃO FUNCIONAL DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA – 2016

Tabela 05 – Atividade Processual das Procuradorias de Justiça Criminais
Fonte: CGMP/PGJ, 2016.

Tabela 06 – Atividade Processual das Procuradorias de Justiça Cíveis
Fonte: CGMP/PGJ, 2016.

Tabela 07 – Atividade Processual Tribunal e Recesso Natalino 2016

PROCURADOR GERAL – TRIBUNAL PLENO		RECESSO NATALINO – 2016/2017	
Processos Recebidos	Processos Devolvidos	Processos Recebidos	Processos Devolvidos
2.666	2.462	0	0

Fonte: CGMP/PGJ, 2016.

Tabela 08 – Movimentação Processual Geral do MPMA 2016

Total Geral das Procuradorias Cíveis, Criminais e Procurador-Geral		
Recebidos	Devolvidos	Saldo
28.697	28.225	472

Fonte: CGMP/PGJ, 2016.

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

As Promotorias de Justiça são Órgãos de Administração do Ministério Público, tendo, como titulares, Promotores de Justiça, auxiliados por servidores e estagiários. Podem ser especializadas, cíveis, criminais, gerais ou cumulativas, auxiliares ou de outra natureza, tendo as suas atribuições definidas por Ato do Procurador-Geral, aprovado pelo Colégio de Procuradores.

DADOS ESTATÍSTICOS DA ATUAÇÃO FUNCIONAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA – 2016 RESOLUÇÃO Nº 74/CNMP

Tabela 09 – Atividade Processual Extrajudicial – IC e PP
Fonte: CGMP/PGJ, 2016.

Tabela 10 – Atividade Processual Extrajudicial – PA

Fonte: CGMP/PGJ, 2016.

Tabela 11 – Atividade Processual Extrajudicial – PIC

Fonte: CGMP/PGJ, 2016.

Tabela 12 – Atividade Processual Cível

Fonte: CGMP/PGJ, 2016.

Tabela 13 – Atividade Processual Infância e Juventude – Ato Infracional

Fonte: CGMP/PGJ, 2016.

Tabela 14 – Atividade Processual Infância e Juventude – Cível

Fonte: CGMP/PGJ, 2016.

Tabela 15 – Atividade Processual Criminal - IP
Tabela 16 – Atividade Processual Criminal – TC

Tabela 17 – Atividade Processual Criminal

Tabela 18 – Atividade Processual Criminal – Execução Penal

Fonte: CGMP/PGJ, 2016.

Tabela 19 – Atividade Processual Eleitoral

Fonte: CGMP/PGJ, 2016.

Tabela 20 – Atendimento ao Público

Fonte: CGMP/PGJ, 2016.

ASSESSORAMENTO TÉCNICO- JURÍDICO E INSTITUCIONAL

SECRETARIA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

A **Secretaria para Assuntos Institucionais** tem a missão, dentre outras, de fazer a interlocução da Administração Superior interna (órgãos auxiliares, membros e servidores *latu sensu*) e externamente (demais instituições públicas, entidades parceiras, etc).

Trata-se de Diretoria com amplo espectro de atuação, estando sob sua subordinação duas coordenadorias estratégicas: a **Coordenadoria de Comunicação** e a **Coordenadoria de Documentação e Biblioteca**.

O atual Diretor integra a comissão executiva da **Rede de Controle**, com a qual atuou em projetos como os encontros

regionais e campanhas contra a corrupção. Integra, ainda, o **Comitê Gestor do Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Difusos do Maranhão.**

Em atuação conjunta com demais órgãos da instituição, participou de comissões de trabalho, como a de Restruturação dos CAOPs, adequação das Promotorias da Infância, Comissão de Qualidade de Vida, Saúde funcional e Sustentabilidade, Combate à corrupção, Seleção de estagiários e Gestão por competências, participando de diversas atividades:

- Desenvolveu e acompanhou campanhas e projetos do Ministério Público: **“A CIDADE NÃO PODE PARAR”**, **“O MP NA DEFESA DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA”**, **“MARANHÃO CONTRA A CORRUPÇÃO”** e o programa **“INTEGRAR”**, de Sustentabilidade institucional – junto a Assessoria de Controle de Constitucionalidade e Assuntos Institucionais da Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça;
- Participou da comissão que realizou o **seletivo para estagiários**, em cinco polos diferentes (Coroatá, Açailândia, Balsas, Caxias e Timon), na mesma data e horário, objetivando a seleção de 191 estagiários - em parceria com a Chefia de Gabinete, Escola Superior do Ministério Público e à Coordenadoria de Gestão de Pessoas;
- Desenvolveu **atividades voltadas ao bem-estar dos servidores**, como no dia dos pais, dia do servidor, novembro azul e outubro rosa – Seção de Saúde Funcional;

Cabe à SECINST a ampliação e monitoramento dos sistemas operacionais, como o **SIMP, DIGIDOC e PJE.**

No segundo semestre de 2016, o **Portal da Transparência** do Ministério Público do Maranhão alcançou grau de excelência na análise feita pelo Conselho Nacional do Ministério Público, ocupando a 11ª posição.

Atuações Destaque:

PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO:

O Programa de Prevenção e Enfrentamento à Corrupção foi instituído pelo Ato nº 480/2016-GPGJ, onde uma comissão permanente foi criada com o objetivo de estudar e implementar programas e ações sobre a temática.





Ademais, relevantes ações de combate à corrupção foram realizadas através da Rede de Controle da Gestão Pública do Maranhão, da qual o Ministério Público é integrante.



Dentre elas, destacam-se os Seminários Regionais Acadêmicos nos municípios de Imperatriz, Caxias, Pedreiras e Bacabal, bem como a Campanha em alusão ao **Dia Internacional de Combate à Corrupção**, através de mobilização pública na Praça Deodoro e da parceria com a **CEMAR** (inserção de frase temática na conta de luz).







Outra relevante campanha de combate à corrupção desenvolvida no ano de 2016 foi **“A Cidade não pode parar: campanha pela transição municipal transparente”**, que tem por objetivo garantir que o gestor público em final de mandato adote postura republicana, transmitindo ao sucessor as informações e condições imprescindíveis ao início da nova gestão.

As ações da campanha foram desenvolvidas pelas Promotorias de Justiça de todo o Estado, tendo suas ações registradas na página online da campanha, possibilitando que a população tivesse acesso às informações.



PROJETO DE GESTÃO AMBIENTAL INTEGRAR:

O Programa de Sustentabilidade Institucional, instituído

pelo Ato Regulamentar nº 019/2016-GPGJ, denominado **INTEGRAR**, visa promover uma Política Institucional de Práticas Sustentáveis e Qualidade de Vida.

Com o lançamento do Programa, foi realizado o diagnóstico ambiental do MPMA, permitindo uma análise detalhada do consumo de energia, água, descartáveis e demais itens de cada unidade, propiciando, assim, um eficiente controle e conscientização de redução de consumo para o alcance das metas traçadas.

Área de destaque no **Programa INTEGRAR**, é a promoção da qualidade de vida no trabalho, nesse sentido, algumas atividades foram realizadas: reativação do **Coral do MPMA**, comemoração de datas relevantes, como o **Dia do Servidor**: com palestras motivacionais, reconhecimento de servidores de destaque, serviços estéticos, **Outubro rosa**: prevenção ao câncer de mama, **Novembro azul**: prevenção ao câncer de próstata, palestras de conscientização à saúde física, mental e emocional, realização de exames para medição de glicemia, pressão arterial, sessões de ginástica laboral, acupuntura, massagem e vacinação, etc.





CAFÉ COM PGJ

O **“Café com o PGJ”** trata-se de uma medida inovadora, utilizada como ferramenta de gestão democrática em que o Procurador-Geral visita os setores da Procuradoria-Geral de Justiça e as comarcas do interior para tomar um café, inspirando uma conversa informal entre amigos, discutindo problemas e buscando soluções.

Desta forma, os servidores podem ter acesso e conversar abertamente com o PGJ que, por sua vez, tem a oportunidade de perceber os problemas sob um ângulo diferente, abrindo assim mais um canal de comunicação dentro da instituição e reforçando a gestão democrática.

PRÊMIO DE JORNALISMO

Em 2016 foi instituído o **Prêmio de Jornalismo do MPMA**, que visa prestigiar e estimular matérias jornalísticas sobre a atuação do Ministério Público do Estado do Maranhão, contribuindo para o melhor entendimento pela sociedade e pelo poder público, da relevância das atividades e da função social da Instituição.

AMPLIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO MPMA NAS REDES SOCIAIS

O ano de 2016 marcou a participação do Ministério Público do Estado do Maranhão nas redes sociais. A instituição já tem uma página no *Facebook*, no *Twitter* e no *Instagram*. O objetivo é manter o cidadão cada vez não próximo à instituição.

DISPONIBILIZAÇÃO DE CONFLITOS DE ATRIBUIÇÃO

O Ato Regulamentar nº 09 de 17 de junho de 2016, dispôs sobre a publicação das decisões proferidas nos conflitos de atribuição entre membros do Ministério Público do Maranhão, a fim de possibilitar o acesso dos membros e servidores do Ministério Público do Maranhão. As matérias estão disponíveis na intranet da instituição, no **portal setorial da Secinst**.

GERENCIAMENTO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO MPMA

Com o gerenciamento rigoroso do Portal da Transparência do MPMA, durante todo o ano de 2016, através de constante diálogo com os setores responsáveis por atualizar as informações no Portal, o Ministério Público foi classificado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) como um dos mais transparentes do país. Na avaliação, relativa ao segundo trimestre

de 2016, o **MPMA** foi classificado como excelente, com **índice de transparência de 95,27%**, correspondendo ao grupo de unidades mais transparentes do Ministério Público brasileiro.

SISTEMAS INFORMATIZADOS

A Secinst promoveu suporte para a expansão dos Sistemas **SIMP e PJE**. Atualmente o **SIMP** está implantado nas Promotorias de Justiça das comarcas de São Luís, Açailândia, Araiões, Bacabal, Bom Jardim, Buriti Bravo, Cândido Mendes, Cantanhede, Carolina, Carutapera, Caxias, Chapadinha, Codó, Colinas, Estreito, Icatu, Imperatriz, João Lisboa, Matinha, Morros, Paço do Lumiar, Penalva, Pindaré, Porto Franco, Raposa, Riachão, Rosário, Santa Inês, Santa Luzia do Tide, Santa Quitéria, Santa Rita, São Bernardo, São José de Ribamar, São Raimundo das Mangabeiras, Senador La Roque, Timon, Tutoia, Vargem Grande, Viana e Zé Doca. O **PJE**, por sua vez, está presente nos municípios de Itapecuru-Mirim, Timon, Balsas, Vitorino Freire, Grajaú, Codó, Coroatá, Açailândia, João Lisboa, Imperatriz, Caxias, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa e São Luís.

Também foram realizados treinamentos para utilização do Sistema **DIGIDOC**, com implantação prevista para janeiro de 2017.



AUXÍLIO NA CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS

Termos de cooperação técnica celebrados entre o Ministério Público do Estado do Maranhão e demais órgãos:





- Conselho Regional de Medicina do Estado do Maranhão;
- Superintendência de Polícia Rodoviária Federal;
- Conselho Regional de Odontologia;
- Ministério Público Federal;
- Sociedade Maranhense de Ensino Superior LTDA – SOMAR;
- Ministério Público do Estado do Piauí;
- Faculdade Católica Dom Orione;
- Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Maranhão;
- Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por meio da Secretaria de Gestão, da Escola Nacional de Administração Pública, e o Conselho Nacional do Ministério Público;

- Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão, a Prefeitura Municipal de São Luís/MA, a Câmara Municipal de São Luís/MA, o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC e o Ministério Público do Estado do Maranhão;
- Convênio Institucional firmado entre o Poder Executivo, o Poder Judiciário e Ministério Público do Estado do Maranhão.

ASSESSORIA ESPECIAL DO PROCURADOR-GERAL

Incumbe à Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições, cabendo a chefia desta necessariamente a um membro da instituição. Foram emitidos pareceres em 1.587 processos e interpostas 128 ações.

Tabela 21 – Ações Interpostas em 2016

Fonte: ASSESP/PGJ, 2016.

Tabela 22 – Manifestações em Processos Judiciais em 2016

Fonte: ASSESP/PGJ, 2016.

ASSESSORIA DE AUDITORIA INTERNA

A Assessoria de Auditoria Interna ao longo do *exercício de 2016* ratifica o compromisso em cumprir as atribuições precípua atinentes à avaliação dos mecanismos de controle e à necessária e adequada sustentação do processo decisório pela Administração Superior, por meio das informações técnicas pertinentes às competências desta Assessoria, bem como das recomendações consignadas nos relatórios de auditoria, visando ao fortalecimento institucional.

Principais atividades desenvolvidas:

Executou as atividades de auditoria previstas no Plano Anual de Auditoria Interna – 2016, contido nos autos do Processo Administrativo nº. 13704AD/2015, dados o art. 91-A, II, e o art.

114-A, II, do Ato Regulamentar nº. 020/2008-GPGJ.

Assim, na busca pelo aprimoramento dos mecanismos de controle interno e pelo fortalecimento institucional, realizou atividades tanto de **auditoria** como de **acompanhamento da implementação de recomendações**, envolvendo procedimentos de análises documentais, reuniões técnicas, exames dos registros, avaliações, diligências e comprovações metodologicamente estruturados, pelos quais foram avaliadas a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos atos e fatos de gestão nas áreas de:

- Folha de Pagamento;
- Licitações e Contratos Administrativos (Contratação Direta);
- Gestão Patrimonial (Bens de Consumo, Bens Permanentes e Imóveis);
- Gestão de Pessoas (Ingressos de Membros e Servidores Ocorridos em 2015);
- Administrativa (Portal da Transparência, Diárias e Passagens Aéreas).

Tais atividades resultaram na elaboração dos respectivos relatórios, encaminhados à Administração Superior para que, a partir dos pontos de fragilidade detectados, fossem implementadas as recomendações julgadas cabíveis para os devidos melhoramentos ou saneamentos.

- Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – Exercício 2015;
- Relatório de Auditoria Interna nº. 01/2016 – Área: Administrativa, Foco: Portal da Transparência (instrumento destinado a aperfeiçoar

a transparência da gestão administrativa e da execução orçamentária e financeira, aprimorando, assim, o controle social pelos administrados), voltado ao 1º. acompanhamento da implementação das recomendações contidas do Relatório de Auditoria Interna nº04/2015.

- Relatório de Auditoria Interna nº. 02/2016 – Área: Gestão Patrimonial, referente às Inspeções in loco nos Almojarifados para exames dos atos relativos à gestão patrimonial dos bens de consumo, com o propósito de avaliar os níveis de segurança e de confiabilidade dos controles exercidos.

- Relatório de Auditoria Interna nº. 03/2016 – Área: Gestão Patrimonial, Foco: Bens Permanentes (contido no PA nº. 7302AD/2016), produto dos trabalhos de auditoria realizados para verificar a legalidade e a correção dos procedimentos e registros afins, conforme disposto na normatização pertinente à matéria.

- Relatório de Auditoria Interna nº. 04/2016 – Área: Licitações e Contratos Administrativos, Foco: Contratação Direta destinaram-se à análise dos procedimentos adotados para contratação de fornecimento de bens ou execução de obras e serviços pela via da contratação direta, ou seja, nos casos de licitação dispensada, dispensável ou inexigível, no exercício de 2015, no âmbito deste Ministério Público Estadual.

- Relatório de Auditoria Interna nº. 05/2016 – Área: Gestão Patrimonial, Foco: Bens Imóveis, contido nos autos do Processo Administrativo nº. 8818AD/2016. O escopo da citada auditoria foi a Gestão Patrimonial dos Bens Imóveis que compõem o acervo deste Órgão Ministerial, especificamente no que tange à adequação dos mecanismos de gestão e controle adotados pelas unidades administrativas que possuem tal incumbência, com destaque para

as Coordenadorias de Administração e de Obras, Engenharia e Arquitetura.

- Relatório de Auditoria Interna nº. 06/2016 – Área: Gestão de Pessoas, Foco: Ingressos de Membros e Servidores Ocorridos em 2015 destinou-se à verificação da observância, nos atos administrativos praticados – notadamente no contexto dos ingressos de Membros e Servidores em 2015 – tanto dos princípios constitucionais, da legislação e das regulamentações aplicáveis, como das orientações emanadas dos órgãos de controle.

Os trabalhos abrangeram o percentual de aproximadamente 26,5% (vinte e seis e meio por cento) do total dos ingressos ocorridos em 2015, conforme a situação funcional dos respectivos titulares (membro do Ministério Público, servidor efetivo, servidor exclusivamente comissionado e servidor requisitado).

- Relatório de Auditoria Interna nº. 07/2016 – Área: Folha de Pagamento, Foco: Servidores, análise dos atos administrativos praticados no contexto das implantações das verbas ocorridas no período de janeiro a setembro/2016, relativamente aos servidores deste Ministério Público, abrangendo o quantitativo de 120 (cento e vinte) prontos, abrangendo os servidores Efetivos (Analistas Ministeriais, Técnicos Ministeriais e Auxiliares Ministeriais), Exclusivamente Comissionados e os Requisitados.

- Relatório de Auditoria Interna nº. 08/2016 – Área: Administrativa, Foco: Diárias, verificação do cumprimento da normatização atinente à concessão e ao pagamento de diárias a membros e servidores, destinadas ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, quando do deslocamento para fora da sede, em estrita necessidade de serviço, assim como das diárias para

Promotor de Justiça designado para responder, fora de sua sede, pelas atribuições de outro membro.

- Relatório de Auditoria Interna nº. 09/2016 – Área: Administrativa, Foco: Passagens Aéreas, gestão das aquisições de passagens aéreas para membros e servidores deste Órgão, com vistas à verificação da observância, nos atos administrativos praticados, tanto dos princípios constitucionais como da legislação e das regulamentações aplicáveis.

As atividades de auditoria abrangeram aproximadamente 24% (vinte e quatro por cento) do universo de processos administrativos com tal objeto, conforme informações e listagens emitidas pela Chefia de Cerimonial.

- Acompanhamento da implementação das recomendações contidas no Relatório de Auditoria Interna nº. 02/2016 (Área: Gestão Patrimonial, Foco: Inspeções in loco nos Almojarifados – Material de Consumo).
- Acompanhamento da implementação das recomendações contidas no Relatório de Auditoria Interna nº. 03/2016 (Área: Gestão Patrimonial, Foco: Bens Permanentes).
- Participação nas atividades de elaboração e de desdobramento do Planejamento Estratégico 2016-2021, como integrantes das Comissões Executiva e de Gestão do Planejamento Estratégico (CEPEI e CGPE).
- Emissão de uma Nota de Auditoria ao Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça, considerando as evidências colhidas durante o desenvolvimento dos trabalhos de auditoria nos atos praticados no âmbito da Coordenadoria de Folha de Pagamento.
- Participação nos estudos e atividades pertinentes à revisão e

aperfeiçoamento do Ato Regulamentar nº. 020/2008-GPGJ (Regimento Interno desta Procuradoria), com a produção da respectiva minuta, considerando a designação pela Portaria nº. 7276/2015-GPGJ para formação de comissão objetivando adequar as atividades de Controle Interno desenvolvidas no âmbito deste Ministério Público à determinação do Conselho Nacional do Ministério Público.

- Prestação de orientações e esclarecimentos a diversas unidades administrativas desta Procuradoria-Geral de Justiça, acerca das constatações e recomendações registradas nos relatórios de auditoria interna já emitidos;
- Expedição de 103 (cento e três) memorandos sobre variados assuntos, tais como solicitações à Administração Superior, encaminhamento de documentos e relatórios e realização de diligências junto aos setores competentes visando subsidiar os trabalhos de auditoria;

Capacitação, por meio da participação nos cursos abaixo elencados:

- Processos de Aposentadoria;
- Contabilidade Pública;
- Análise e Interpretação de Balancetes e Balanços e Elaboração de Notas Explicativas: Aspectos Gerais e Específicos de Acordo com o MCASP da STN;
- SIAFEM: Em consonância com o Novo Plano de Contas da Administração Pública e a Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Gestão por Competência;

- Administração Financeira e Orçamentária; e
- Treinamento CNMP – Tabelas Administrativas.

ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO

Em 2016, em decorrência de uma determinação acerca da adequação das atribuições desta Assessoria de Controle Interno, constante no Relatório Conclusivo de Inspeção do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), publicado no final de 2015, a Administração Superior decidiu reorganizar os setores de **Controle Interno** e **Auditoria Interna**, de modo a atender o princípio da segregação de função e a legislação vigente.

Dessa forma, na estrutura administrativa da PGJ/MA passa a existir os setores de **Assessoria Técnica da Administração** e **Assessoria de Controle Interno e Auditoria** em substituição, respectivamente, à Assessoria de Controle Interno e Assessoria de Auditoria.

Portanto, a presente Unidade Administrativa, por força da Lei nº 10.539, de 14 de Dezembro de 2016, passa a se chamar **Assessoria Técnica da Administração**, continuando, em suma, com a atribuição de fazer a análise técnica prévia dos procedimentos administrativos a seu cargo, resguardando a Administração Superior para a tomada de decisões.

Dando cumprimento ao inciso II, artigo 91, do **ATO REGULAMENTAR nº 020/2008**, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça, no exercício de 2016, foram emitidas por esta Assessoria de Controle Interno

manifestações sobre os mais variados objetos:

- Prestação de contas dos recursos recebidos a título de suprimento de fundos (adiantamento);
- Abono de permanência;
- Aditivos / reajustes contratuais;
- Empenho de despesas e pagamento a fornecedores;
- Locação de imóveis;
- Licitação (fase inicial / dispensa / inexigibilidade / adesão de ata de registro de preço);
- Solicitação de gratificações, auxílios e adicionais a membros e a servidores efetivos e à disposição;
- Incorporação/averbação de tempo de contribuição previdenciária e/ou de serviço;
- Requisição de servidores;
- Verbas indenizatórias;
- Ajuda de custo; entre outros.

No aspecto quantitativo, emitimos **1.633 (mil seiscentos e trinta e três)** manifestações durante o exercício de 2016, conforme podemos observar na Tabela 01 a seguir:

Tabela 23: Número de Manifestações/Pareceres discriminados por assunto e divididos por trimestre/2016.

ASSUNTO	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
Pagamento de Obras, Materiais e Serviços	101	165	140	220	626
Prestação de Contas de Adiantamento	14	67	71	156	308
Solicitação de Empenhos	40	25	53	70	188
Verbas Indenizatórias	56	22	54	60	192
Reajuste e Repactuação Contratual	6	32	1	13	52
Inexigibilidade de Licitação	3	1	6	8	18
Fase Interna de Licitação	24	6	23	20	73

Outros	8	9	11	7	35
Aditivo contratual	10	7	10	13	40
Locação de Imóvel	3	0	5	26	34
Abono de Permanência	6	3	0	0	9
Dispensa de Licitação	2	2	2	4	10
Prestação de Contas Mensal do FEMPE	3	3	2	5	13
Incorporação/Averbação Tempo de Serviço	4	3	1	3	11
Ajuda de custo	1	0	2	2	5
Adesão SRG	1	5	1	8	15
Aposentadoria	1	1	1	0	3
Auxílio Moradia	1	0	0	0	1
TOTAL	284	351	383	615	1.633

Fonte: ACI/PGJ, 2016.

A Tabela acima fornece uma ideia mais ampla a respeito das nossas manifestações ao longo do ano de 2016, as quais estão distribuídas em grupos como Execução Orçamentária, Gestão de Pessoas, Licitação e Outros:

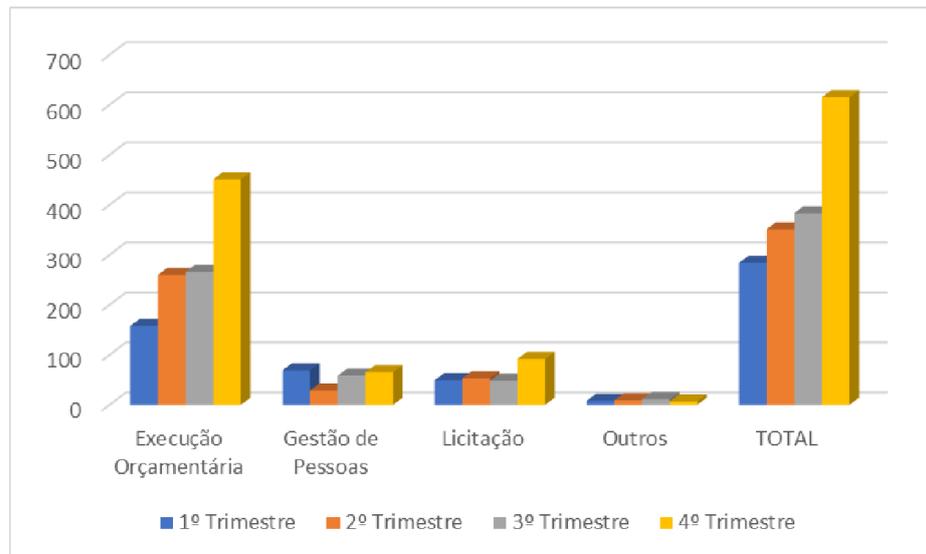
Tabela 24: Número de Manifestações/Pareceres discriminados por grupo e divididos por trimestre/2016.

GRUPO	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
Execução Orçamentária	158	260	266	451	1135
Gestão de Pessoas	69	29	58	65	221
Licitação	49	53	48	92	242
Outros	8	9	11	7	35
TOTAL	284	351	383	615	1.633

Fonte: ACI/PGJ, 2016.

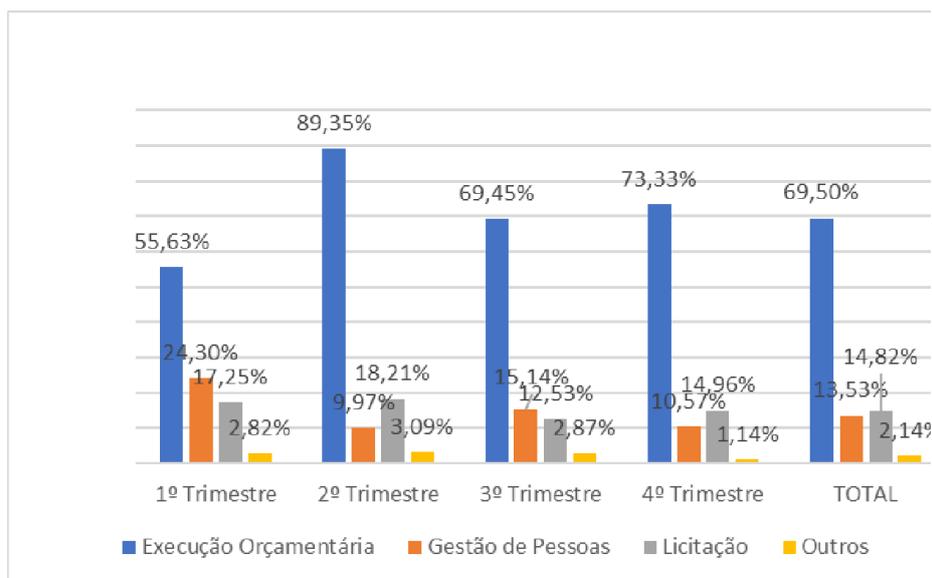
Os resultados demonstrados acima são representados graficamente, como segue, com o auxílio dos Gráficos 01 e 02:

Gráfico 01: Ilustração de Manifestações/Pareceres discriminados por grupo e divididos por trimestre/2016.



Fonte: ACI/PGJ, 2016.

Gráfico 02: Percentual de Manifestações/Pareceres discriminados por grupo e divididos por trimestre/2016.



Fonte: ACI/PGJ, 2016.

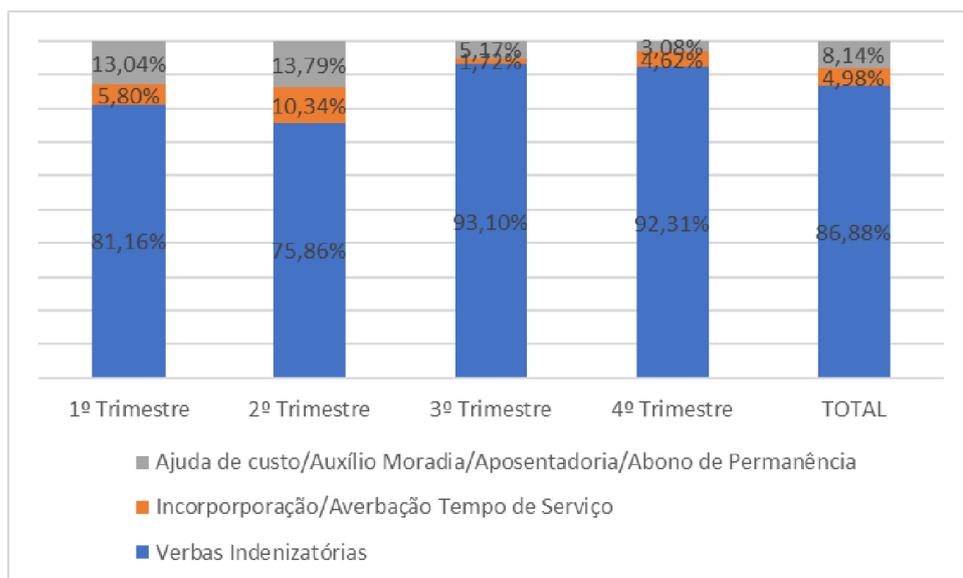
Detalhando as manifestações cujo objeto de análise foram processos administrativos relativos à **Gestão de Pessoas**, tivemos:

Tabela 25: Número de Pareceres relativos à Gestão de Pessoas divididos por trimestre/2016.

ASSUNTO	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
Verbas Indenizatórias	56	22	54	60	192
Incorporação/Averbação Tempo de Serviço	4	3	1	3	11
Ajuda de custo / Auxílio Moradia / Aposentadoria / Abono de Permanência	9	4	3	2	18
TOTAL	69	29	58	65	221

Fonte: ACI/PGJ, 2016.

Gráfico 03: Percentual de Manifestações do grupo Gestão de Pessoas e divididos por trimestre/2016.



Fonte: ACI/PGJ, 2016.

A respeito dos processos administrativos relativos à **Licitação**, as análises foram assim distribuídas:

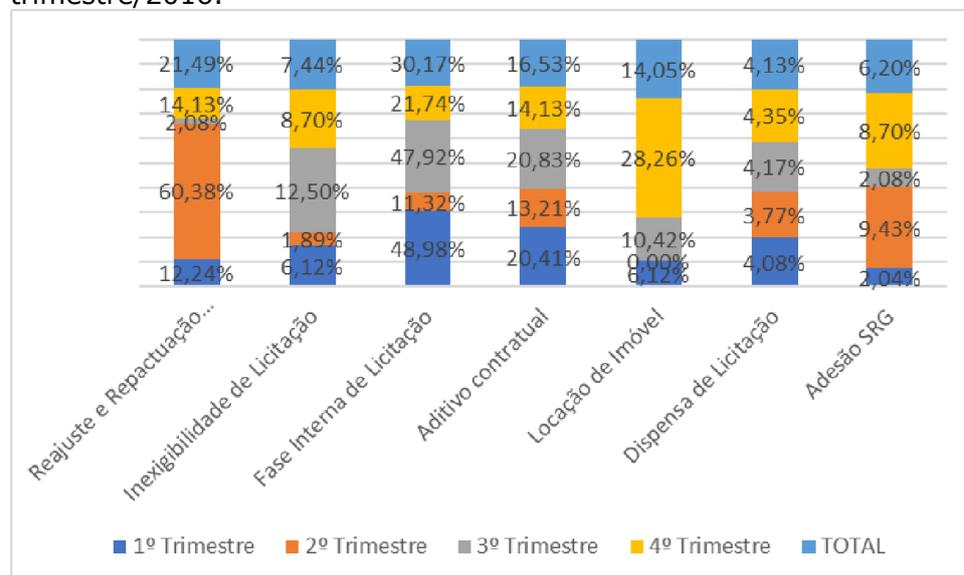
Tabela 26: Número de pareceres relativos à Licitação divididos por trimestre/2016.

ASSUNTO	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
Reajuste e Repactuação Contratual	6	32	1	13	52
Inexigibilidade de Licitação	3	1	6	8	18
Fase Interna de Licitação	24	6	23	20	73
Aditivo contratual	10	7	10	13	40
Locação de Imóvel	3	0	5	26	34
Dispensa de Licitação	2	2	2	4	10

Adesão SRG	1	5	1	8	15
TOTAL	49	53	48	92	242

Fonte: ACI/PGJ, 2016.

Gráfico 04: Percentual de manifestações do grupo Licitações e divididos por trimestre/2016.



Fonte: ACI/PGJ, 2016.

Quanto a estes, conforme indicado no relatório de atividades do ano anterior, as análises tornaram-se mais célere, principalmente em virtude das edições dos normativos que disciplinam não só a tramitação dos processos, mas estabelecem os documentos necessários a regular a instrução dos mesmos.

As manifestações acerca da regularidade de processos administrativos relativos à **Execução Orçamentária**, assim se apresentaram:

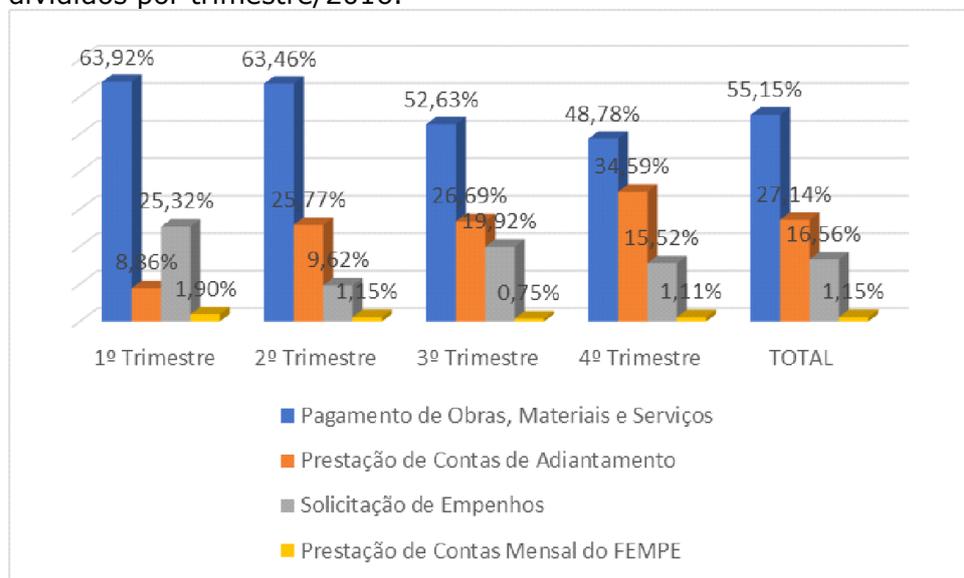
Tabela 27: Número de pareceres relativos à Execução Orçamentária divididos por trimestre/2016.

ASSUNTO	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
Pagamento de Obras, Materiais e Serviços	101	165	140	220	626
Prestação de Contas de Adiantamento	14	67	71	156	308
Solicitação de Empenhos	40	25	53	70	188

Prestação de Contas Mensal do FEMPE	3	3	2	5	13
TOTAL	158	260	266	451	1135

Fonte: ACI/PGJ, 2016.

Gráfico 05: Percentual de manifestações do grupo Execução Orçamentária e divididos por trimestre/2016.



Fonte: ACI/PGJ, 2016.

OUTRAS ATIVIDADES

Além das **1.633 (mil seiscientos e trinta e três)** manifestações, **coube a esta Assessoria, no exercício 2016:**

- elaborar e publicar os Relatórios de Gestão Fiscal exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, enviando-os ainda ao Tribunal de Contas do Estado;
- participar de comissão para reformular/editar normativos internos.

ASSESSORIA JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO - AJAD

A Assessoria Jurídica da Administração atua nos processos administrativos, bem como desempenha outras atividades de sua competência, nos termos do art. 115-A do

Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça, tais como: participação em diversas comissões de estudos para elaboração de norma interna da Instituição.

As atividades desenvolvidas pela Assessoria Jurídica da Administração (AJAD), referente ao exercício de 2016, tiveram os seguintes resultados, após a totalização das informações:

Tabela 28: Movimentação Processual.

Movimentação	Quantidade
Processos recebidos	703
Processos devolvidos	683
Processos remanescentes	20

Fonte: AJAD/PGJ, 2016.

Os processos supracitados, em sua grande maioria trataram de licitações e contratos, o que exigiu da Assessoria uma análise minuciosa dos autos, em especial do edital e seus anexos, para sua aprovação, em atendimento ao disposto no parágrafo único, do art. 38, uma vez que “as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por Assessoria Jurídica da Administração”.

Além das apreciações dos referidos processos, esta Assessoria respondeu inúmeras consultas informais formuladas pelas Coordenadorias deste Órgão Ministerial, principalmente sobre os procedimentos para contratação de produtos, serviços e obras de engenharia, bem como a realização de reuniões quando necessárias.

Por fim, no ano de 2016, destaca-se ainda: a conclusão da minuta de Ato Regulamentar que disciplina e estabelece normas

para contratação de soluções de Tecnologia da Informação; participação na elaboração da minuta de Ato Regulamentar que trata sobre a participação de membros e servidores em ações de treinamento, desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional no âmbito deste Órgão Ministerial; e participação ativa na Comissão de Gestão de Ambiental e a Comissão Especial para Regularização de Imóveis.

ASSESSORIA TÉCNICA - ASTEC

Compete à Assessoria Técnica a elaboração de perícias, laudos, avaliações, notas técnicas, projetos e outros estudos técnicos para instrução de procedimentos administrativos dos órgãos de execução, assim como prestar suporte técnico nas ações judiciais em que atuar como órgão agente ou fiscal da lei, a ser regulamentada por ato do chefe da Instituição.

Atuação da ASTEC em 2016:

Tabela 29: Atividade Processuais

DESCRIÇÃO	1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	TOTAL
PARECERES					
Técnicos da ASTEC	119	87	110	128	444
Médicos	08	10	08	16	42
Núcleo da ASTEC	09	08	10	08	35
CÁLCULOS FINANCEIROS					
ASTEC	04	04	02	05	15
Núcleo da ASTEC	01	02	04	02	09
NOTAS TÉCNICAS					
ASTEC	01	00	00	00	01
ATENDIMENTO A CONSULTAS					
Núcleo da ASTEC	00	04	03	02	09
DOCUMENTOS REFERENTES À PROMOTORIA ITINERANTE					
Pareceres Técnicos	00	00	01	01	02

Fonte: ASTEC/PGJ, 2016.

- **Participação em Cursos, Palestras, Simpósios, Congressos e Seminários:**

- Curso sobre Processos de Aposentadorias
- Curso de Acompanhamento de Planilha de Composição de Custos na Contratação de Serviços Contínuos
- Curso das Tabelas Unificadas da Área Administrativa – DIGIDOC
- XIII Fórum Internacional de Sepse
- Palestra: Operação “Pau de arara” - Fiscalização de Transporte Escolar
- Palestra sobre Projeto de lei n. 257/15
- Participação nas atividades de elaboração do Planejamento Estratégico
- Congresso Brasileiro de Medicina Legal em Maceió/AL

- **Participação em Comissões e Audiências Públicas e Judiciais**

- **Elaboração de Estudos e Sugestões:**

- Estudo Técnico das contas contábeis Prefeitura Municipal de São Luís para análise da capacidade financeira das contas municipais em relação aos recursos do FUNDEB, com o objetivo de identificar possível folga financeira pra atender ao pleito do Sindicato dos professores da rede municipal;
- Estudo Técnico visando viabilizar a implantação dos sistemas de custos deste MPMA (em curso);
- Elaboração das planilhas do painel de contribuição da ASTEC para o Planejamento Estratégico 2016/2021 (em curso)

- **Operações Conjuntas com outros Órgãos**

- TCU - Fiscalização de transporte escolar.

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO - ASPLAN

A Assessoria de Planejamento foi criada pelo Ato Regulamentar nº 16/2012-GPGJ e desempenha importante papel no assessoramento das atividades relacionadas aos processos de trabalho e no controle da execução dos planos de gestão, avaliando resultados e oportunidades de melhoria, tendo por base uma gestão estratégica focada em resultados.

Dentre as principais atividades desenvolvidas pela ASPLAN em 2016 estão:

- Participação nas reuniões do Fórum Nacional de Gestão, do Conselho Nacional do Ministério Público (FNG/CNMP), como integrante do Grupo de Trabalho de Planejamento do Comitê de Gestão de Política Administrativa (CPGA) realizadas em Brasília/DF, nos meses de abril e agosto de 2016;
- Participação no evento da Ação Nacional Estruturante sobre Desdobramento do Planejamento Estratégico Nacional, promovido pelo FNG/CNMP, realizadas em Boa Vista/AC, nos dias XX e XX de outubro de 2016, que discutiu o projeto de Revisão dos Indicadores do Planejamento Estratégico Nacional e Estaduais;
- Participação no Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão, realizado no mês de dezembro/16, em São Luís;
- Edição do Relatório Anual de Atividades do MPMA
- Gestão por Competências – Dando continuidade à implantação do Programa de Gestão por Competências, que faz parte do Planejamento Estratégico Institucional 2016-2021, os integrantes da equipe da ASPLAN e demais representantes da Comissão do Programa participaram de uma palestra de sensibilização sobre o

tema, ministrada pela especialista no assunto, a professora-adjunta da Universidade de Brasília (UnB), Maria Júlia Pantoja de Britto, que atualmente integra o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

- Participação na Comissão do Programa de Sustentabilidade do MPMA – Programa Integrar;
- Participação na elaboração da proposta metodológica de implementação do Projeto de Centro de Custos no MPMA;
- Participação no processo de transformação da Assessoria de Planejamento em Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), com a elaboração de minuta de ato, contendo a descrição das atribuições e dos cargos e seções da nova unidade administrativa, que está em fase implantação pelo Procurador-Geral de Justiça. Com essa nova configuração vislumbra-se maior participação e respaldo da área no processo de gestão do Planejamento Estratégico e de assessoramento à Administração Superior nas tomadas de decisão.

Destaque da atuação:

Desdobramento do Planejamento Estratégico do MPMA 2016-2021

No mês de junho, após a conclusão e entrega do Plano Estratégico do Ministério Público do Estado do Maranhão para o horizonte 2016-2021 ao novo Procurador-Geral de Justiça, a equipe da Assessoria de Planejamento (ASPLAN) junto com os membros das Comissões de Gestão e Execução do Planejamento Estratégico e

da consultoria do Instituto Sagres – Política e Gestão Estratégica Aplicadas iniciaram a fase de desdobramento do referido plano.

As atividades se estenderam até novembro/16, com etapas de capacitação de membros e servidores, encontros presenciais e à distância, culminando com a entrega dos Planos Táticos-Operacionais dos 09 (nove) Centros de Apoio Operacional - responsáveis pela execução e monitoramento das ações da área finalística do Plano Estratégico, bem como de algumas unidades administrativas, como: Secretaria de Planejamento e Gestão (na qual a ASPLAN se transformou); Coordenadorias de Gestão de Pessoas; Comunicação Social; Modernização e Tecnologia da Informação; Escola Superior do Ministério Público; dentre outras. Além da elaboração dos planos táticos também foram construídos os Planos Diretor de Tecnologia da Informação e da Comunicação da Estratégia, bem com a implantação de um software de monitoramento da gestão e a realização das primeiras Reuniões de Acompanhamento da Estratégia (RAE) e Tática (RAT), com a participação de representantes das Comissões de Gestão e Execução do Planejamento Estratégico.

Assim, destacamos a seguir os principais pontos do processo de elaboração do Planejamento Estratégico:

- Adoção da metodologia FIGE – Ferramentas Integradas de Gestão Estratégica, desenvolvida pelo Instituto SAGRES – Política e Gestão Estratégica Aplicadas, que se encontra perfeitamente alinhada aos preceitos e orientações do CNMP.
- Expedição de documentos normativos As atividades de planejamento e gestão devem estar amparadas por adequado arcabouço legal e normativo, como o efetuado pelo MPMA:
- Ato nº 560/GPGJ, de 2 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o

Planejamento Estratégico do MPMA e dá outras providências;

- Portaria nº 109/2016-GPGJ, que designa membros e servidores para compor a Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico (CGPE), para o período 2016-2021;
- Portaria nº110/2016-GPGJ, que designa membros e servidores para compor a Comissão Executiva do Planejamento Estratégico Institucional (CPEI), para o período;
- Participação ativa do Procurador-Geral de Justiça e de representantes da alta administração em todo o processo de desdobramento do Plano Estratégico;
- Elaboração do Plano Geral de Atuação (PGA), voltado para a gestão em curso;
- Elaboração de Planos de Ação de três Projetos Estruturantes - exprimem as maiores prioridades relativas à gestão e exigem ampla concentração de esforços e meios para o seu desenvolvimento: 1- Arquitetura Organizacional; 2 - Modelo de Planejamento e Gestão Estratégica; e 3 - Modelo de Gestão de Pessoas por Competências;
- Elaboração do Plano de Comunicação da Estratégia (PCE);
- Elaboração dos Planos: Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) caracterizam, respectivamente, os níveis tático e operacional para essa área;
- Priorização de Projetos e Iniciativas da Área Finalística, realizada por integrantes da Administração Superior e da Câmara de Coordenadores de CAOPs, resultando no Portfólio de 20 Projetos classificados como prioritários para execução no âmbito do PGA 2017-2018 e tendo como eixo norteador o Programa Institucional "MP contra a Corrupção", criado com a finalidade de trabalhar na prevenção e enfrentamento à corrupção no âmbito do Ministério

Público do Estado do Maranhão.

- Instalação de software de apoio (Stratec) para monitoramento e avaliação, que permite o acompanhamento em tempo real, a gestão à vista e a integração de dados e informações.
- Orientação e realização de Reunião de Acompanhamento Operacional - RAO, Acompanhamento Tático - RAT e a primeira Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE, com base nos projetos e iniciativas definidos para cada área, visando aplicação prática da metodologia de execução, monitoramento e avaliação da estratégia.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

As licitações realizadas contemplaram a modalidade de Pregão na forma Eletrônica, além das contratações decorrentes de dispensa e inexigibilidade de licitação e adesão a Ata de Registro de Preços, objetivando a aquisição de bens e execução de obras e serviços. No quadro abaixo está demonstrada a participação de cada modalidade, no total de procedimentos licitatórios realizados no ano de 2016:

Tabela 30 – Licitações realizadas em 2016

MODALIDADE	QTD.
Pregão Eletrônico	45
Dispensa de Licitação	06
Inexigibilidade de Licitação	35
Adesão a Ata de Registro de Preços	06
Total	92

Fonte: CPL/PGJ, 2016.

Dos procedimentos licitatórios realizados no ano de

2016, foram concluídas **45 (quarenta e cinco) licitações**. Todos na modalidade Pregão na forma Eletrônica.

As licitações concluídas, bem como as dispensas e inexigibilidades autorizadas e ainda as Adesões feitas pela Procuradoria-Geral de Justiça (carona), resultaram na formalização de **15 (quinze) Contratos Administrativos** e **64 (sessenta e quatro) Atas de Registros de Preços**.

Os valores contratados por meio dos procedimentos licitatórios em 2016 encontram-se relacionados no quadro abaixo:

Tabela 31 – Valores contratados por Licitações em 2016

Modalidade	Qtde.	Valor Estimado (R\$) - (A)	Valor Ofertado (R\$) - (B)	Economia (valor absoluto - R\$) - (C)	Economia (valor relativo - %) [(C/A)* 100]
Pregão Eletrônico	45	85.720.472,37	55.620.493,34	30.009.979,03	35%

Fonte: CPL/PGJ, 2016.

Conforme se verifica, na tabela acima, a economia orçamentária para este Órgão Ministerial foi da ordem de **R\$ 30.009.979,03 (trinta milhões, nove mil, novecentos e setenta e nove reais e três centavos)**, o que equivale **35% (trinta e cinco por cento)** do valor total que se disponibilizou para as contratações, possibilitando à Instituição a realização de novos projetos no exercício de 2015.

A Lei de Licitações e Contratos determina como regra a contratação precedida de licitação, permitindo algumas exceções através da contratação direta por dispensa ou inexigibilidade.

A CPL no ano de 2016 realizou **06 (seis)** enquadramentos de contratações por **dispensa (Artigo 24 da Lei nº 8.666/93)**, num total de **R\$ 30.630,28 (trinta mil,**

seiscentos e trinta reais e vinte e oito centavos), e 35 (trinta e cinco) por inexigibilidade de licitação (Artigo 25 da Lei nº 8.666/93), num total de R\$ 478.773,00 (quatrocentos e setenta e oito mil, setecentos e setenta e três reais), para compras e serviços, tais como locação de imóveis, licenças de software, aulas, treinamentos e cursos de capacitação de membros e servidores. Foram autorizadas ainda 06 (seis) contratações através de Adesão de licitações realizadas por outros órgãos da Administração Pública no total de R\$ 522.307,00 (quinhentos e vinte e dois mil, trezentos e sete reais).

Tabela 32 – Valores contratados por Licitações em 2016

Modalidade	Qtde.	Valor Contratado
Pregão Eletrônico	45	55.620.493,34
Dispensa	06	30.630,28
Inexigibilidade	35	478.773,00
Adesão a ARP	06	522.307,00
TOTAL	92	56.652.203,62

Fonte: CPL/PGJ, 2016.

APROXIMAÇÃO COM A SOCIEDADE

Com objetivo de aproximar ainda mais o cidadão do Ministério Público do Estado do Maranhão, várias iniciativas foram adotadas para tornar mais transparente o papel da instituição e promover uma comunicação contínua entre as diversas esferas da sociedade.

OUVIDORIA-GERAL

O Ministério Público do Estado do Maranhão criou a sua Ouvidoria por meio da Lei Complementar Estadual nº 83/2005, como um órgão auxiliar que integra a estrutura administrativa da Procuradoria-Geral de Justiça, com o objetivo de contribuir para elevar continuamente os padrões de transparências, prestação e segurança das atividades dos membros, órgãos e serviços auxiliares da Instituição.

A Ouvidoria permite ao cidadão a sua permanente comunicação e interlocução com o Ministério Público do Estado do Maranhão, via recebimento de denúncias, reclamações, críticas, sugestões e elogios de cidadãos, entidades representativas, órgãos públicos e autoridades, bem como a obtenção, por parte destes, de informações sobre ações desenvolvidas pela Instituição.

Caso seja apresentada ao órgão uma demanda referente à atribuição de outro, a Ouvidoria faz o devido encaminhamento, comunicando o interessado acerca deste fato.

Canais de atendimento da Ouvidoria.

O cidadão pode entrar em contato com o órgão através dos seguintes canais:

- Pessoalmente, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, na Avenida Prof. Carlos Cunha, s/nº, Calhau, São Luís, Maranhão, CEP: 65076.820.
- Por correspondência, enviada à sede da Instituição.
- Por telefone: (98) 3219-1769/1769/1738 e 0800-098-1600
- Por fax: (98) 3231-2980
- Pelo site:
<http://ouvidoria.mpma.mp.br/sistema/manifestacao/cadaststrar>
- Por e-mail: ouvidoria@mpma.mp.br

Estatísticas da Ouvidoria em 2016

Tabela 33 – Tipos de Demandas

Classes das demandas	Quantidade	%
Denúncia	3789	87
Reclamação	357	8,2
Solicitação de providência/informação	175	4
Sugestão	2	0,1
Crítica	30	0,7
Elogio	7	0,2
Total das demandas	4360	100

Fonte: OUV/PGJ, 2016.

Tabela 34 – Demandas por Assuntos

Detalhamento por assunto	Quantidade	%
Crime	2999	69
Execução Penal	11	0,3
Educação	71	1,6
Saúde	77	1,8
Idoso	102	2,3
Pessoas com deficiência	26	0,6
Eleitoral	15	0,3
Improbidade administrativa	180	4,1
Concurso público	116	2,7
Irregularidades trabalhistas	29	0,7
Controle externo da atividade policial	31	0,7
Demanda alheia à competência da Ouvidoria / Consultas e dúvidas jurídicas	189	4,3
Residência na comarca e lotação de membros	3	0,1
Administração e funcionamento do Ministério Público	35	0,8
Infração disciplinar de membro ou servidor / inércia ou morosidade na atuação funcional	6	0,1
Infância e juventude	197	4,5

Lei de acesso a informação / Remuneração de membros e servidores	7	0,2
Consumidor / Serviços públicos	110	2,5
Meio ambiente	130	3
Outros	26	0,6
Total	4360	100

Fonte: OUV/PGJ, 2016.

Tabela 35 – Demandas por tipo de Movimentação

Movimentação	Quantidade	%
Demandas arquivadas	3880	89
Demandas tramitando	480	11
Total de demandas	4360	100

Fonte: OUV/PGJ, 2016.

Tabela 36 – Meios de Recebimento das Demandas

Descrição	Quantidade	%
Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República	2912	67
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	49	1,1
Disque Denúncia Maranhão	293	6,7
Disque Ministério Público / Cadastro de manifestação	636	15
E-mail (ouvidoria@mpma.mp.br)	470	11
Total	4360	100

Fonte: OUV/PGJ, 2016.

Tabela 37 – Identificação das Demandas

Quanto à Identificação	Quantidade	%
Sigilosas	3868	89
Não Sigilosas	492	11
Total	4360	100

Fonte: OUV/PGJ, 2016.

Tabela 38 – Meio de Respostas às Demandas

Meios	Quantidade	%
E-mail	3741	96
Telefone	79	2,5
Pessoalmente	60	1,5
Total de respostas	3880	100

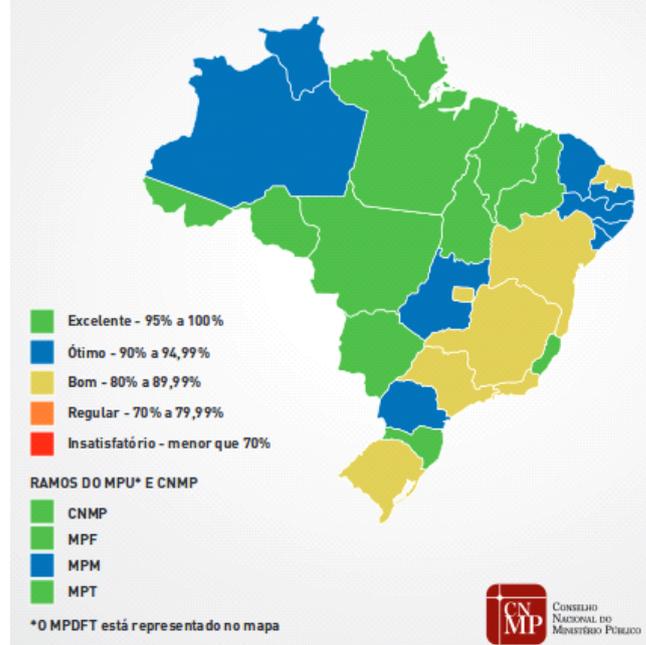
Fonte: OUV/PGJ, 2016.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Comissão de Controle Administrativo e Financeiro

RANKING DA TRANSPARÊNCIA

2º trimestre de 2016



Durante o ano de 2016 houve o gerenciamento rigoroso da qualidade do Portal da Transparência do MPMA. Através do constante diálogo com os setores responsáveis por alimentar o Portal, o Ministério Público foi classificado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) como um dos mais transparentes do país.

Na avaliação relativa ao segundo trimestre de 2016, o MPMA foi classificado como excelente, com índice de transparência de **95,27%**, correspondendo ao grupo de unidades mais

transparentes do Ministério Público brasileiro.

MPMA NA MÍDIA

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

No ano de 2016, a **Coordenadoria de Comunicação** produziu e publicou no site institucional **795 matérias**. O total de acessos ao site do MPMA, no ano de 2016, foi de **426.230**. A matéria mais acessada foi "*MPMA lança seletivo para estágio não-obrigatório*", com **11.754** acessos.

• **Atendimentos à imprensa**

No ano de 2016, foram realizados **300 atendimentos à imprensa**. Tais atendimentos correspondem à solicitação e marcação de entrevistas com membros, além da prestação de informações e esclarecimentos de dúvidas.

• **Avisos**

Foram produzidos e postados 84 avisos, com um total de 43.869 acessos. O aviso mais acessado foi sobre o pedido de doação de sangue para uma promotora de justiça da casa, com 6.701 acessos.

• **Programa de rádio**

O programa de rádio Estação MP é produzido pela equipe da Coordenadoria de Comunicação e veiculado aos sábados, na rádio Jovem Pan News – São Luís AM, de 9h às 10h. Em 2016, foram produzidas e veiculadas **40 edições** do programa de rádio Estação MP. Todos os programas são disponibilizados no site institucional. No total, foram **22.765 acessos**, com destaque para o programa sobre a Campanha "*Testemunhar é um ato de cidadania*", com **2.361 acessos**.

Redes Sociais

O Ministério Público do Maranhão possui as seguintes redes sociais: *Twitter, Instagram, Facebook* e um canal no *Youtube*.

Twitter e Instagram foram criados em outubro de 2016. Entre outubro e dezembro de 2016 foram **194 postagens** em cada.

Facebook e canal no *Youtube* já existem há mais de 2 anos. O canal do *Youtube* será utilizado em 2017 para as postagens do programa MPTV.

A *fanpage* do MPMA no *Facebook* teve, no ano de 2016, **560 publicações** e **3.647 curtidas**. Mais de **26.000** pessoas foram alcançadas, sendo 48% mulheres e 52% homens.

Campanhas Institucionais e Produção Gráfica

Campanhas Institucionais Iniciadas em 2016

- *A cidade não pode parar*
- *A Escola Ideal Acolhe: e não faz diferença*
- *Caixa 2 de Campanha Eleitoral: Essa conta não é legal!*

- *Campanha de Redução de Gastos*
- *Integrar*

Campanhas Institucionais (iniciadas antes 2016)

- 18 de maio – Campanha contra exploração sexual de crianças e adolescentes
- Contra Venda de Bebidas Alcoólicas para crianças
- Quem escolhe seu caminho: você ou as drogas?
- Maria da Penha em Ação
- Testemunhar é um ato de cidadania
- Cidade Limpa
- Pagar tributos é um ato de cidadania
- Ler, Pensar e Escrever
- Natal dos Correios

Programas Institucionais

- Programa de qualidade de vida
- Programa de Sustentabilidade

Eventos

- Seminário Novo Código de Processo Penal (PL-8045);
- III Encontro nacional de coordenadores de centros de apoio operacional Criminal;
- Congresso Estadual do MPMA;
- Dia Internacional contra a corrupção;
- Encontros Regionais de Planejamento da Gestão Estratégica do MPMA 2016-2021;
- II Semana de Saúde Funcional;
- Lançamento Programa Integrar;

- Curso Gestão por Competências;
- Eventos internos: Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia da Mulher, Dia das Crianças.

Publicações / Diagramações

- Relatório Executivo – 6 meses de gestão
- Breves Considerações sobre Intervenção do Ministério Público nos Conflitos Agrários
- Política de Comunicação - CNMP
- Relatório de atividades da Corregedoria do MP - 2015
- Relatório de atividades do MP-2015
- Relatório de Gestão 2012-2016

Programa MPTV

O programa MPTV é um projeto idealizado pelo procurador-geral de Justiça. A produção é feita pela Coordenadoria de Comunicação e a veiculação será no canal do MPMA no *Youtube*. Entre agosto de novembro, foram produzidos **14 programas**. O lançamento do MPTV aconteceu no 6º Congresso Estadual do MPMA, em 12 de dezembro.

Plano de Comunicação da Estratégia

A Coordenadoria de Comunicação participou das etapas do Planejamento Estratégico, tanto nas fases de construção do Planejamento, quanto na elaboração do Plano de Comunicação da Estratégia. Para divulgar a primeira etapa do Planejamento Estratégico, a Coordenadoria de Comunicação criou o mascote, o **Estrategito**. O Plano de Comunicação da Estratégia terá sua

implementação consolidada em 2017.

Clipping

A Coordenadoria de Comunicação realiza, diariamente, o clipping. Isso significa acompanhar tudo o que é veiculado na mídia impressa local sobre o Ministério Público, tanto fatos positivos quanto negativos. Atualmente, o clipping é disponibilizado no site.

Destaque:

Media Training Jurídico

Em dezembro de 2016 a Coordenadoria de Comunicação, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público, realizou o 1º Media Training Jurídico. A palestra, realizada no auditório da sede da PGJ, foi ministrada pelo consultor João Camargo Neto e contou com a participação de 40 membros.

Dentre os objetivos estava a capacitação dos representantes da instituição para o relacionamento com a imprensa, além de aperfeiçoar a capacidade dos porta-vozes do MPMA de se apresentarem com desenvoltura em entrevistas e manterem bom relacionamento com seus públicos de interesse, como jornalistas, órgãos públicos e a sociedade em geral.

ATUAÇÃO DOS CENTROS DE APOIO OPERACIONAL – CAOPs

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – CAOP/DH

Órgão auxiliar que tem como diretriz o auxílio aos órgãos de execução nas matérias de direitos fundamentais não alcançadas pelos demais Centros de Apoio. Presta apoio técnico, coordena a integração e o intercâmbio de informações e experiências entre as Promotorias de Justiça que atuam nas mesmas áreas e faz o acompanhamento constante das ações do Ministério Público nas diversas comarcas.

Composição: Para otimizar os trabalhos e também devido a ampla abrangência dos direitos humanos, o CAOP/DH conta com Núcleos Especializados, cada um sob a direção de um Promotor de Justiça. São eles:

- **Núcleo de Proteção à População em Situação de Rua:** Dra. Klycia Luiza Castro de Menezes / Dra. Maria da Glória Mafra Silva.
- **Núcleo de Diversidade Sexual:** Dra. Samira Mercês dos Santos.

- **Núcleo da Mulher:** Dra. Selma Regina Sousa Martins.
- **Núcleo de Igualdade Étnico-Racial:** Dra. Samira Mercês dos Santos.
- **Núcleo de Conflitos Agrários:** Dr. Haroldo Paiva de Brito.
- **Núcleo de Prevenção da Tortura:** Dra. Lana Cristina Barros Pessoa / Dr. Nacor Paulo Pereira dos Santos.
- **Núcleo de Combate ao Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas:** Dr. Cássius Guimarães Chai / Dr. José Augusto Cutrim Gomes.
- **Núcleo de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas:** Dra. Lana Cristina Barros Pessoa.

Principais atividades realizadas em 2016:

No ano de 2016 foram realizadas atividades pelo CAOP-DHC, conforme descritas abaixo:

- Co-coordenação das ações integradas decorrentes dos convênios, protocolos de intenções e acordos institucionais referentes à área de direitos humanos;
- Acompanhamento processual de ações nas comarcas e no Tribunal de Justiça quanto à sua área de atuação;
- Apoio aos órgãos de execução quanto às atividades relativas ao direito material e processual referente às atribuições cíveis e criminais concernentes à tortura, relações étnico-raciais, idosos, apoio às vítimas de violência, defesa do controle social do uso dos meios de comunicação em atenção à dignidade do ser humano, conflitos no campo, violência contra povos indígenas, diversidade

sexual, defesa dos direitos da mulher, defesa dos direitos das populações em situação de rua e combate ao trabalho escravo e tráfico de pessoas;

- Envio de comunicações, notícias e ofícios circulares, via e-mail, a todos os Promotores de Justiça com atuação na área de direitos humanos, repassando informações e recomendações vindas do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH; Secretarias Estaduais, Nacionais e Ministérios da Presidência e de outros órgãos com atuação na defesa dos direitos humanos;

- Divulgação aos Promotores de Justiça via e-mail, de informações importantes sobre ações e trabalhos do Ministério Público afetos à garantia dos direitos humanos, bem como de notícias e documentos relacionados à garantia dos direitos humanos, como editais de projetos, manuais de orientação, tramitação de projetos de lei de interesse dos direitos humanos, relatórios finais de Comissões Parlamentares de Inquérito.

- Aproximação e reafirmação das relações com a Sociedade Civil Organizada, seguindo orientação do CNMP. Assim, Promotores de Justiça do CAOP/DH participaram das reuniões ordinárias do Conselho Estadual de Direitos Humanos, do Comitê Estadual de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia no Maranhão e do Comitê Estadual de Combate à Tortura.

- Atualização da página do CAOP/DH no Portal do MPMA com notícias relacionadas à garantia dos direitos humanos; modelos de peças jurídicas, pactos, acordos, tratados etc, textos de apoio, obras e publicações disponibilizadas on-line, legislação pertinente a área de atuação de cada núcleo do CAOP/DH, links para outros órgãos.

O CAOP/DH recebeu denúncias de violações dos direitos

humanos em várias áreas e, após processá-las, encaminhou-as para os órgãos de execução para as providências legais cabíveis, dentre elas destacam-se:

- Conflitos agrários envolvendo agilização de processos de desapropriação e regularização fundiária de imóveis, requisitado pela AAFPCON – Associação de Agricultores e Agricultoras da Agricultura Familiar;
- Denúncia relacionada a crime ambiental, perseguição e ameaça em comunidade quilombola;
- Violação de Direitos Humanos no município do interior do estado recebido através do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos;
- Discriminação contra portadores do vírus HIV na capital recebido através do Disque Direitos Humanos e imediatamente encaminhada à Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos Fundamentais;
- Dificuldade de acesso a população em situação de rua aos direitos básicos de moradia recebida através do Disque Direitos Humanos e imediatamente encaminhada à Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos Fundamentais;
- Agressão física a pessoa portadora de deficiência física feita por policiais civis e imediatamente encaminhada ao CAOP/Criminal;
- Notificação de discriminação racial envolvendo pessoas sem capacidade de defesa, recebida através do Disque Direitos Humanos, e imediatamente encaminhada às Promotorias de Justiça da Comarca de São José de Ribamar, Godofredo Viana, Pedreiras e São Luís;

- Agressão psicológica e ameaça de agressão física conjuntamente com discriminação recebida através do Disque Direitos Humanos e imediatamente encaminhada à Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos Fundamentais.

Tabela 39 – Dados da atuação do CAOP-DHC

ATIVIDADES	NÚMEROS
Denúncias recebidas por e-mail	46
Denúncias recebidas por telefonemas	13
Denúncias recebidas presencialmente	4
Consultas diversas	74
Reuniões de trabalho preparatórios	12
Eventos realizados	2
Participação em comissões estaduais	7
Participação em comissões nacionais	2
Reuniões de comissões em geral (nacional/estadual)	32

Fonte: CAOp-DHC/PGJ, 2016.

Participação do CAOP/DH em eventos, encontros e reuniões no ano de 2016:

- **Seminário “Relações Étnico-Raciais na Atualidade: Potencialidades e Desafios”**, promovido pela UFMA, no dia 22.01.16;
- VI Conferência Estadual dos Direitos Humanos, dia 24.02.16;
- **Assinatura da Recomendação nº 03/2016 – CPGJ**, que dispõe sobre a atuação do MPMA nos programas especiais de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas, no Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, dia 02.05.2016;
- **Palestra “Conhecendo o nosso trabalho”, Semana Nacional de Mobilização das Ouvidorias de Polícia**, no Auditório da

Secretaria de Segurança Pública, dia 02.05.16;

• **I Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH**, na Sede do Ministério Público em Salvador/BA, no período de 04 a 06.05.16;

• **III encontro Inter-Regional de Trabalhadores/as Resgatados/as do Trabalho Escravo**, em Pindaré-Mirim, dia 12.05.16;

• Seminário “Múltiplos Olhares sobre as violações de direitos humanos nas escolas”, auditório da Secretaria de Saúde de Imperatriz, dia 24.05.16;

• Assinatura de TAC entre MPMA e Secretaria Estadual de Educação para trabalhar direito da mulher no currículo básico escolar, no Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, dia 02.06.2016;

• Participação das atividades de elaboração do Planejamento Estratégico do MPMA 2016-2021;

• Curso de Formação ministrado aos três novos Promotores de Justiça empossados, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, dia 07.12.16;

• Reuniões das Comissões, Conselhos e Comitês na área dos direitos humanos em nível nacional e estadual.

Destaque da atuação em 2016

Lançamento da Cartilha “Orientação para Legalização das Associações de Apoio às Casas Religiosas de Matriz Africana”.

Lançada no dia 11 de agosto de 2016, na antiga sede da

Procuradoria-Geral de Justiça, no Centro de São Luís, a cartilha Orientações para Legalização de Associações de Apoio às Casas Religiosas de Matriz Africana visa contribuir para a valorização e reconhecimento do legado cultural, preservar sua tradição e combater a discriminação religiosa. É resultado do projeto Promoção de ações de reconhecimento e valorização das comunidades tradicionais de matriz africana, executado pela Fundação Josué Montello, com o apoio do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania (CAOp/DH) do Ministério Público. A publicação orienta, em linguagem simples e objetiva, a forma de promover a legalização e a institucionalização dos templos religiosos.

MPA e Estado do Maranhão firmam TAC para trabalhar direito da mulher no currículo escolar básico.

Foi assinado entre o Ministério Público Estadual e o Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado da Educação. No termo, o Poder Executivo se compromete a implementar o Plano Estadual de Educação de forma transversal, relativamente aos direitos das mulheres, em especial à Lei Maria da Penha, como forma de prevenção do feminicídio. Outro compromisso é o de capacitação constante dos professores sobre este tema, com a realização de, pelo menos, um seminário anual. A secretaria também se comprometeu a adotar livros didáticos e paradidáticos que tratem adequadamente os direitos das mulheres, além de buscar superar os limites físicos das escolas, levando esse tipo de conhecimento à comunidade em geral. Caberá, ainda, à pasta da Educação encaminhar anualmente ao Ministério Público os projetos pedagógicos de cada escola, bem como relatórios das atividades realizadas. Em caso de descumprimento de qualquer dos termos do

TAC, será aplicada multa diária de R\$ 10 mil.

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE PROTEÇÃO AO IDOSO E À PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CAOp/PIPD

Criado em 13 de junho de 2011, pela Resolução Nº 10/2011 do Colégio Procuradores do Ministério Público do Maranhão, o Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Idoso e Pessoa com Deficiência (CAOp/PIPD) tem como finalidade colaborar com os promotores de Justiça na organização, no planejamento das ações, no apoio ao trabalho nas comarcas, para que os direitos dos idosos bem como o direito da pessoa com deficiência sejam efetivamente respeitados no Estado.

Ressalte-se ainda, que este CAOP tem como papel apoiar o promotor de Justiça na sua atuação funcional relativa ao direito coletivo dos idosos e da pessoa com deficiência incentivando os promotores de justiça a serem vetores de articulações junto à sociedade para melhorias da implantação das políticas públicas sociais.

Composição: Integram o CAOP/PIPD os Promotores de Justiça José Augusto Cutrim Gomes, Gabriele Gadelha Barboza de Almeida e Ariano Tércio Silva de Aguiar, sendo coordenado pelo Promotor Carlos Augusto Soares.

Principais atividades realizadas no ano de 2016:

- **Orientação** – Dentre as orientações prestadas, as principais versaram sobre: eleição do Conselho Municipal do Idoso; desrespeito e despreparo da Prefeitura de São Luís/MA, no setor de

Gratuidade do Transporte Público – SET; negação por parte Órgão Municipal de Assistência Social em colaborar nas investigações ministeriais, mediante a realização de estudos e relatórios sociais nos casos de violações de direitos de pessoas idosas e pessoas com deficiência; solicitação de auxílio a pessoa idosa em situação de hipossuficiência e vulnerabilidade; criação de Conselhos Municipais da Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência.

- **Distribuição de Procedimento** - Distribuição de Notícias de Fato aos órgãos e execução e demais instituições para a realização das diligências e providências cabíveis, acerca de supostas violações de direitos envolvendo pessoas idosas e/ou com deficiência, como o Núcleo Psicossocial das Promotorias de Justiça da Capital, Reitoria da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA etc.

- **Coleta de dados e informações** – Visando prestar o maior número de informações possíveis ao público e membros do Ministério Público em todo o estado sobre as diversas atribuições do Centro de Apoio, iniciou-se uma busca conjunta entres as Promotorias Especializadas da Pessoa com Deficiência e Promotorias Especializadas da Pessoa Idosa, de informações técnico-jurídicas para publicação na página virtual deste Centro de Apoio.

Participação em Cursos/Eventos/Reuniões:

- No dia 14 de outubro de 2016, o coordenador do Centro de Apoio participou de treinamento para a implantação do SIMP.
- Em 06 de outubro de 2016, foi realizada pelo Centro de Apoio uma ação social no Asilo de Mendicidade (São Francisco), em comemoração ao Dia do Idoso.
- Participação nas atividades de elaboração do Planejamento

Estratégico Institucional 2016-2021, correspondente ao nível tático-operacional do planejamento. Nessas oportunidades foram definidas as ações a serem desenvolvidas no nível operacional, para os próximos 5 anos;

- Participação em reunião no dia 08 de agosto de 2016, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, que teve como objeto fornecer aos Promotores recém-nomeados uma visão de como funciona o Centro de Apoio Operacional e qual a atuação do CAOP/PIPD, apresentando-se a estrutura e funcionamento, de modo a demonstrar como esse órgão pode colaborar com o trabalho dos órgãos de execução, e ainda, como se dá o apoio aos órgãos de execução.

Elaboração de Peças técnico-jurídicas

- Elaboração de Nota Técnica com o objetivo de orientar os Promotores de Justiça com atribuição para atuar na área da Pessoa com Deficiência e Idoso em relação a adequação de currículos escolares de modo a incluir essas classes, bem como de assegurar a efetividade do art. 21 e 22 do Estatuto do Idoso; art. 10, III, alínea "a" e "b", da Lei da Política Nacional do Direito do Idoso e art. 27 e parágrafo único, da Lei n.º 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Página virtual

- Elaboração e atualização do link reservado a este Centro de Apoio Operacional na Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência no Portal do MPMA na internet;

Verificação, análise e divulgação da legislação infraconstitucional.

- Diariamente são verificadas possíveis alterações na legislação referente ao idoso e à pessoa com deficiência, bem como decisões judiciais específicas, divulgando-as aos Promotores e Procuradores de Justiça;
- Acompanhamento do Calendário de Eventos para divulgação;
- Início de discussão da Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência) em âmbito local.

Destaque da atuação

Elaboração do Plano Tático-Operacional 2017-2021

Em novembro de 2016, o Centro de Apoio Operacional na Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência iniciou a execução do primeiro projeto de desdobramento do seu Plano Tático-operacional, relativo ao Planejamento Estratégico Institucional para o período 2016-2021, "Adequando currículos".

O projeto tem como objetivo a adequação dos currículos escolares nos municípios maranhenses para atender ao disposto no art. 21 e 22 do Estatuto do Idoso, bem como art. 10, III, alínea "a" e "b", da Lei da Política Nacional do Direito do Idoso e art. 27 e parágrafo único, da Lei n.º 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Neste ínterim, como iniciativa elaborou-se Nota Técnica com o fito de orientar os Promotores de Justiça com atribuição na matéria.

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA SAÚDE – CAOP/SAÚDE

Órgão auxiliar que tem como diretriz o auxílio aos órgãos

de execução nas matérias de direito à saúde. Dentre as principais está a de atuar, por meio de ações coordenadas de apoio, para assegurar o exercício da função constitucional do Ministério Público na Defesa da Saúde; contribuir para a melhoria dos indicadores de saúde no Estado do Maranhão, melhorando os níveis de cooperação e solidariedade funcional entre o Ministério Público e os demais órgãos públicos; promover o levantamento periódico das necessidades materiais das Promotorias de Justiça da Saúde, adotando as providências necessárias para supri-las.

Composição: Conforme a Portaria nº 4607/2016- GPGJ, o **Dr. Herberth Costa Figueiredo**, titular da 18ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde, é o Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde, e, em consonância com a Portaria nº 2929/2016-GBPJ, são membros integrantes do CAOp/Saúde o **Dr. Newton de Barros Bello Neto**, titular da 5ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde da Comarca de Imperatriz, a **Dra. Dailma Maria de Melo Brito**, titular da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balsas e o **Dr. Wlademir Soares de Oliveira**, titular da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caxias.

As principais atividades desenvolvidas em 2016:

- Reestruturação do CAOp/Saúde;
- Atualização da página do CAOp/Saúde no site do Ministério Público do Maranhão com inserção de novos links;
- Expedidos ofícios e recomendações conjuntas.

Participação em Eventos, Reuniões e Inspeções:

- **I Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos/Comissão Permanente de Defesa da Saúde**

(GNDH/COPEDS), ocorrida na cidade de Salvador/BA, entre os dias 03 e 06/maio/2016, na qual foi definida como meta para o próximo biênio: “Promover a atuação integrada do Ministério Público Brasileiro para o enfrentamento das questões relacionadas ao financiamento das ações e serviços da saúde pública”.

- **2ª Assembleia do Conselho do Fundo de Combate ao Câncer**, ocorrida na cidade de São Luís/MA, no dia 29/março/2016, na qual foram debatidos os seguintes assuntos: dotação orçamentária, melhorias no Hospital Aldenora Bello, falta de remédios quimioterápicos, bem como proposto que o Conselho defina critérios, diretrizes e metas, dentro do alcance das receitas do Fundo, e apresente proposta de fiscalização do Fundo e meios de arrecadação de recursos de modo a otimizar o uso do recurso para atender as demandas da oncologia.

- **Audiência Pública**, no dia 05/abril/2016, na qual foram debatidas estratégias e ações para a não proliferação do Zika vírus, assim como do mosquito transmissor, o *Aedes Aegypti*, minimizando as consequências para a saúde pública.

- **1ª Reunião do Comitê Estadual de Prevenção da Mortalidade Materna, Infantil e Fetal do Maranhão**, realizada no dia 25/maio/2016, na qual foi debatido o desafio da redução da mortalidade materna, que reflete à qualidade da assistência prestada às mulheres durante o ciclo gravídico-puerperal, no intuito de recomendar mudanças nas ações, no processo de cuidado e gestão para que novos óbitos não aconteçam.

- Participação nos Encontros do Planejamento Estratégico do 2016-2021.

Reuniões Institucionais:

- Reunião Institucional realizada conjuntamente entre o CAOp/Saúde, a Procuradoria-Geral de Justiça, a Secretaria de Assuntos Institucionais, a Secretaria de Estado da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde de São Luís. Na Reunião foram discutidos os seguintes assuntos: Elaboração da Programação Pactuada e Integrada (PPI); Instrumentos operacionais para implementação e efetivação das ações e serviços de saúde (Convênios, Contratos, OSCIPs, OSs e Consórcios); Papel da Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares (EMSERH); Hospital Estadual do Câncer (Radioterapia); Hospitais Estaduais construídos no interior do Maranhão (72 Hospitais); Regulação efetiva de Leitos (Transferência irregular do paciente do interior para a Capital); Hemocentros e Hemonúcleos (Descentralização dos postos de coleta e reformas da Hemomar); Terapia Renal Substitutiva (Descentralização); Leitos de UTI em Imperatriz/MA.

- **1ª Reunião de Trabalho com os Promotores de Justiça com atribuição na Defesa da Saúde da Macrorregião de Coroatá-MA.** Na Reunião foram discutidos os seguintes assuntos: Ata da Reunião Institucional realizada conjuntamente entre o CAOp/Saúde, a Procuradoria-Geral de Justiça, a Secretaria de Assuntos Institucionais, a Secretaria de Estado da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/MA; Recomendação Conjunta nº 01/2015 – PGJ/CAOP – SAÚDE, exige dos gestores municipais de saúde que disponibilizem em seus Municípios os perfis mínimos de cada uma das Regiões de Saúde do Estado do Maranhão no que pertine as ações e serviços de saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS); Instrumentos operacionais para implementação e efetivação das ações e serviços de saúde por meio de: Contrato Organizativo de Ações Públicas (COAP); Termo de Ajustamento

Sanitário (TAS); Termo de Ajustamento de Conduta (TAC); Ação Cautelar, Ação Civil Pública, Ação de Interdição; Programação Geral de Ações e Serviços de Saúde (PGASS); Programa Anual de Saúde (PAS); Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES); Resolução nº 27/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça do Maranhão, que descreve as atribuições específicas no âmbito das Promotorias de Justiça Especializadas na Defesa da Saúde; Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica (PMAQ-AB) e Programa de Requalificação das Unidades Básicas de Saúde (Requalifica UBS); Plano Diretor de Regionalização (PDR); Mediação Sanitária.

• **2ª Reunião de Trabalho com os Promotores de Justiça com atribuição na Defesa da Saúde da Macrorregião de São Luís-MA.** Na Reunião foram discutidos: Ata da Reunião Institucional realizada conjuntamente entre o CAOp/Saúde, a Procuradoria-Geral de Justiça, a Secretaria de Assuntos Institucionais, a Secretaria de Estado da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde de São Luís/MA; Recomendação Conjunta nº 01/2015 – PGJ/CAOP – SAÚDE: Recomendação para que se exija dos gestores municipais de saúde que disponibilizem em seus Municípios os perfis mínimos de cada uma das Regiões de Saúde do Estado do Maranhão no que pertine as ações e serviços de saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS); Instrumentos operacionais para implementação e efetivação das ações e serviços de saúde por meio de: Contrato Organizativo de Ações Públicas (COAP); Termo de Ajustamento Sanitário (TAS); Termo de Ajustamento de Conduta (TAC); Ação Cautelar, Ação Civil Pública, Ação de Interdição; Programação Geral de Ações e Serviços de Saúde (PGASS); Programa Anual de Saúde (PAS); Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES); Resolução nº 27/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça do

Maranhão: Descrição das atribuições específicas no âmbito das Promotorias de Justiça Especializadas na Defesa da Saúde; Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica (PMAQ-AB) e Programa de Requalificação das Unidades Básicas de Saúde (Requalifica UBS); Plano Diretor de Regionalização (PDR); Mediação Sanitária; Planejamento e Gestão Sistêmicos (PGS).

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - CAOp/IJ

O Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOp/IJ), na qualidade de órgão auxiliar do Ministério Público, desenvolve uma atuação planejada de apoio aos órgãos de execução ministerial no que tange as normativas legais e a interlocução com o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes.

Composição: O CAOP/IJ é composto pelos Promotores de Justiça Sandro Carvalho Lobato de Carvalho (coordenador), Alenilton Santos da Silva Júnior (7ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz), Eduardo Borges Oliveira (1ª Promotoria de Justiça Especializada de Timon), Gleudson Malheiros Magalhães (4ª Promotoria de Justiça Especializada de Açailândia), Márcio Thadeu Silva Marques (32ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís), Michelle Adriane Saraiva Silva (4ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal). Conta ainda com apoio de equipe técnico-jurídica formada por Carla Costa Pinto (Assessora Jurídica), Naisandra Mota Silva (Assessora Técnica) e Maria da Graça Andrade Pereira (Técnica Ministerial).

Principais atividades realizadas no ano de 2016:

- **Reunião de Trabalho com Promotores de Justiça integrantes do CAOp/IJ**, com o objetivo de traçar o Plano de Trabalho Semestral 2016 (15/07/2016), em consonância com o plano anual definido ainda em 2015.

- **Sobre Convivência Familiar:**

- Assinatura de termo de cessão do Módulo “Criança e Adolescente” com o MPRJ e implantação do sistema em Açailândia-MA, que servirá de projeto-piloto, para posterior expectativa de expansão para outras comarcas que possuam instituições de acolhimento, conforme Plano Tático do CAOp/IJ, no Planejamento Estratégico 2016-2021. Também foi realizada capacitação no Rio de Janeiro, pelos integrantes da equipe local de Açailândia e da equipe técnica do CAOp/IJ.

- Realização de 02 (dois) **Seminários Regionais (São Luís e Imperatriz)** em parceria com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDES) e participação expositiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS), sobre Implantação do Programa Família Acolhedora. Essa atividade integra a ação institucional “Família Acolhedora” deflagrada pelo CAOp/IJ desde 2015 e visa fomentar a discussão com os gestores municipais de assistência social sobre a necessidade de capacitação de equipes técnicas, dentre outras ações, como forma de amparar as iniciativas deflagradas localmente pelos Promotores de Justiça.

- **Adoção:**

- O CAOp/IJ vem desenvolvendo uma nova ação institucional sobre o tema da adoção, já foram realizadas reuniões com a

Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMA e com o Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente da DPE/MA, sendo esboçada minuta de termo de cooperação técnica, a ser firmado entre os entes afetados, a saber: MPMA, TJMA, DPEMA, CRESS, CRM e COREN.

- **Revalidação do acesso ao Cadastro Nacional de Adoção do CNJ**, possibilitando a inclusão dos Promotores de Justiça, através de senha master.

Sobre Medidas Socioeducativas e Ato Infracional:

- **Reestruturação do Centro Integrado de Justiça Juvenil (CIJJUV)** – São Luís: o CAOp/IJ está acompanhando o processo de reestruturação desse centro integrado, participando de todas as reuniões com os entes que funcionarão naquele endereço, compondo as discussões e prestando apoio técnico quando necessário. Em outra vertente, se reuniu com as equipes das Promotorias de Justiça especializadas da área (33^a, 34^a e 37^a) para discutir as atribuições e proposta de redação do regimento interno do centro, no que tange o Ministério Público, que será apresentada em reunião coletiva.

- **Justiça Restaurativa:** está fomentando a discussão, tanto através da participação do Grupo de Trabalho de Justiça Restaurativa da Rede Maranhense Juvenil, como no processo de implantação do Núcleo de Práticas Restaurativas do CIJJUV; pleiteou vagas de participação no curso de facilitadores em práticas restaurativas ofertado pela Escola Superior da Magistratura para servidores do centro, tanto em São Luís quando em Imperatriz; Também estuda a possibilidade de deflagrar processo próprio de capacitação a acontecer no âmbito do MPMA.

- **Monitoramento permanente sobre os Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo**, sendo um levantamento feito constantemente e cobrado sistematicamente pelo CNMP.

Sobre Violência Sexual e Depoimento Especial:

- **Criação de grupo de trabalho – depoimento especial:** formalizado via portaria nº 2606/2016-GPGJ, composto por membros e servidores, tendo por objetivo discutir a temática, para posteriormente esboçar um posicionamento institucional sobre a mesma.

- Participação nas oficinas de reestruturação do Comitê de Enfrentamento à Violência Sexual, inclusive como expositor sobre o Disque 100 no terceiro ciclo.

- Palestra no HUUFMA sobre a violência sexual e os marcos legais, para a equipe técnica do hospital e convidados.

Mobilização dos conselheiros tutelares da região metropolitana para participarem de oficina sobre violência sexual contra crianças e adolescentes promovida pela 32ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de São Luís em parceria com a equipe do HUUFMA.

Campanha '18 de maio': sessão aberta de cinema com a apresentação do filme 'Anjos do Sol', sendo realizada, após a exibição do filme, roda de debates com os participantes, presidida pelo coordenador do CAOp/IJ com a participação da convidada Profa. Dra. Cândida da Costa (CCSO/UFMA).

Apoio às Promotorias de Justiça do Maranhão:

- **Emissão de Notas Técnicas**, sem caráter vinculativo, para subsidiar a atuação dos Promotores de Justiça no âmbito da atividade-fim sobre: Análise de legitimidade de atuação do Ministério Público na defesa de direitos individuais indisponíveis na área da saúde e da competência para julgamento em se tratando de crianças e adolescentes e Análise de possível conflito de atribuição para fiscalização do Centro de Perícias Técnicas da Criança e do Adolescente (CPTCA) – promotorias de justiça especializadas.
- **Socialização de banco de peças** com modelos diversos abrangendo vários assuntos atinentes à infância e juventude elaboradas pelas Promotorias de Justiça do Maranhão, possibilitando divulgar as ações das comarcas e subsidiar os Promotores de Justiça.
- **CAOPIJ INFORMA**, serviço diário de envio de informações e notícias sobre a infância e juventude e temas correlatos, via e-mail, para Procuradores de Justiça, Promotores de Justiça, Secretaria de Assuntos Institucionais e Servidores.
- Atendimento de demandas apresentadas pelos Promotores de Justiça ao CAOp/IJ, via e-mail, contato telefônico e ofício, visando subsidiar a atuação dos mesmos nos municípios. A título de amostragem, haja vista que o CAOp/IJ passou a fazer uso do SIMP a partir de 17/10/2016, totalizaram 40 (quarenta) consultas recebidas, com a primeira datada de 14/07/2016.
- **Reestruturação do site do CAOp/IJ**, com redistribuição das abas e atualização do conteúdo disponível.
- Apoio e participação do CAOp/IJ em eventos desenvolvidos pelo Ministério Público Estadual e por organizações do Sistema de

Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Temáticas sensíveis em que o CAOp/IJ atua sistematicamente:

- **“Disque 100”** - O CAOp/IJ é o setor responsável pelo recebimento e dispersão das denúncias provenientes do Disque 100/SDH, por força do Ato Regulamentar nº 17/2012; atividade realizada diariamente, mediante monitoramento constante e remessa das denúncias recebidas para as promotorias de justiça competentes; encaminhado memorando ao Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça relatando as dificuldades encontradas e solicitando intervenção para a melhoria do serviço (Memorando nº 02/2016-CAOp/IJ – PA nº 2180AD/2015), visando a composição de um plano de atuação, perpassando pela necessidade de capacitação dos servidores no manejo do sistema, o que inclusive se tornou um objetivo estratégico no Planejamento Estratégico. Total de Denúncias encaminhadas pelo CAOp/IJ, em 2016, via SONDHA: 2043.

- **“Medidas Socioeducativas no Maranhão”** - O CAOp/IJ acompanha a situação das medidas socioeducativas no Maranhão, desde 2014 (ações judiciais de lavra das Promotorias atuantes na área, que resultaram em interdições e acordos para melhoria no atendimento, entre outras); articula junto à Casa Civil a composição de soluções que resultem na melhoria do atual quadro estadual; ainda sobre esse tema, o CAOp/IJ vem realizando o mapeamento em todos os municípios, através das Promotorias, sobre a elaboração dos Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo;

- **“Embarque clandestino no trem de cargas da VALE S/A”** - O CAOp/IJ atua nessa demanda desde o ano de 2012, acompanhando

a tramitação na 32ª Promotoria de Justiça Especializada em Infância e Juventude da capital o Procedimento Administrativo nº 106/2005 e a Ação Civil Pública nº 157-60.2011.8.10.0057 de autoria da Promotoria de Justiça de Santa Luzia. Por força de acordo judicial assinado entre a empresa e o titular da Promotoria de Justiça de Santa Luzia, foi firmado acordo para dar fim à demanda, ficando, entre outras obrigações, a encargo do MP a divulgação dos termos do mesmo para os Promotores de Justiça titulares ao longo da Estrada de Ferro Carajás, em parceria com o Ministério Público do Pará que participou ativamente das negociações, através da Promotoria de Justiça de Marabá. Após a assinatura de acordo, o CAOp/IJ vem atuando no monitoramento, participando nas reuniões periódicas previstas na aludida transação, contribuindo com o aprimoramento da abordagem, a partir das vivências práticas que vem ocorrendo a partir da assinatura e do que exigem os casos concretos. Também atuou em apoio técnico junto à Promotoria de Justiça de Açailândia, ante o acontecimento de um caso de embarque clandestino naquela localidade.

• **“Centro de Perícia Técnica da Criança e do Adolescente (CPTCA)”** - Foram realizadas duas vistorias no mesmo, com a presença da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Maranhão presidida pelo Dr. Márcio Thadeu Silva Marques, 1º Promotor da Infância e Juventude da capital e coordenador deste CAOp/IJ. Como desdobramento, vem se intentando a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta, para que o CPTCA passe a funcionar com quadro efetivo de pessoal, o que não ocorre no momento.

Participação no Planejamento Estratégico:

O CAOp/IJ integra a comissão executiva do Planejamento Estratégico e, em 2016, participou de todas as atividades de capacitação e elaboração do Plano Estratégico 2016-2021, auxiliando na especificação dos atores externos específicos da área e na construção dos objetivos estratégicos, acurando o olhar em prol da infância e juventude, fomentando as discussões nessa área.

Participação em Comitês, Redes Focais e Grupos de Trabalho:

- Comissão Permanente da Infância e da Juventude (COPEIJ);
- Comitê de Monitoramento da Violência Sexual;
- Rede Estadual da Primeira Infância do Maranhão (REPI-MA);
- Rede Maranhense de Justiça Juvenil e no Grupo de Trabalho de Justiça Juvenil Restaurativa.

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA – CAOP-PROAD

O Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio e da Proibidade Administrativa (CAOP-Proad) é um órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público do Maranhão, que possui, dentre outros, o objetivo de melhorar o desempenho das funções institucionais dos órgãos de execução do *Parquet* Maranhense, destinado a coordenar e orientar as ações na defesa do patrimônio público e na persecução penal dos ilícitos decorrentes de atos de

improbidade administrativa e dos infringentes da ordem tributária, consumados por agentes públicos em todo território maranhense.

Composição: É composto pelo Procurador de Justiça Carlos Jorge Avelar Silva (coordenador) e pelos Promotores de Justiça, Lindonjonson Gonçalves de Sousa, Nahyma Ribeiro Abas, Elisabeth Albuquerque de Sousa Mendonça, José Osmar Alves, Frederick Bacelar Ribeiro, Paulo Roberto Barbosa Ramos e Thiago de Oliveira Costa Pires. Conta ainda com o apoio de equipe técnica formada por Antonia Lima dos Reis, José Joaquim Martins Pinto e Paulo Afonso Assunção Ferreira.

Principais atividades desenvolvidas em 2016:

• **Controle de Processos Licitatórios na modalidade de concorrência e contratação por dispensa, inexigibilidade, bem como os contratos realizados pela Administração Pública Estadual e Municipal:** Pesquisa e levantamento no Diário Oficial do Maranhão e FAMEM – Federação dos Municípios do Estado do Maranhão das publicações de avisos de licitações e contratos; Transposição das informações das publicações para quadro demonstrativo geral e elaboração de quadro demonstrativo das informações por Município e Comarca; Expedição de ofícios aos Promotores de Justiça com atuação na área de defesa do patrimônio público e da probidade administrativa informando da ocorrência dessas licitações e contratos no total de 239 avisos de licitações na modalidade Concorrência e 1.092 avisos de licitações com contratação por dispensa e/ou inexigibilidade e os contratos.

• **Controle de fiscalização de Convênio firmado pela Administração Pública Estadual e Municipal:** Pesquisa e levantamento no Diário Oficial do Maranhão dos convênios

celebrados pelos entes públicos nas esferas estadual e municipal que importem em transferência de recursos públicos; Transposição das informações das publicações dos convênios para quadro demonstrativo bimestral dos convênios firmados por Município e Comarca; Requisição dos convênios aos órgãos públicos quando não enviado ao CAOP-ProAd, bem como baixa no controle do sistema; Expedição de ofícios aos Promotores de Justiça com atuação na área de Defesa do Patrimônio Público e da Proibidade Administrativa informando a respeito dos convênios, assim como remessa dos termos desses convênios às Comarcas onde projetados os efeitos do ajuste. Foram requisitados 310 Convênios.

• **Controle de Acórdãos do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão – TCE, com condenação de imputação de débito ou multa aos agentes públicos.** Quanto a esse item, em razão da decisão do STF pela ilegitimidade do MP (ARE 823347 RG/MA), foram suspensos os envios dos Acórdãos para execução. Com isso, foram necessários efetuar: Pesquisa e levantamento no Diário Oficial Eletrônico do TCE-MA dos acórdãos, transitado em julgado com a imputação de *débito ou multa*; Transposição das informações das publicações dos acórdãos para planilha de controle bimestral com indicação dos responsáveis e valores a serem devolvidos ao erário. Na oportunidade, foi detectado que 1771 Acórdãos não foram encaminhados às Comarcas.

Quanto à aplicação de multa e imputação de débito, foram constatados:

• **R\$ 74.051.937,39** (setenta e quatro milhões, cinquenta e um mil, novecentos e trinta e sete reais e trinta e nove centavos), valor correspondente a título de condenação em multa.

- **R\$ 395.430.805,76** (trezentos e noventa e cinco milhões, quatrocentos e trinta mil, oitocentos e cinco reais e setenta e seis centavos), valor referente a título de condenação em Débito.

- Ressalta-se que (multa + débito), importa em **R\$ 469.482.743,15** (quatrocentos e sessenta e nove milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, setecentos e quarenta e três reais e quinze centavos), sem atualização monetária e refere-se aos exercícios de 2014/2015 e 1º bimestre de 2016.

Destaque da atuação:

Campanhas Institucionais "A CIDADE NÃO PODE PARAR" e "CAMPANHA PELA TRANSPARÊNCIA NA TRANSIÇÃO MUNICIPAL"

Instauração do PA nº 10547AD/2016, por meio da Portaria 01/2016-CAOP-ProAd, que teve como objeto o acompanhamento das Campanhas Institucionais "A CIDADE NÃO PODE PARAR" e a "CAMPANHA PELA TRANSPARÊNCIA NA TRANSIÇÃO MUNICIPAL", deflagrada pelo Ato nº 388/2016, GPGJ. Foram encaminhados via e-mail às Promotorias de Justiça com atuação na área de Probidade Administrativa Ofício circular nº 01/2016-CAOP-ProAd e formulário de levantamento do estado de adesão à ação. Na ocasião, 115 Promotores de Justiça receberam os ofícios, e 56 Promotores de Justiça aderiram a Campanha Institucional pela Transição Municipal considerando o final do mandato político municipal em 2016 e o início de uma nova gestão em 2017.

Reestruturação da página do CAOP-Proad no Portal do MPMA

Em dezembro/2016 foi estruturado o link do CAOP-ProAd,

com compartilhamento de peças jurídicas por temas, jurisprudências dos Tribunais superiores e atualização legislativa, sendo: 26 peças jurídicas por Temas; 28 jurisprudências do STF; 23 jurisprudências do STJ; 15 jurisprudências do TRF. Também, foram atualizadas as Leis nº 4.320/64, nº 7.347/85, nº 8.429/92, nº 8.666/93, LC nº 101/2000 e a inclusão da Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação.

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO – CAOP/EDUCAÇÃO

Atua de forma sistêmica e planejada na prestação de auxílio aos órgãos de execução ministerial na interação com o Poder Executivo Estadual e Municipal, bem assim na instituição e aprimoramento de Políticas Públicas visando à melhoria dos indicadores educacionais do Estado do Maranhão, elaborando diretrizes operacionais decorrentes das políticas institucionais prioritárias e institucionalmente definidas, mediante estruturação e implementação das atividades inerentes à gestão do plano estratégico institucional, sobretudo no que se refere aos projetos, indicadores e metas específicos à área de educação.

Composição: É coordenado pelo Promotor de Justiça **Paulo Silvestre Avelar Silva**, titular da 1ª Promotoria de Justiça Especializada em Defesa da Educação da Capital, consoante Portaria 4605/2016-GPGJ. Integram ainda a equipe, os Promotores de Justiça: **Sandra Soares de Pontes**, titular da 9ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz, atualmente

exercendo o cargo de Assessora do Procurador-Geral de Justiça; **Carla Mendes Pereira Alencar**, titular da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itapecuru-Mirim; **Érica Éllen Beckman da Silva**, titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Morros; e o Promotor de Justiça **Carlos Augusto Soares**, titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Anajatuba.

O CAOp Educação também conta com três servidoras em sua estrutura administrativa: **Jainara Laiara** de Oliveira Souza, Chefe de Gabinete, **Valéria Cristina Trancoso Praseres Vieira**, analista ministerial do quadro de apoio técnico-administrativo, e **Conceição de Maria Lisbôa de Andrade**, Pedagoga e Especialista em Educação, cedida pela Secretaria de Estado da Educação do Maranhão.

Atividades realizadas em 2016:

- **Controle de Representações ou Peças Informativas** - O CAOP/Educação realiza o controle de seus processos administrativos por meio de registro no Sistema Integrado de Protocolo e no Sistema Integrado do Ministério Público – SIMP.
- **Controle de Informações Técnico-Jurídicas** - Expede notas técnicas acerca das demandas recebidas, elaborando um estudo aprofundado sobre o tema em debate, de caráter não vinculativo, reunindo os entendimentos jurisprudenciais e doutrinários mais abalizados, capazes de sustentar o posicionamento firmado pelo Centro de Apoio. Além das notas técnicas, também se manifesta por meio de pareceres técnicos os quais, após devidamente acolhidos pelo Coordenador, são encaminhados aos demandantes, no intuito de solucionar as problemáticas trazidas ao CAOp. Disponibiliza aos promotores de justiça modelos de peças, consultas jurisprudenciais, cartilhas, manuais etc., que embasam o trabalho realizado nos

órgãos de execução.

• **Participação da elaboração do Planejamento Estratégico** - O MPMA dispõe, atualmente, de quatro projetos voltados à área de educação em seu Planejamento Estratégico para o horizonte 2016-2021, todos de iniciativa do CAOp Educação. Além destes, no entanto, há que se registrar o Projeto “Ministério Público pela Educação – MPEDUC”, desenvolvido pelo Ministério Público Federal em parceria com o MPMA, que, em razão das limitações orçamentárias da esfera federal, permaneceu com suas ações suspensas por alguns meses, só voltando à atividade recentemente.

Destques da atuação:

Programa Interinstitucional “Educação de qualidade: direito de todos os maranhenses”

Tem o objetivo de assegurar o acesso permanente a uma educação de qualidade a todo maranhense, visando à elaboração de estratégias para a melhoria dos indicadores da educação, com destaque à qualidade da educação, transporte escolar, alimentação escolar, educação infantil, além do acompanhamento dos planos municipais de educação.

Em parceria com a Escola de Formação de Governantes - EFG, o Ministério Público do Maranhão realiza um levantamento da situação da educação nos municípios participantes, elaborando um diagnóstico preliminar de cada município, com base nos indicadores sociais e educacionais de âmbito nacional e estadual, que subsidiarão a celebração de Termos de Ajustamento de Conduta com os municípios, para assegurar a qualidade da educação em todo o Estado.

Por fim, após celebrados os TAC's e recomendações, estes serão inseridos no Sistema de Orientação, Monitoramento e

Avaliação – SOMA, que realizará o monitoramento dos prazos e metas propostos, disparando alertas aos promotores de justiça, de modo a assegurar o cumprimento efetivo das ações ali consignadas. Além do acompanhamento dos TAC's e recomendações, com o advento do Projeto de monitoramento e acompanhamento dos planos estadual e municipais de educação, o SOMA também possibilitará o acompanhamento das metas e estratégias constantes nos planos de educação, não somente pelo Promotor de Justiça, como também por toda a sociedade, haja vista que o sistema ficará disponível *on line*, por meio do sítio <http://soma.mpma.mp.br/users/login>, e do Observatório da Educação, ferramenta também desenvolvida pela EFG para o MPMA, que possibilitará a avaliação dos reflexos dos TAC's, Recomendações e das ações estratégicas sobre as metas do PME e de outros indicadores municipais, em comparação com a evolução dos mesmos indicadores do Estado e do Brasil.

Atualmente, o Programa está sendo realizado em 24 municípios **da Regional Pedreiras e** em 23 municípios da **Regional Baixada Maranhense**, os quais, após a realização do diagnóstico, já estão em fase de elaboração de Termos de Ajustamento de Conduta com o ente municipal, com base nos relatórios conclusivos elaborados pela EFG e repassados às Promotorias de Justiça.

Projeto “Transporte Escolar: uma questão de dignidade e justiça”

Como um dos desdobramentos do Programa Interinstitucional “Educação de qualidade: direito de todo maranhense”, o Projeto “Transporte Escolar: uma questão de dignidade e justiça” foi

desenvolvido com o objetivo de assegurar a prestação adequada do serviço de transporte escolar para os estudantes da rede pública de ensino do Estado do Maranhão.

A execução do projeto, que teve início em 2014, foi fruto de uma parceria entre o Ministério Público Estadual - MPE, o Ministério Público de Contas - MPC e a Controladoria-Geral da União - Regional Maranhão, objetivando a coleta de dados concretos sobre a realidade do transporte escolar em cada município do Estado, sendo fiscalizados os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE).

Em linhas gerais, as ações desenvolvidas no Projeto Transporte Escolar envolvem auditoria, com ênfase na observação das atividades, condições e acompanhamento da prestação do referido serviço; fiscalização da aplicação dos recursos do transporte escolar nos municípios; entrevistas com alunos, motoristas, responsáveis por empresas contratadas; levantamento fotográfico (e em vídeo) das condições dos veículos utilizados nessa modalidade de transporte; fiscalização do cumprimento das rotas e das despesas executadas com a prestação desse serviço, dentre outras.

Foram realizadas quatro etapas da operação, contemplando, no total, 21 (vinte e um) municípios, sendo que esta última etapa ampliou o número de instituições parceiras, agregando, ainda, o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e o Tribunal de Contas da União.

Assim, foram contemplados os seguintes municípios:

Tabela 40 – Resultados do Projeto Transporte Escolar

Etapa	Municípios	Resultados Obtidos	Status
--------------	-------------------	---------------------------	---------------

1ª Etapa	Cachoeira Grande (25 a 28 de agosto de 2014)	Firmado um TAC com o Município, com um cronograma de aquisição de ônibus escolares.	Realizada no mês de março/16 uma reunião com o Prefeito para ajustamento de algumas cláusulas do TAC que não estavam sendo cumpridas.
	Lago da Pedra (25 a 28 de agosto de 2014)	Firmado um TAC para realizar licitação visando contratação de empresas para a efetivação do cronograma de aquisição de ônibus escolares previsto.	Licitação foi considerada deserta. No entanto, o Município reduziu em 50% o número de camionetes tipo pau de arara, usadas no transporte de escolares, adquirindo dois ônibus escolares, além de se comprometer a adaptar as 14 camionetes remanescentes para o transporte adequado dos alunos.
	Miranda do Norte (25 a 28 de agosto de 2014)	Firmado um TAC com o Município para adquirir oito veículos, por meio de convênio com o Governo Federal, sendo quatro até o final de 2015 e os demais até março de 2016.	Como houve descumprimento do TAC, a Promotora de Justiça deu início à sua execução.
	Presidente Vargas (25 a 28 de agosto de 2014)	O Promotor de Justiça de Vargem Grande ajuizou a Ação Civil Pública nº. 2142-07.2014.8.10.0139 (2161/2014), com pedido de afastamento do Prefeito em dezembro de 2014, estando em tramitação desde então.	A última movimentação contida no Processo data de 02 de maio de 2016, no qual o juiz determina a busca dos endereços atuais da representada através de ofício ao Tribunal Regional Eleitoral, tendo em vista que, apesar de várias tentativas, os oficiais de justiça não conseguiram encontrar a representada para efetivar sua notificação.
	São João do Sóter (25 a 28 de agosto de 2014)	Firmado um TAC com o município.	Cláusulas dentro do prazo de cumprimento.
	2ª Etapa	Caxias (29 de setembro a 03 de outubro de 2014)	A Promotora de Justiça ajuizou Ação Civil Pública de Obrigação de fazer.
Vargem Grande (20 a 24 de outubro de 2014)		Firmado um TAC no mês de outubro de 2016, visando à melhoria da qualidade do transporte escolar no município.	Cláusulas dentro do prazo de cumprimento.

2ª Etapa	Caxias (29 de setembro a 03 de outubro de 2014)	A Promotora de Justiça ajuizou Ação Civil Pública de Obrigação de fazer.	
	Vargem Grande (20 a 24 de outubro de 2014)	Firmado um TAC no mês de outubro de 2016, visando à melhoria da qualidade do transporte escolar no município.	Cláusulas dentro do prazo de cumprimento.
	Governador Edison Lobão (15 a 19 de junho de 2015)	Intentada a Ação Civil Pública nº. 588-06.2015.8.10.0041, que está em tramitação.	Autos conclusos para despacho do juiz.
	Presidente Juscelino (15 de dezembro de 2014 a 06 de março de 2015)	Ajuizadas as ações de Improbidade, Obrigação de fazer e Representação ao PGJ em novembro de 2016.	
	Anajatuba	Firmado um TAC em junho/2016, para assegurar a prestação do serviço de transporte escolar no município.	Cláusulas dentro do prazo de cumprimento.
3ª Etapa	Viana (23 a 27 de novembro de 2015)	Fiscalização realizada pelo MPMA, CGU, MP de Contas e demais instituições parceiras no projeto.	Aguardando relatório de auditoria da CGU para providências legais cabíveis.
	Timon (23 a 27 de novembro de 2015)	Reunião agendada para o dia 18/01/2017 (tendo em vista o recesso judiciário), com a Secretaria de Educação.	Instaurada Notícia de fato na Promotoria de Justiça para apurar as irregularidades constatadas no Relatório de Auditoria encaminhado pelo CAOp/IJ, oriundo da CGU.
	Grajaú (23 a 27 de novembro de 2015)	Fiscalização realizada pelo MPMA, CGU, MP de Contas e demais instituições parceiras no projeto.	Aguardando relatório de auditoria da CGU
	Sítio Novo (23 a 27 de novembro de 2015)	Fiscalização realizada pelo MPMA, CGU, MP de Contas e demais instituições parceiras no projeto.	Aguardando relatório de auditoria da CGU
4ª Etapa	Aldeias Altas - CGU (31 de julho a 06 de agosto de 2016)	Fiscalização realizada pelo MPMA, CGU, MP de Contas e demais instituições parceiras no projeto.	Aguardando relatório de auditoria da CGU

4ª Etapa	Aldeias Altas - CGU (31 de julho a 06 de agosto de 2016)	Fiscalização realizada pelo MPMA, CGU, MP de Contas e demais instituições parceiras no projeto.	Aguardando relatório de auditoria da CGU
	Altamira do Maranhão - CGU (14 a 20 de agosto de 2016)	Fiscalização realizada pelo MPMA, CGU, MP de Contas e demais instituições parceiras no projeto.	Aguardando relatório de auditoria da CGU
	Humberto de Campos - CGU (12 a 16 de setembro de 2016)	Fiscalização realizada pelo MPMA, CGU, MP de Contas e demais instituições parceiras no projeto.	Aguardando relatório de auditoria da CGU
	Barra do Corda - TCE (14 a 20 de agosto de 2016)	Fiscalização realizada pelo MPMA, CGU, MP de Contas e demais instituições parceiras no projeto.	Aguardando relatório de auditoria da CGU
	Fernando Falcão - TCE (14 a 20 de agosto de 2016)	Fiscalização realizada pelo MPMA, CGU, MP de Contas e demais instituições parceiras no projeto.	Aguardando relatório de auditoria da CGU
	Cajari - TCU (24 a 28 de outubro de 2016)	Fiscalização realizada pelo MPMA, CGU, MP de Contas e demais instituições parceiras no projeto.	Aguardando relatório de auditoria da CGU
	Bom Jardim - TCU (31 de outubro a 04 de novembro de 2016)	Fiscalização realizada pelo MPMA, CGU, MP de Contas e demais instituições parceiras no projeto.	Aguardando relatório de auditoria da CGU

Fonte: CAOp-Educação/PGJ, 2016.

Ressalte-se que, ainda como desdobramento do Projeto Transporte Escolar, o Ministério Público do Maranhão, por meio do CAOp Educação, provocou o Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão - DETRAN-MA acerca da ausência de regulamentação do transporte escolar no estado.

Assim, após algumas reuniões entre DETRAN e MPMA, com o apoio do MPC, chegou-se à minuta de uma Portaria de Inspeção Veicular no Transporte Escolar, que foi apresentada pelo MPMA e DETRAN no dia 20 de novembro de 2015, no auditório Gervásio

Santos, na Assembleia Legislativa do Maranhão, para a sociedade civil, gestores municipais e estaduais; empresários de transporte e profissionais da imprensa, sendo esta publicada no DOE de 26 de novembro de 2015.

Projeto “Acompanhamento e monitoramento dos planos estadual e municipais de educação”

O CAOp/Educação, em parceria com a Escola de Formação de Governantes, concebeu o Programa de Ações Estratégicas – PAE, que possibilita a orientação, elaboração, inserção e monitoramento de ações que operacionalizem os Planos Municipais de Educação – PME’s em todos os municípios participantes do Programa Interinstitucional “Educação de qualidade: direito de todo maranhense”.

Em linhas gerais, o Projeto de acompanhamento e monitoramento dos planos estadual e municipais de educação colocará à disposição dos municípios participantes um apoio da EFG na operacionalização dos planos, os quais serão inseridos no Sistema Operacional de Monitoramento e Avaliação (SOMA) e terão seus prazos monitorados pelo MPMA.

Projeto “Educação Inclusiva”

Inspirado no seminário de educação inclusiva “A escola ideal acolhe e não faz diferença”, realizado nos dias 11 e 12 de abril de 2016, na cidade de Imperatriz, por uma iniciativa conjunta do CAOP Educação com a Promotoria da Educação daquela cidade, conduzida pela Promotora de Justiça e membro do CAOp, Dra. Sandra Soares de Pontes, o projeto objetiva promover a participação de educadores, promotores de justiça e profissionais relacionados à

área, visando à melhoria da educação inclusiva no Estado.

Dentre outras ações, prevê a realização de um estudo da política nacional de educação na perspectiva inclusiva, promovendo a articulação com entidades da sociedade civil organizada, para o fortalecimento do controle social na área da educação, além de campanhas educativas que rompam com todo e qualquer tipo de situações discriminatórias, preconceituosas e excludentes, fomentando, desse modo, a reflexão da sociedade maranhense sob essa ótica.

Projeto “MPEDUC”

O Projeto “Ministério Público pela Educação-MPEDUC” foi implementado por meio do Protocolo de Intenções, firmado entre o Ministério Público do Maranhão e o Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Estado, com o escopo de verificar se os recursos públicos destinados à educação estão sendo devidamente aplicados, bem como melhorar os baixos índices de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB nos municípios.

Com a participação da comunidade e dos gestores municipais, o Promotor de Justiça e o Procurador da República fazem um diagnóstico da situação da educação no município, reunindo subsídios à elaboração de estratégias e recomendações a serem encaminhadas aos gestores públicos a fim de que sejam tomadas as providências necessárias para o saneamento das irregularidades identificadas.

Em linhas gerais, o projeto prevê as seguintes etapas: instauração de inquérito civil público; apresentação do Programa aos Órgãos Executores e Conselhos Sociais; preenchimento online de questionários pelas escolas, conselhos e gestores; realização da

primeira audiência pública, com o objetivo de ouvir a população sobre as questões relacionadas ao sistema de ensino local; visitação das escolas; identificação das demandas a serem trabalhadas (consolidação dos dados obtidos com os questionários, audiências públicas e visitações); elaboração das recomendações, com vistas a sanar as irregularidades identificadas; realização da segunda audiência pública, para informar a sociedade sobre os resultados alcançados.

Na primeira etapa do projeto, 11 municípios maranhenses foram contemplados: Anajatuba; Aragua ; Bacurituba; Bel gua; Cachoeira Grande; Codó; Davin polis; Governador Edson Lobão; Lago da Pedra; Pedro do Rosário e Peritor .

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL - CAOP CRIM

É um órgão auxiliar da Administração Superior do Ministério Público do Maranhão, que possui, entre outros, o objetivo de melhorar o desempenho das funções institucionais dos órgãos de execução do Parquet Maranhense, promovendo-lhes a devida interação e intercâmbio, sendo-lhes, além disso, dadas orientações técnico-jurídicas com a remessa de informações de mesma natureza, além de promover a articulação, harmonização, mediação de relações e a integração das ações voltadas à segurança pública e defesa social com atribuições em todo espaço territorial maranhense.

Em 2016, visando à otimização das ações do Centro Operacional Criminal foram incluídos na estrutura do CAOP-Crim, três núcleos, sendo um da Execução Penal, outro do Júri e do Controle Externo da Atividade Policial. Integram a equipe do

CAOp/Criminal o Promotor de Justiça e coordenador José Cláudio Almada Lima Cabral Marques, além da assistente ministerial Kátia Andréa Pereira de Abreu e do assessor técnico Jonh Selmo de Souza do Nascimento.

Projetos desenvolvidos:

• **Monitoramento de Dados da Violência na Grande Ilha de São Luís através do Sistema de Informação Geográfico - SIGS (Georreferenciamento de CVLIS e CVNLIs) com Diagnóstico Criminal** - Em parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado, Prefeitura Municipal de São Luís, Câmara Municipal de São Luís e Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos foi desenvolvido com o objetivo elaborar com regularidade o Diagnóstico da Segurança Pública do Estado do Maranhão, visando a otimização do planejamento e gestão direcionada a proteção dos direitos e liberdades individuais, bem como a proteção a proteção da vida e da propriedade dos cidadãos, através de propostas de políticas públicas. Também visa municiar o Sistema de Justiça Criminal de dados da violência e da criminalidade para sua atuação cotidiana na prevenção e repressão aos delitos. Encontra-se em fase de assinatura do convênio.

• **Projeto de Integração dos Sistemas de Informações dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança e Justiça Criminal - Web Service** - Através de um Termo de Cooperação visa garantir a interoperabilidade de informações entre os sistemas de informações disponíveis pelo Poder Judiciário, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Administração Penitenciária, Ministério Público Estadual, Departamento Estadual de Trânsito-DETRAN e Secretaria Adjunta da Tecnologia e Informação, através

da tecnologia Web Service, agilizando as atividades de agentes de segurança pública. A ferramenta vai garantir o acesso dos Promotores de Justiça e Juizes de Direito criminais a informações de dados referentes à criminalidade desde o registro da ocorrência policial até a fase da execução penal.

• **Projeto “Promotorias Especializadas de Segurança Pública”** - O Projeto Promotorias Especializadas de Segurança Pública objetiva implementar no âmbito do MPMA um sistema de atuação funcional na esfera criminal a partir de estratégias de inteligência, orientadas pelo planejamento, integração, proatividade e gestão de resultados, visando, com isso, contribuir para o enfrentamento da violência e da criminalidade. O Caop-Crim propõe a revisão da estrutura atual das Promotorias de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial e a ampliação, dentre as atribuições institucionais, do olhar sobre a segurança pública numa perspectiva de tutela coletiva. Nesse aspecto, a atribuição central deste novo modelo de Promotoria de Justiça será a busca do consenso: colaborando com o poder público na implementação e adoção de políticas públicas; mediando as tratativas entre os agentes comprometidos com os problemas no meio social; e fiscalizando a execução dos serviços públicos. Para tanto, precisará ter acesso a instrumentos procedimentais de tutela dos interesses difusos e coletivos, que lhe proporcionem a condução da investigação a partir do inquérito civil, da celebração de Termos de Ajustamento de Conduta e da expedição de Recomendações. A judicialização dos conflitos, portanto, somente sairá da inércia quando fracassarem as tentativas de alcançar o resultado pelo consenso.

• **Programa de Ações integradas e Ordenamento**

Urbano/Segurança Pública - O Programa envolve órgãos públicos de diversas áreas, notadamente a da Segurança Pública, objetivando uma atuação conjunta, preferencialmente preventiva - caráter pedagógico e de orientação - e, se necessário, repressiva - aplicação de sanções administrativas e adoção das providências cabíveis, encaminhando-se as ocorrências e autuações ao representante do Ministério Público -, em todos os segmentos, combatendo as diversas formas de ilícitos e seus respectivos desdobramentos, promovendo-se encaminhamentos no âmbito administrativo, civil e penal. Por meio dessas ações integradas, busca-se a preservação da ordem pública, exercendo os serviços de fiscalização e proteção, visando à melhoria da qualidade de vida e o exercício pleno da cidadania. O projeto terá a participação da Secretaria Estadual de Segurança Pública; a Polícia Militar; e Corpo de Bombeiros Militar; Polícia Civil; Prefeitura Municipal de São Luís; Secretaria Municipal de Segurança Pública; Secretaria Municipal de Urbanismo; Blitz Urbana; Secretarias Estadual e Municipal de Meio Ambiente; Secretaria Estadual de Saúde, por intermédio da Diretoria de Vigilância Sanitária; Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN;

Atuação da Coordenação do CAOP-CRIM

- Integrar o Comitê de Mobilização da Meta ENASP do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.
- Compõe a Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico (CGPE) para o período 2016-2021;
- Integra o Grupo de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Estado do Maranhão, na condição de Suplente.

Participação em Reuniões/Evento:

- Participação nas Reuniões no Palácio do Governo Estadual para tratar do Projeto de Integração dos Sistemas de Informações dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança e Justiça Criminal-Web Service;
- Assinatura do Termo de Cooperação no Tribunal de Justiça do Estado do Projeto de Integração dos Sistemas de Informações;
- Participação no Seminário de Apresentação do Centro Estadual de Apoio às Vítimas- CEAV;
- Apresentação do Projeto de Promotorias de Segurança Pública para a Administração Superior do MPMA, no dia 18 de outubro de 2016, com a presença do Promotor de Justiça Dr. Jádél Silva – SC.
- Participação em reuniões no Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC, para tratar do Projeto Monitoramento de Dados da Violência na Grande Ilha de São Luís através do Sistema de Informação Geográfico-SIGS (Georreferenciamento de CVLIS e CVNLIs) com Diagnóstico Criminal;
- Realização do SEMINÁRIO SOBRE O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, no dia 17 de outubro de 2016, com participação de Membros do Ministério Público, Poder Judiciário, Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar, Defensoria Pública e comunidade acadêmica. Foram palestrantes os Promotores de Justiça Elísio Teixeira Neto (MPDF e Secretário-geral da CONAMP) Rodrigo Brandalise (MPRS) e o Dr. Ney Belo Filho - Desembargador Federal.
- Realização do III ENCONTRO NACIONAL DE COORDENADORES DE

CAOPS CRIM, no dia 17 de outubro de 2016, com a seguinte pauta: PL 8045- estratégias de atuação; Metas da ENASP; Súmula Vinculante 56; Tráfico privilegiado; Audiência de Custódia; Diagnóstico do Sistema Prisional Brasileiro; Regime Aberto com monitoração eletrônica; Saídas Temporárias com monitoração eletrônica;

- Participação das reuniões do Grupo de Monitoramento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Estado do Maranhão;
- Participação nas Atividades de Planejamento Estratégico.

Participação em audiências públicas:

- Audiência Pública na Câmara Municipal de São Luís, sobre Monitoramento da violência e criminalidade pelo CAOP-Crim em 24.04.2016;
- OAB/MA, tendo como tema Audiência de Custódia, em 06.06.2016;
- Cidade Olímpica, com o tema Violência e Criminalidade na Ilha de São Luís, em 08.05.2016;
- Parque Vitória, com o tema Violência e Criminalidade na Ilha de São Luís, em 16.03.2016.

Reuniões:

- Reuniões referentes ao Inquérito Civil nº 01/2016 ao longo de 2016;
- Reunião sobre situação de perícias judiciais em 06.09.2016;
- Reunião com o PGJ e entidades sindicais sobre o PL 257, em

27.07.2016;

- Reunião da Campanha “Testemunhar é um ato de cidadania”, em 23.05.2016.

Atuação na Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública- ENASP

A ação proposta pelo CNMP no âmbito da Enasp tem o objetivo de agilizar a investigação e o julgamento dos crimes de homicídio. Para isso, foram fixadas quatro metas:

- A Meta 2 consiste em concluir todos os inquéritos e procedimentos que investiguem homicídios dolosos instaurados até 31.12.2007.
- A Meta 2.1 consiste em concluir todos os inquéritos e procedimentos que investiguem homicídios dolosos de 01.01.2008 a 31.12.2008.
- A Meta 2.2 consiste em concluir todos os inquéritos e procedimentos que investiguem homicídios dolosos de 01.01.2009 a 31.12.2009.
- Inqueritômetro (alimentação do Sistema do CNMP - meta cumprida).

• **Enfrentamento a Mortes Decorrentes de Intervenção Policial.** Trata-se da coleta e remessa de dados relativos a todos os municípios do Estado do Maranhão, para monitoramento da ENASP.

• **Feminicídio** - Coleta e remessa de dados relativos a todos os municípios do Estado. Meta cumprida em 05 de dezembro de 2016.

25 (vinte e cinco) casos de Femicídios sendo monitorados.

Participação do Coordenador do CAOp/Criminal nas atividades da ENASP:

- Reunião da ENASP, no dia 02 de março de 2016, com o Tema – FEMINICÍDIO;
- Realização da Reunião da ENASP, em São Luís-MA, no dia 18 de outubro de 2016, com o tema: Desdobramento da Meta 04 – FEMINICÍDIO.
- III Encontro Nacional do Ministério Público, em Belo Horizonte - MG, no período de 31 de agosto a 02 de setembro de 2016.
- VII Encontro Nacional do Ministério Público no Sistema Prisional e reunião Ordinária da ENASP, no período 20 a 23 de setembro de 2016.
- Reunião da ENASP, na cidade do Rio de Janeiro, no dia 09 de dezembro de 2016, em que foram divulgados os dados de Femicídio das Unidades da Federação.

Destaque da atuação:

- **Divulgação de estatísticas referentes à ocorrência, nos municípios que compõem a Grande São Luís (Raposa, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e São Luís), dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI).** Para cumprimento da Resolução instituidora do CAOp-Crim, houve, no decorrer de todo o ano de 2016, por parte do Órgão Auxiliar da atividade do Controle Externo da Atividade Policial no MP/MA, a divulgação de estatísticas referentes à ocorrência, nos municípios que compõem a Grande São

Luís (Raposa, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e São Luís), dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), metodologia sugerida pela SENASP para aferição dos delitos intencionais com resultado morte. Além disso, outras publicações, resultantes de comparativos existentes dos dados de homicídios oriundos da SSP/MA (e outras fontes) e aquelas referentes a assaltos corridos em coletivos, foram realizadas no sítio da Instituição.

• **Realização das inspeções nas Delegacias de Polícia Civil e Órgãos de Perícia.** Merece ser destacada a ampla publicidade dada pelo CAOp-CRIM aos Promotores com atribuições no Controle Externo da Atividade Policial, por intermédio tanto de e-mail (mala direta) quanto pela divulgação no sítio da Instituição, dos prazos estipulados pelo CNMP (Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do CNMP) para realização das inspeções nas Delegacias de Polícia Civil e Órgãos de Perícia, dos referidos formulários de visita técnica a serem utilizados nas referidas vistorias, e outras informações relevantes para alimentação do sistema do CNMP com os dados obtidos nas inspeções.

GESTÃO ADMINISTRATIVA E SERVIÇOS AUXILIARES

Gestão Orçamentária e Financeira

COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

A Coordenadoria de Orçamento e Finanças realizou suas funções regimentais de planejamento, execução e controle orçamentário e financeiro, conforme a LOA 2016, com orçamento aprovado e suplementações no valor total de **R\$ 406.229.523,73**.

Do total aprovado 73,01% foram destinados a despesas com *Pessoal e Encargos*; 23,80% a *Outras Despesas Correntes*, e 3,19% a *Investimento*.

No exercício de 2016 foram executados 99,03% do Orçamento do Ministério Público Estadual, sendo 99,99 do orçamento para *Pessoal e Encargos Sociais*; 99,57% do total com *Outras Despesas Correntes*, e 72,82% do orçamento com *Investimento*, de acordo com o detalhamento abaixo:

Tabela 41 – Detalhamento das Despesas – 2016

Descrição	R\$
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	406.229.523,73
PROGRAMA: 0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça Objetivo: Garantir a atuação de forma resolutiva do Ministério Público Estadual.	371.783.859,73
Ação: 2963 – Coordenação das Ações Essenciais à Justiça Finalidade: Garantir ao MPE recursos suficientes destinados a cobrir despesas administrativas de seu programa	359.264.033,24

Ação: 3037 – Construção da Sede Própria do Ministério Público Finalidade: Construir prédio para funcionamento de sede própria do Ministério Público na capital Maranhense	1.800.000,00
Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público	9.974.326,49
Ação: 4426 – Desenvolvimento Institucional da Procuradoria-Geral da Justiça Finalidade: Promover de forma integrada a qualificação do pessoal de modo a obter melhores condições de trabalho e altos índices de produtividade.	745.500,00
PROGRAMA: 0411 - Apoio Administrativo Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação	34.445.664,00
Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	28.158.412,00
Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	6.287.252,00

Fonte: COF/PGJ, 2016.

Do valor total autorizado para a concretização desses programas, o Ministério Público executou 98,70%, demonstrando a seguir por programas e ainda por projeto/atividade.

Tabela 42 – Execução Orçamentária

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR PROGRAMA			
Descrição	Autorizado	Empenhado	% Execução
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	406.229.523,73	402.283.715,93	99,03
0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça	371.783.859,73	367.847.566,15	98,94
0411 – Apoio Administrativo	34.445.664,00	34.436.149,78	99,97
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR PROJETO/ATIVIDADE			
Descrição	Autorizado	Empenhado	% Execução
ÓRGÃO:07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	406.229.523,73	402.283.715,93	99,03
PROGRAMA: 0337 – Gestão da Cidadania Objetivo: Assegurar a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.	371.783.859,73	367.847.566,15	98,94
Ação: 2963 – Direção e Coordenação da Cidadania Finalidade: Garantir o pagamento do pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça	359.264.033,24	358.766.001,76	99,86

Ação: 3037 – Construção da Sede Própria do Ministério Público Finalidade: Construir prédio para funcionamento de sede própria do Ministério Público na capital Maranhense.	1.800.000,00	1.799.938,35	99,99
Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público	9.974.326,49	6.538.810,68	65,56
Ação: 4426 – Desenvolvimento Institucional da Procuradoria-Geral da Justiça Finalidade: Desenvolver ações para implantação e implementação da gestão e melhoria contínua da Instituição.	745.500,00	742.815,36	99,64
PROGRAMA: 0411 - Previdência dos Servidores Públicos do Estado Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação	34.445.664,00	34.436.149,78	99,97
Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	28.158.412,00	28.149.066,61	99,97
Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	6.287.252,00	6.287.083,17	99,99

Fonte: COF/PGJ, 2016.

Para execução desses programas o orçamento foi distribuído em grupos de despesas, conforme demonstração a seguir.

Tabela 42 – Detalhamento por Grupo de Despesas

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR GRUPO DE DESPESA

Descrição	Autorizado (A)	Empenhado (B)	Liquidado (C)	% B/A	% C/A
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	406.229.523,73	402.283.715,93	393.778.487,57	99,03	96,93
1 - PESSOAL E ENCARGOS	296.604.151,00	296.586.525,20	296.586.525,20	99,99	99,99
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	96.685.289,24	96.273.902,96	92.506.830,46	99,57	95,68
4 - INVESTIMENTOS	12.940.083,49	9.423.287,77	4.685.131,91	72,82	36,21

Fonte: COF/PGJ, 2016.

O orçamento detalhado por elemento de despesa foi assim executado:

Tabela 43 – Detalhamento por Elemento de Despesas

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR ELEMENTO DE DESPESA

Descrição	Empenhado	Liquidado
ÓRGÃO:07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	402.283.715,93	393.778.487,57
07 - CONTRIBUIÇÃO AO FEPA E AO FUNBEN	28.149.066,61	28.149.066,61
08 - AUXÍLIO MORADIA	17.167.705,95	17.167.705,95
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	233.202.640,19	233.202.640,19
13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	6.287.083,17	6.287.083,17
14 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	809.649,27	809.649,27
16- AJUDA DE CUSTO	5.600,00	5.600,00
30 - MATERIAL DE CONSUMO	1.774.740,73	1.398.500,46
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	365.269,98	365.269,98
36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	3.291.592,00	3.239.945,24
37 - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	6.804.527,12	6.701.426,30
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	22.913.264,35	19.741.243,26
46 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	22.956.376,95	22.956.376,95
49 - AUXÍLIO TRANSPORTE	79.647,20	79.647,20
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	6.885.418,87	3.697.214,31
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.537.868,90	987.917,60
91 - SENTENÇA JUDICIAL	18.162.555,47	18.162.555,47
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	20.492.065,61	20.428.002,05
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	9.984.291,03	9.984.291,03
94 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	414.352,53	414.352,53

Fonte: COF/PGJ, 2016.

Tabela 44 – Indicadores decorrentes da execução orçamentária 2016

Descrição	%
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA GERAL	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	99,03
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM PESSOAL	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	99,99
Despesa Realizada com Pessoal / Despesa Total Realizada	73,73
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	99,57
Despesa Realizada com Outras Despesas Correntes / Despesa Total Realizada	23,93
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM INVESTIMENTOS	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	72,82
Despesa Realizada com Capital / Despesa Total Realizada	2,34

Fonte: COF/PGJ, 2016.

Em de sua *home page* o Ministério Público do Estado do Maranhão mantém de forma transparente a execução orçamentária e extraorçamentária dos recursos recebidos por suas duas unidades gestoras, a Procuradoria-Geral de Justiça e o Fundo Especial do Ministério Público Estadual.

COORDENADORIA DA FOLHA DE PAGAMENTO

De modo a ilustrar o crescente aumento na demanda dos serviços da Coordenadoria de Folha de Pagamento, demonstramos a seguir a evolução do número de servidores.

Tabela 45 – Evolução da Folha de Pagamento

ANO	MES	CATEGORIA	SERVIDORES	CRESCIMENTO MÊS
2016	1	Comissionado	462	-
2016	1	Efetivo	585	-
2016	1	Membro	337	-
2016	1	Requisitado	325	-
TOTAL			1709	-

2016	12	Comissionado	472	2,16%
2016	12	Efetivo	586	0,17%
2016	12	Membro	337	0,00%
2016	12	Requisitado	328	0,92%
TOTAL			1723	0,82%

CRESCIMENTO ANUAL: 14 0,82%

Fonte: CFP/PGJ, 2016.

Gráfico 06 – Evolução da Folha de Pagamento

Fonte: CFP/PGJ, 2016.

Conclui-se que houve um crescimento no número de servidores durante o ano de 2016 na ordem de 0,82%, aumentando o número de demandas à folha de pagamento, como manutenção da folha, lançamentos, consignações etc., só relativo à folha principal.

Gráfico 07 - Valores da Folha de Pagamento

Fonte: CFP/PGJ, 2016.

Tabela 46: Evolução da Remuneração

categoria	Valor Jan	Valor Dez	% Aumento
Comissionado	1.919.766,07	1.955.685,55	1,87%
Efetivo	3.327.981,30	3.408.640,29	2,42%
Membro	11.876.171,18	11.808.625,34	-0,57%
Requisitado	2.255,26	2.255,26	0,00%
TOTAL	17.126.173,81	17.175.206,44	0,29%

Fonte: CFP/PGJ, 2016.

Obs: Foi considerada toda a remuneração dos mesmos servidores presentes tanto

na folha de janeiro quanto na folha de dezembro, desconsiderando-se a verba de terço constitucional de férias.

RELAÇÃO DE DIRIGENTES RESPONSÁVEIS E ORDENADORES DE DESPESAS PERÍODO JANEIRO/2016 A MAIO/2016							
	Nome	Endereço	Cargo	Cargo Efetivo	Período de Gestão	Matrícula	
	Regina Lúcia Almeida Rocha	R. Eng. Rui Mesquita, Nº 4, Lt. 4 e 5, Qd. 07, Apto 1301, Ed. Bérnago – Calhau. São Luís-MA	Procuradora-Geral de Justiça	Procurador de Justiça	15/06/2012 até a 30/05/2016	240622	100
	Francisco das Chagas Barros de Sousa	Rua Passagem Franca, Qd. 08, C. 11 D, Cond. Dom Francisco – Quintas do Calhau – São Luís/MA	Subprocurador -Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos	Procurador de Justiça	02/09/2014 até a presente data	387282	04
	Luiz Gonzaga Martins Coelho	Av. dos Holandeses, Rua Boninas, Qd 03, Apto 1600, Ed. José Tár cito de Almeida Andrade – Ponta D’Areia. São Luís-MA	Diretor-Geral da PGJ-MA	Promotor de Justiça	15/06/2012 até 30/05/2016	651919	23
	Emmanuel Jo Peres Netto Guterres Soares	Rua Parnaíba, Qd 1, Lote 10, Ed. Acapulco Residence. Bl 1, Apto 602 – Ponta do Farol – São Luís-MA	Diretor-Geral da PGJ-MA	Promotor de Justiça	07/03/2016 a 14/04/2016; 18/04/2016 a 10/05/2016; 11/05/2016 a 24/06/2016	1064039	43
	Carmen Lígia Paixão Viana	Rua 25, Qd. 27, Casa 37 – Jardim América - São Luís/MA	Diretora da Secretaria Administrativo -Financeira	Analista Ministerial	02/02/2015 até a presente data	1069541	51
	Tatiana Alves Paula	Rua Projetada 234, Casa 08, Condomínio Gran Village. São Luís-MA	Coordenadora de Orçamento e Finanças	Analista Ministerial	04/07/2005 até a presente data	470179	30
	Elizabeth Jardim Pedraça	Rua Mitra, 18, Bloco B, Apto. 404 – Renascença -São Luís-MA	Coordenadora de Orçamento e Finanças	Analista Ministerial	12/01/2016 a 10/02/2016	1070248	40

Tabela 47 – Dirigentes e Ordenadores de Despesas PGJ-MA

Fonte: ASPLAN/PGJ, 2016.

**RELAÇÃO DE DIRIGENTES RESPONSÁVEIS E ORDENADORES DE DESPESAS
PERÍODO JUNHO/2016 A DEZEMBRO/2016**

	Nome	Endereço	Cargo	Cargo Efetivo	Período de Gestão	Matrícula	
	Luiz Gonzaga Martins Coelho	Av. dos Holandeses, Rua Boninas, Qd 03, Apto 1600, Ed. José Tár cito de Almeida Andrade – Ponta D’Areia. São Luís-MA	Procurador-Geral de Justiça	Promotor de Justiça	14/06/2016 até a presente data	651919	233
	Francisco das Chagas Barro de Sousa	Rua Passagem Franca, Qd. 08, C. 11 D, Cond. Dom Francisco – Quintas do Calhau – São Luís/MA	Subprocurador -Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos	Procurador de Justiça	02/09/2014 até a presente data	387282	044
	Emmanuel Jo Peres Netto Guterres Soares	Rua Parnaíba, Qd 1, Lote 10, Ed. Acapulco Residence. Bl 1, Apto 602 – Ponta do Farol – São Luís-MA	Diretor-Geral da PGJ-MA	Promotor de Justiça	15/06/2016 até a presente data	1064039	437
	Carmen Lígia Paixão Viana	Rua 25, Qd. 27, Casa 37 – Jardim América - São Luís/MA	Diretora da Secretaria Administrativo -Financeira	Analista Ministerial	02/02/2015 até a presente data	1069541	515
	Tatiana Alves Paula	Rua Projetada 234, Casa 08, Condomínio Gran Village. São Luís-MA	Coordenadora de Orçamento e Finanças (gestora financeira)	Analista Ministerial	04/07/2005 até a presente data	470179	304
	Leticia de Cássia Cantanhede Fonseca	Rua 22, Qd. 23, Casa 07 –Maiobão –Paço do Lumiar/MA	Coordenadora de Orçamento e Finanças	-	15/07/2016 a 28/08/2016	1070893	013

Tabela 48 – Dirigentes e Ordenadores de Despesas PGJ-MA
Fonte: ASPLAN/PGJ, 2016.

RELAÇÃO DE DIRIGENTES RESPONSÁVEIS E ORDENADORES DE D
PERÍODO JANEIRO/2016 A MAIO/2016

	Nome	Endereço	Cargo	Cargo Efetivo	Período de Gestão	Matrícula	
	Regina Lúcia Almeida Rocha	R. Eng. Rui Mesquita, Nº 4, Lt. 4 e 5, Qd. 07, Apto 1301, Ed. Bérnago – Calhau. São Luís-MA	Procuradora-Geral de Justiça	Procurador de Justiça	15/06/2012 até a 30/05/2016	240622	100
	Francisco das Chagas Barros de Sousa	Rua Passagem Franca, Qd. 08, C. 11 D, Cond. Dom Francisco – Quintas do Calhau – São Luís/MA	Subprocurador -Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos	Procurador de Justiça	02/09/2014 até a presente data	387282	04
	Luiz Gonzaga Martins Coelho	Av. dos Holandeses, Rua Boninas, Qd 03, Apto 1600, Ed. José Tarcito de Almeida Andrade – Ponta D'Areia. São Luís-MA	Diretor-Geral da PGJ-MA	Promotor de Justiça	15/06/2012 até 30/05/2016	651919	23
	Emmanuel Jo Peres Netto Guterres Soares	Rua Parnaíba, Qd 1, Lote 10, Ed. Acapulco Residence. Bl 1, Apto 602 – Ponta do Farol – São Luís-MA	Diretor-Geral da PGJ-MA	Promotor de Justiça	07/03/2016 a 14/04/2016; 18/04/2016 a 10/05/2016; 11/05/2016 a 24/06/2016	1064039	43
	Carmen Lígia Paixão Viana	Rua 25, Qd. 27, Casa 37 – Jardim América - São Luís/MA	Diretora da Secretaria Administrativo -Financeira	Analista Ministerial	02/02/2015 até a presente data	1069541	51

Tatiana Alves Paula	Rua Projetada 234, Casa 08, Condomínio Gran Village. São Luís-MA	Coordenadora de Orçamento e Finanças	Analista Ministerial	04/07/2005 até a presente data	470179	304
Elizabeth Jar Pedraça	Rua Mitra, 18, Bloco B, Apto. 404 – Renascença -São Luís-MA	Coordenadora de Orçamento e Finanças	Analista Ministerial	12/01/2016 a 10/02/2016	1070248	404

Tabela 49 – Dirigentes e Ordenadores de Despesas FEMPE
Fonte: ASPLAN/PGJ, 2016.

RELAÇÃO DE DIRIGENTES RESPONSÁVEIS E ORDENADORES DE D						
PERÍODO JUNHO/2016 A DEZEMBRO/2016						
Nome	Endereço	Cargo	Cargo Efetivo	Período de Gestão	Matrícula	
Luiz Gonzaga Martins Coelha	Av. dos Holandeses, Rua Boninas, Qd 03, Apto 1600, Ed. José Tarcito de Almeida Andrade – Ponta D’Areia. São Luís-MA	Procurador-Geral de Justiça	Promotor de Justiça	14/06/2016 até a presente data	651919	235
Francisco das Chagas Barro de Sousa	Rua Passagem Franca, Qd. 08, C. 11 D, Cond. Dom Francisco – Quintas do Calhau – São Luís/MA	Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos	Procurador de Justiça	02/09/2014 até a presente data	387282	044
Emmanuel Jo Peres Netto Guterres Soares	Rua Parnaíba, Qd 1, Lote 10, Ed. Acapulco Residence. Bl 1, Apto 602 – Ponta do Farol – São Luís-MA	Diretor-Geral da PGJ-MA	Promotor de Justiça	15/06/2016 até a presente data	1064039	437

Carmen Lúcia Paixão Viana	Rua 25, Qd. 27, Casa 37 – Jardim América - São Luís/MA	Diretora da Secretaria Administrativo -Financeira	Analista Ministerial	02/02/2015 até a presente data	1069541	515
Tatiana Alves Paula	Rua Projetada 234, Casa 08, Condomínio Gran Village. São Luís-MA	Coordenadora de Orçamento e Finanças (gestora financeira)	Analista Ministerial	04/07/2005 até a presente data	470179	304
Letícia de Cássia Cantanhede Fonseca	Rua 22, Qd. 23, Casa 07 –Maiobão –Paço do Lumiar/MA	Coordenadora de Orçamento e Finanças	-	15/07/2016 a 28/08/2016	1070893	013

Tabela 50 – Dirigentes e Ordenadores de Despesas FEMPE
Fonte: ASPLAN/PGJ, 2016.

Gestão de Pessoas

COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Os últimos acontecimentos nos cenários econômico e político no Brasil exigiram dos gestores públicos grandes esforços para desenvolverem uma administração que correspondesse aos anseios dos cidadãos. Com o Ministério Público não foi diferente, mas apesar das dificuldades esta Procuradoria-Geral de Justiça continuou seus avanços na área de Gestão de Pessoas, respeitando os limites prudenciais impostos. Dentre esses avanços, citam-se:

- Incorporação dos **"21,7%"** nos contracheques dos servidores em janeiro de 2017;
- Aprovação do **aumento no valor do Auxílio-alimentação dos servidores** de R\$ 710,00 para **R\$ 1.000,00**, pela Lei nº nº 10.539, de 14 de dezembro de 2016, (DJ 14/12/16), para implantação a partir de 01 de janeiro de 2017;

- Realização de duas Semanas de Saúde, ocorridas nos meses de março e novembro, com a prestação de serviços de vacinação, medição de pressão arterial, teste de glicemia capilar, além de palestras nas áreas de medicina, saúde bucal e qualidade de vida e oficina de ginástica laboral;
- Nomeação e posse de 13 (treze) Promotores Substitutos aprovados no Concurso Público realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme Edital nº 01/2013, de 27 de agosto de 2013 e Resolução nº 03/2013-CSMP;
- Prorrogação, por 02 (dois) anos, da validade do referido Concurso Público para Membros, pelo Ato nº 353/2016, de 15 de agosto de 2016, publicado no Diário da Justiça de 18 de agosto de 2016, devendo ser considerado a partir de 16 de setembro de 2016, como garantia das condições de provimento em caso de cargos a vagar nesse período;
- Titularização de 07 (sete) Promotores de Justiça em comarcas de entrância inicial, até então vagas;
- Promoção de 04 (quatro) Promotores de Justiça;
- Remoção de 07 (sete) Promotores de Justiça;
- Nomeação e Posse de 09 (nove) servidores efetivos, sendo: 01 (um) Analista Ministerial e 08 (oito) Técnicos Ministeriais aprovados no Concurso Público para provimento de cargos do Quadro de Apoio Técnico-administrativo, homologado em 04 de novembro de 2013, publicado no Diário da Justiça de 05 de novembro de 2013, e prorrogado por dois anos, pelo Edital de Prorrogação de 04 de novembro de 2015, publicado no Diário da Justiça de 06 de novembro de 2015, devendo ser considerado a partir de 05 de novembro de 2015;
- Realização e homologação de 03 (três) Concursos de Remoção

para servidores efetivos estáveis com a oferta de 09 (nove) cargos de Técnicos Ministeriais, sendo 03(três) na área Administrativa e 06 (seis) na área de Execução de Mandados e 01(um) de Analista Ministerial – área: Assistência Social, em 12 comarcas localizadas no interior;

- Promoção/Progressão de 279 (duzentos e setenta e nove) servidores efetivos;
- Concessão de 25 (vinte e cinco) Adicionais de Qualificação – AQ contemplando, assim, um total de 371 servidores, correspondendo a 81,9% do atual quadro de cargos efetivos providos por servidores estáveis, que fazem jus ao Adicional, o que resulta em um acréscimo de, no mínimo, 10 % nos vencimentos;
- Certificação digital para membros e servidores a fim de habilitá-los para atuarem nos Processos eletrônicos;
- Criação de **40 (quarenta) cargos de servidores efetivos**, sendo 15 (quinze) de Analista Ministerial e 25 (vinte e cinco) de Técnico Ministerial, pela Lei nº 10.539, de 14 de dezembro de 2016, (DJ 14/12/16);
- Criação de **13 (treze) cargos comissionados e 06 Funções de Confiança** para de servidores efetivos, sendo 03 FC-01 e 03 FC-02, pela Lei nº 10.539, de 14 de dezembro de 2016, (DJ 14/12/16);
- Inclusão de “irmão” de membros e servidores, como pessoa da família para efeitos de concessão da **Licença para Acompanhar Pessoa da Família**, pelo Ato Regulamentar nº 22/2016, de 29 de novembro de 2016;
- Realização do Processo Seletivo para estagiários não-obrigatório, pelo Edital nº 01/2016, homologado pelo Edital nº 11/2016, de 09 de dezembro de 2016, publicado no Diário da Justiça de mesma data;
- Iniciada a transição do sistema de RH para o novo sistema GESP,

sendo necessário um grande esforço para a alimentação manual, considerando que o antigo sistema não permitiu a compatibilidade para migração eletrônica dos dados.

- Alimentação do cadastro do CNMP com dados sobre os membros;

Tabela 51: Quantitativo de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça

Descrição	TOTAL em 31/12/16	% de participação
Membros	336	17,06
Servidores Efetivos	588	29,86
Exclusivamente Comissionados	474	24,07
Requisitados	330	16,76
Aposentados / Pensionistas	192	9,75
Estagiários não obrigatórios	49	2,49
TOTAL	1.969	100

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

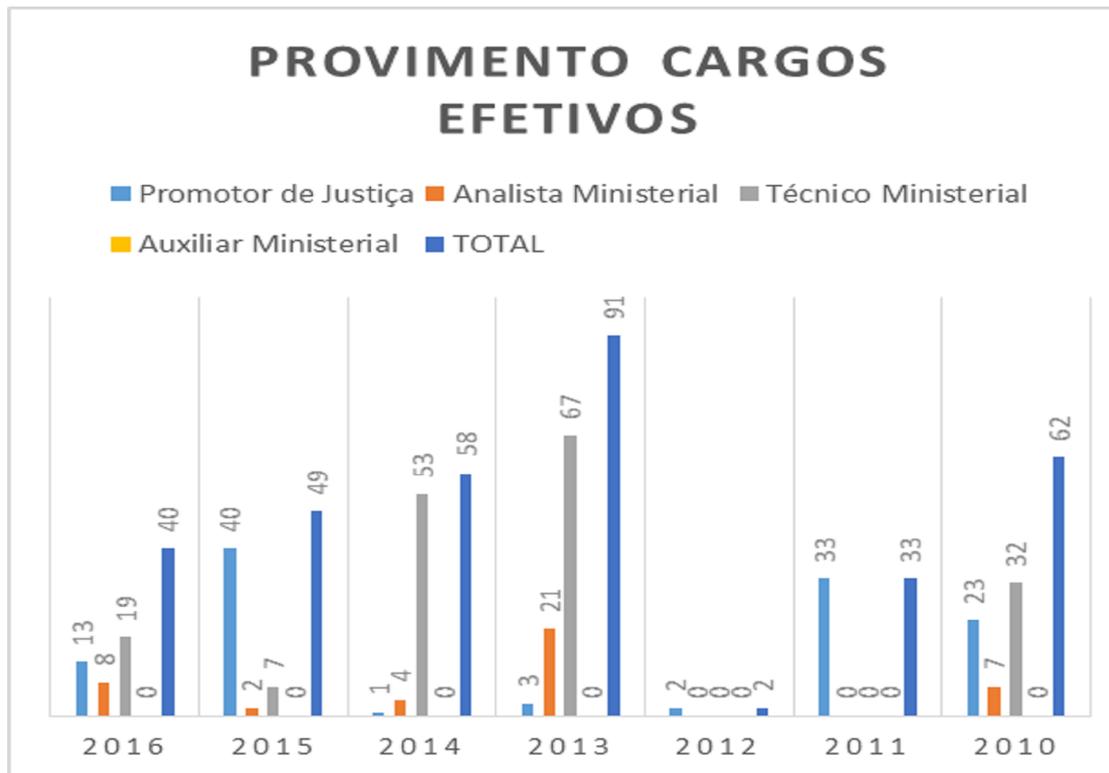
Provimento de cargos:

Tabela 52: Provimento de cargos Efetivos

CARGOS EFETIVOS	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Promotor de Justiça	13	40	1	3	2	33	23
Analista Ministerial	8	2	4	21	-	-	7
Técnico Ministerial	19	7	53	67	-	-	32
Auxiliar Ministerial	0	0	0	0	-	-	-
TOTAL	40	49	58	91	2	33	62

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

Gráfico 08: Provimento de cargos Efetivos



Fonte: CGP/PGJ, 2016.

Tabela 53: Provimento de Cargos Comissionados

NOMEAÇÕES - CARGO	Quantidade de Nomeações Comissionados						
	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
De indicação do Procurador-Geral de Justiça	47	31	24	37	114	37	52
De indicação de Procurador de Justiça	25	43	28	87	33	44	37
De indicação de Promotor de Justiça	69	91	102	132	193	22	86
TOTAL	141	165	154	256	340	103	175

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

* Em 2013 houve a autorização de provimento de 31 novos cargos de Assessor de Procurador de Justiça;

** Criação/provimentos de novos cargos de Assessor de Promotor de Justiça: 2010 = 80 cargos; 2011 = 36 cargos e 2012 = 198 cargos; e em 2013 = 29 cargos

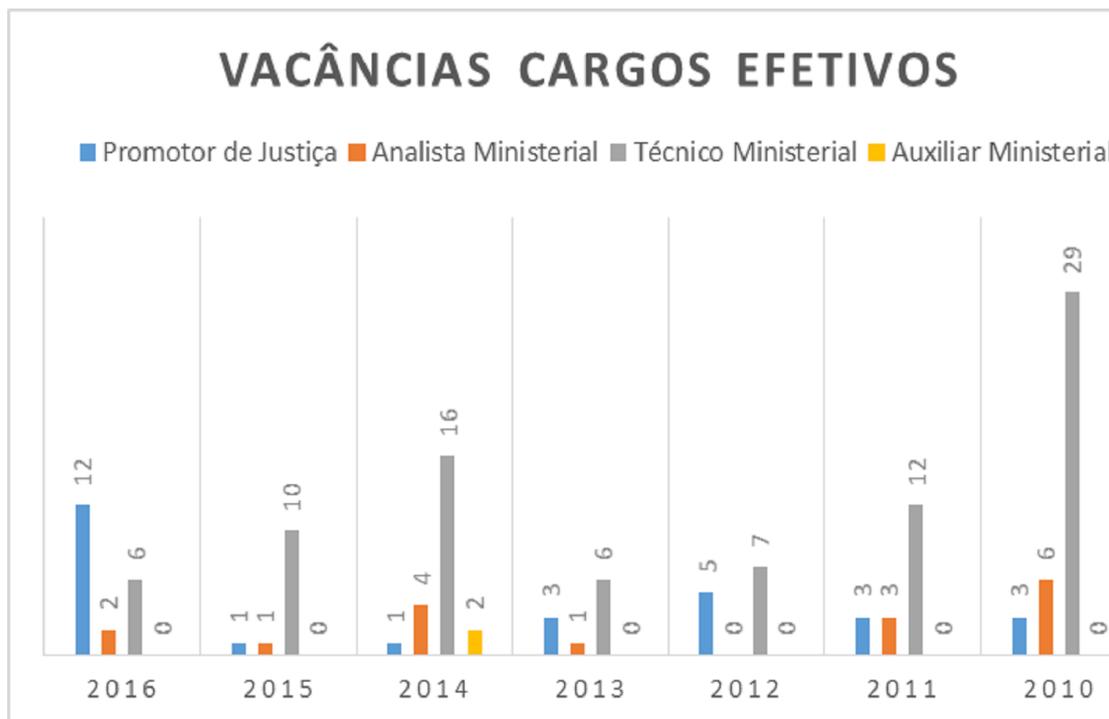
Tabela 54: Vacâncias cargos efetivos (Exonerações/Demissões, falecimento, aposentadoria)

EXONERAÇÕES CARGOS EFETIVOS	Quantidade de Exonerações/Vacâncias
-----------------------------	-------------------------------------

EXONERAÇÕES CARGOS EFETIVOS	Quantidade de Exonerações/Vacâncias						
	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Especificação							
Promotor de Justiça	12	1	1	3	5	3	3
Analista Ministerial	2	1	4	1	-	3	6
Técnico Ministerial	6	10	16	6	7	12	29
Auxiliar Ministerial	0	0	2	0	0	0	0
TOTAL	20	12	23	10	12	18	38

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

Gráfico 09: Vacâncias cargos efetivos



Fonte: CGP/PGJ, 2016.

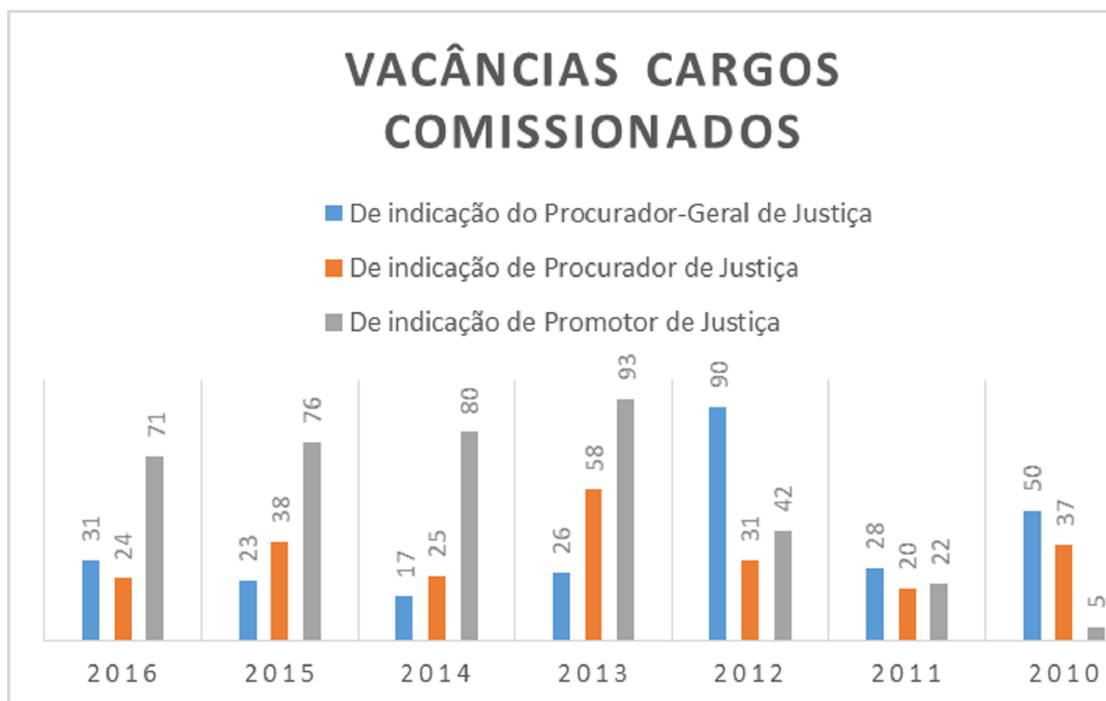
Tabela 55: Vacâncias cargos comissionados

VACÂNCIAS CARGOS COMISSIONADOS	Quantidade de Exonerações/Vacâncias						
	2016	2015	2014	2013*	2012	2011	2010
De indicação do Procurador-Geral de Justiça	31	23	17	26	90	28	50
De indicação de Procurador de Justiça	24	38	25	58	31	20	37
De indicação de Promotor de Justiça	71	76	80	93	42	22	5
TOTAL	126	137	122	177	163	70	92

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

* Em 2013, com a autorização de provimento de 31 novos cargos de Assessor de Procurador de Justiça, houve casos de exoneração de ocupantes do cargo de Assessor IV para a nomeação destes como Assessor de Procurador de Justiça;

Gráfico 10: Vacâncias cargos comissionados



Fonte: CGP/PGJ, 2016.

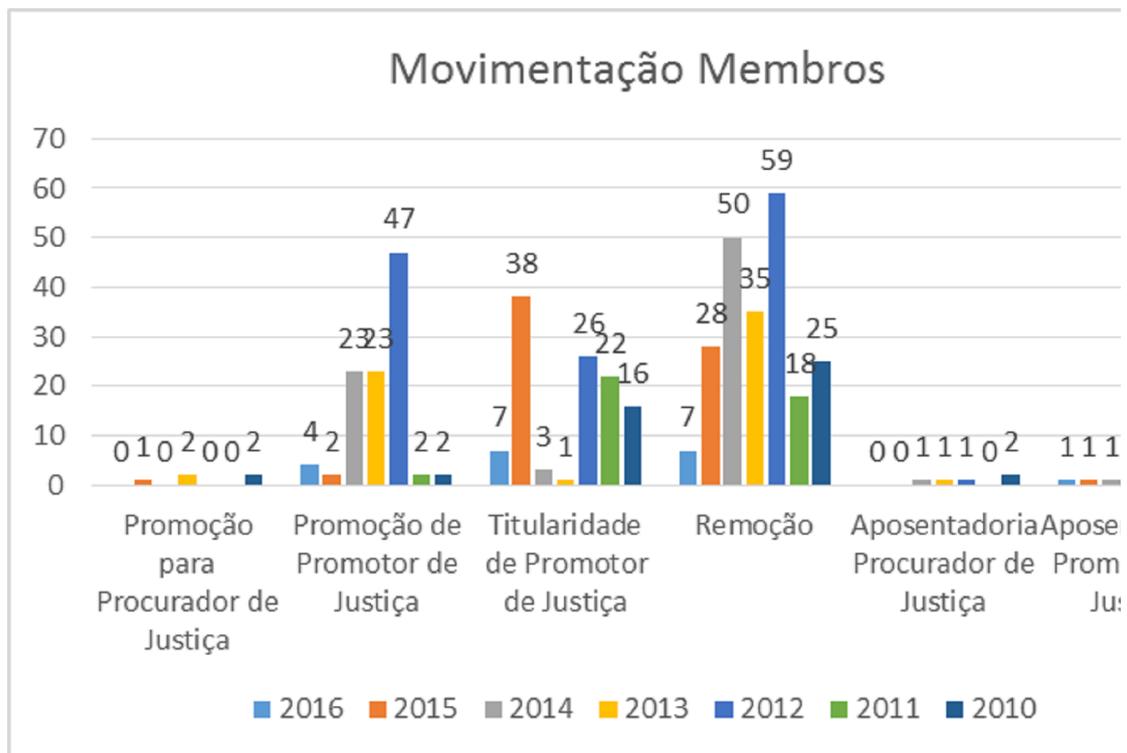
Tabela 56: Movimentação na Carreira de Membros

Movimentação	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Promoção para Procurador de Justiça	0	1	0	2	0	-	2
Promoção de Promotor de Justiça	4	2	23	23	47	2	2
Titularidade de Promotor de Justiça	7	38	3	1	26	22	16
Remoção	7	28	50	35	59	18	25

Aposentadoria de Procurador de Justiça	0	0	1	1	1	0	2
Aposentadoria de Promotor de Justiça	1	1	1	1	2	0	0

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

Gráfico 11: Movimentação na Carreira de Membros



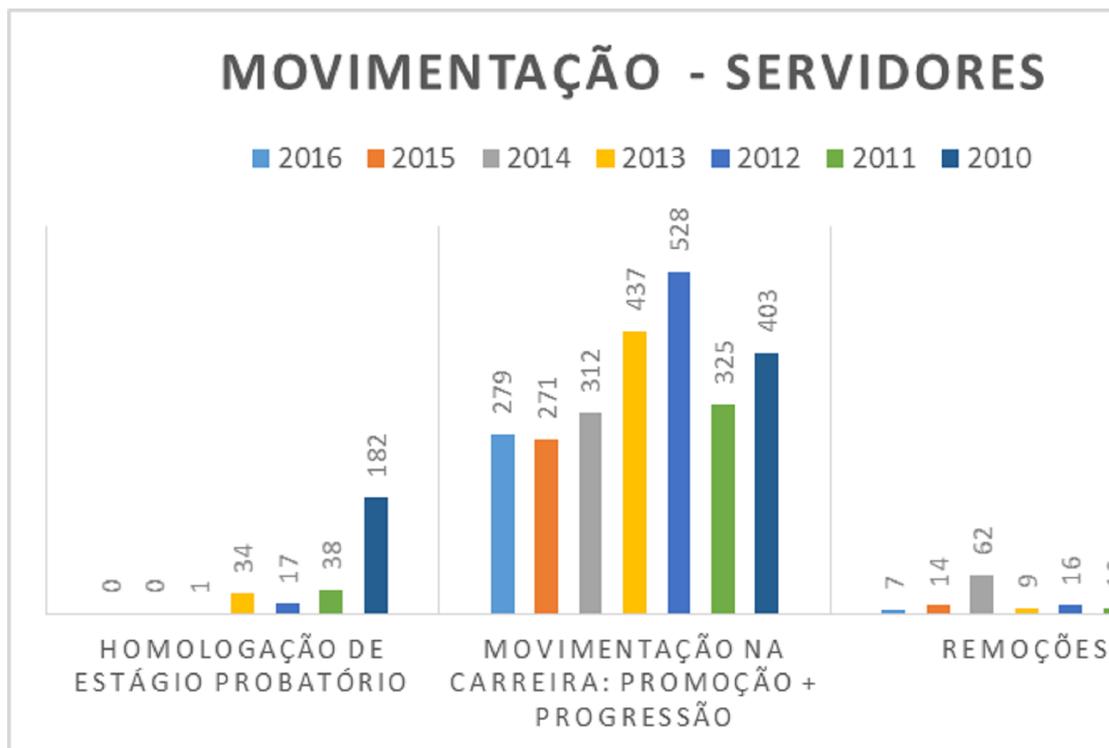
Fonte: CGP/PGJ, 2016.

Tabela 57: Movimentação na Carreira - Servidores

Movimentação na Carreira - Servidores	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Homologação de estágio probatório	0	0	1	34	17	38	182
Movimentação na Carreira: Promoção + Progressão	279	271	312	437	528	325	403
Remoções	7	14	62	9	16	10	24

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

Gráfico 12: Movimentação na Carreira - Servidores



Fonte: CGP/PGJ, 2016.

Adicional de Qualificação - AQ

Instituído pela Lei nº 9.925, de 25 de setembro de 2013, e regulamentado pelo Ato Regulamentar nº 14/2013, publicado no Diário da Justiça, edição nº 192, de 02 de outubro de 2013, foram concedidos **25 (vinte e cinco)** Adicionais de Qualificação, em 2016.

Atualmente, o benefício do Adicional de Qualificação

contempla 371 (trezentos e setenta e um) servidores, que corresponde a 81,9%, de um total de 453 cargos efetivos providos por servidores estáveis, que fazem jus ao Adicional, conforme descrito a seguir. Ressalte-se que o Adicional de Qualificação garante um acréscimo de no mínimo 10% nos vencimentos dos servidores.

Tabela 58: Servidores com Adicional de Qualificação

QUANTITATIVO DE SERVIDORES CONTEMPLADOS COM O ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO – 2016					
Nível do AQ	Analista	Técnico	Auxiliar	TOTAL	%
Graduação	4	153	4	161	43,4
Especialização	76	113	5	194	52,29
Mestrado	10	3	0	13	3,5
Doutorado	3	0	0	3	0,81
TOTAL de servidores com AQ	93	269	9	371	81,9

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

Tabela 59: Servidores sem Adicional de Qualificação

QUANTITATIVO DE SERVIDORES SEMO ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO – 2016				
Descrição	Analista	Técnico	Auxiliar	TOTAL
Cargos Providos servidores estáveis	98	332	23	453
Quantitativo de servidores estáveis semAQ	5	63	14	82
% por cargo de servidores SEM AQ	5,1	18,98	60,87	18,1

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

7 – AÇÕES DE SAÚDE FUNCIONAL

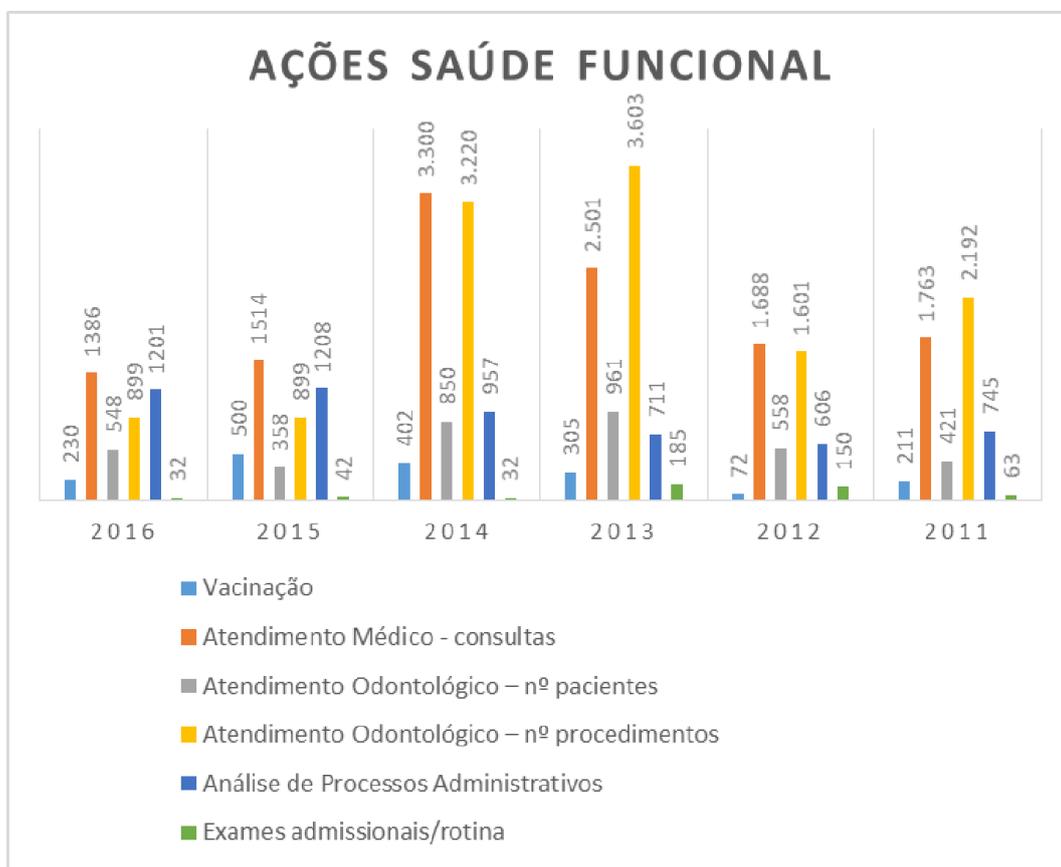
Tabela 60: Ações do Programa de Qualidade de Vida

AÇÃO	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Vacinação	230	500	402	305	72	211
Atendimento Médico - consultas	1.386	1.514	3.300	2.501	1.688	1.763
Atendimento Odontológico - nº pacientes	548	358	850	961	558	421
Atendimento Odontológico - nº procedimentos	899	899	3.220	3.603	1.601	2.192
Análise de Processos Administrativos	1.201	1208	957	711	606	745

Exames admissionais/rotina	32	42	32	185	150	63
-----------------------------------	-----------	----	----	-----	-----	----

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

Gráfico 13: Ações do Programa de Qualidade de Vida



Fonte: CGP/PGJ, 2016.

Tabela 61: Gestão do Estágio Não-Obrigatório

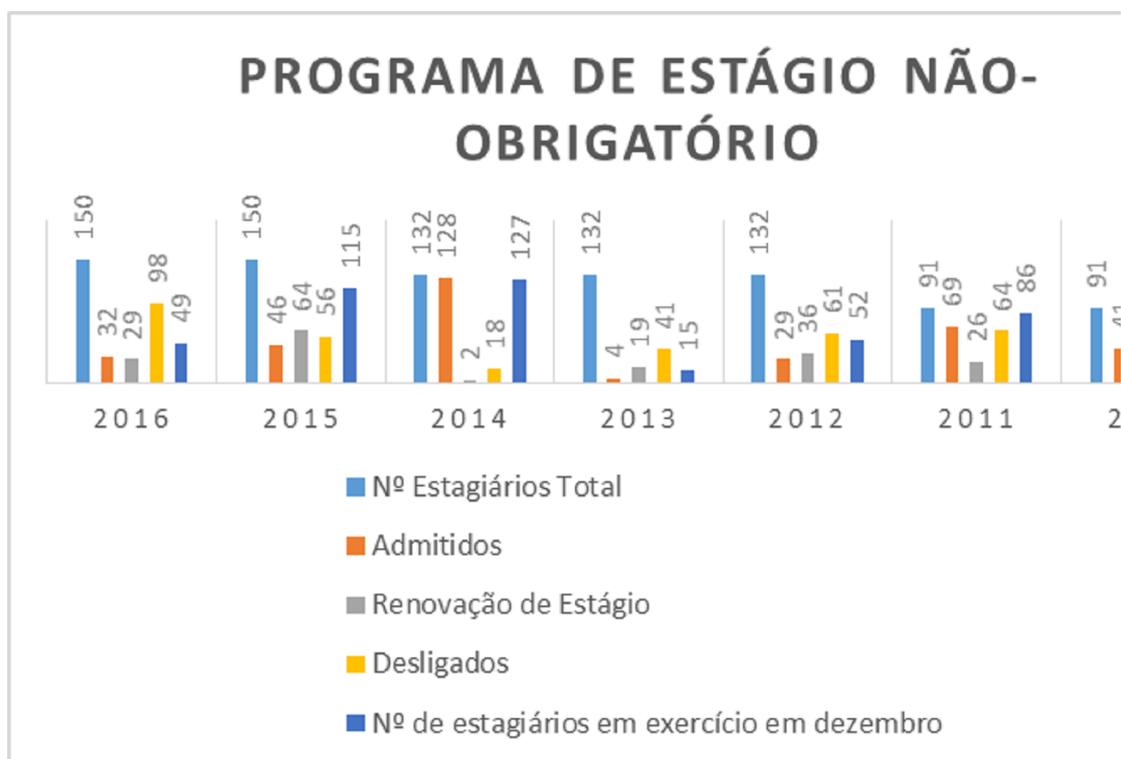
Descrição	Nº de Estagiários						
	Ato Reg. 13/2015	Ato Reg. 13/2015	Ato Reg. 10/2014	Ato Reg. 03/2013	Ato Reg. 14/2011	Ato Reg. 02/2010	Ato Reg. 02/2009
	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Nº Estagiários Total	150	150	132	132	132	91	91
Admitidos	32	46	128	4	29	69	41
Renovação de Estágio	29	64	2	19	36	26	44
Desligados	98	56	18	41	61	64	33
Nº de estagiários em exercício em dezembro	49	115	127	15	52	86	79

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

Obs. Não houve processo seletivo em 2012 e 2013. Em 2015 foi prorrogado o

seletivo de 2014.

Gráfico 14: Gestão do Estágio Não-Obrigatório



Fonte: CGP/PGJ, 2016.

9 – Processo Seletivo para estagiário não-obrigatório:

Processo Seletivo para estagiários não-obrigatório regido pelo Edital nº 01/2016, de 19 de setembro de 2016, homologado pelo Edital nº 11/2016, de 09 de dezembro de 2016, publicado no Diário da Justiça de mesma data:

Tabela 62: Resumo do Concurso de Estagiários

Descrição	Quant.
Nº de cidades de realização das provas: São Luís, Bacabal, Balsas, Caxias e Imperatriz	5
Nº de vagas	90
Nº de Inscritos	1.298
Nª de inscrições deferidas	828
Nº de candidatos que realizaram as provas	555
Nº de ausentes nas provas	177
Nº de reprovados	240
Nº de Candidatos aprovados	315

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

Foram realizados e homologados 03 concursos de remoção de servidores efetivos e 01 (um) iniciado, mas ainda em andamento.

Tabela 63: Concurso de remoção de servidores efetivos

Itens	1º Concurso	2º Concurso	3º Concurso	4º Concurso *
Nº de vagas	4	3	2	1
Nº de inscritos	4	-	1	2
Nº Servidores Removidos	3	-	1	-

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

* Em andamento

Concurso Público para o provimento de 25(vinte e cinco) cargos de Promotor de Justiça Substituto - Foi realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme Edital nº 01/2013, de 27 de agosto de 2013 e Resolução nº 03/2013-CSMP, homologado em 12 de setembro de 2014, publicado no DJ de 16 de setembro de 2014 e prorrogado pelo Ato nº Ato nº 353/2016, de 15

de agosto de 2016, DJ de 18 de agosto de 2016, devendo ser considerado a partir de 16 de setembro de 2016.

Tabela 64: Concurso para ingresso na carreira de Promotor de Justiça

Descrição	2015	2016	TOTAL
Aprovados	76	76	76
Nomeados	46	13	59
Não tomaram posse/Fim de Fila	6	0	5
Exonerados	1	8	9
Em efetivo Exercício	39	44	44

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

11.2 – Concurso cargos Servidores Efetivos:

Concurso Público para provimento de cargos do Quadro de Apoio Técnico-administrativo, homologado em 04 de novembro de 2013, publicado no DJ em 05 de novembro de 2013, prorrogado, por 02 (dois) anos, pelo Edital de Prorrogação de 04 de novembro de 2015, publicado no DJ de 06 de novembro de 2015, devendo ser considerado a partir de 05 de novembro de 2015:

Tabela 65: Resumo com dados de nomeações – Concurso 2013*

CARGO	Vagas Concurso Previsão Edital	Candidatos Nomeados	Em Efetivo Exercício	Não tomaram posse / não assumiram / Desistência Nomeação / reprovado pericia	Fim de Fila	Exonera
Analista Ministerial	22	38	24	9	1	4
Técnico Ministerial	86	180	110	41	4	25
TOTAL	108	218	134	50	5	29

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

* Dados referente a Dezembro de 2016.

Tabela 66: Capacitação de membros e servidores

Item	2016	2015*	2014*	2013*	2012	2011	2010
Nº Membro/Servidores Treinados	68	101	299	374	207	966	1.529

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

* Dados extraídos dos Termos de Referências elaborados na CGP

Tabela 67: Procedimentos Administrativos

ATIVIDADE	2016	2015	2014
Declaração de Margem de Consignação	586	831	854
Processos administrativos informados	13.216	18.841	18.844
Ofícios expedidos	149	306	511
Memorandos expedidos	284	436	594
Elaboração Atos de servidores e membros	521	579	659
Elaboração Portarias de servidores e membros	9.670	10.194	8497
Publicação de documentos no Sistema de Boletim Interno Eletrônico (Atos, Portarias, Editais, Atos Regulamentares, outros)	10.191	10.773	9.156
Elaboração de Termos de Referência	29	42	51
Termos de Compromisso de Estágio	32	46	128
Termo de Renovação de Estágio	29	64	2
Termo de Desligamento de Estágios	98	56	18
Termo de Realização de Estágio	94	56	18
Editais de Convocação de Estágio	18	26	17

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

Permanecem como atividades da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, além das atividades demonstradas e quantificadas anteriormente, outras tarefas de rotina, tais como:

- Alimentação mensal do Portal da Transparência, área de Gestão de Pessoas;
- Cadastramento e alimentação do Sistema de RH/GESP dos dados cadastrais e funcionais dos servidores e membros do Ministério Público;
- Encaminhamento para o Setor de Folha de Pagamento de todas as informações que impliquem em inclusão, exclusão, implantação, alterações em contracheque de servidores e membros do Ministério Público;
- Preparação de todo o processo de admissão de servidores: Análise da documentação, nomeação, posse, lotação e encaminhamento à localidade de trabalho, cadastramento no sistema;

- Elaboração de todas as etapas do Processo de Avaliação de Desempenho dos Servidores;
- Elaboração e publicação do Quadro de Antiguidade dos membros do Ministério Público
- Gestão do Programa de estágio não obrigatório incluindo os processos de admissão, renovação, avaliação e desligamento dos estagiários não obrigatórios, e as atividades referentes ao pagamento de seguro de vida, informações para a elaboração da folha de pagamento mensal e controle do recesso remunerado.
- Produção dos crachás de identidade funcional;
- Elaboração de Programas de Treinamento de Servidores;
- Inscrição de servidores para participarem de Cursos e acompanhamento na realização dos Treinamentos;

GESTÃO DO CONHECIMENTO

CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A **Escola Superior do Ministério Público** é órgão auxiliar do Ministério Público e visa à preparação, capacitação e aperfeiçoamento profissional e cultural de membros, servidores e estagiários do Ministério Público, bem como ao oferecimento de cursos jurídicos e afins, de pós-graduação, à sociedade em geral.

Em 2016, o planejamento da Escola Superior do Ministério Público foi realizado em parceria com os **CAOPs – Centros de Apoio Operacionais** e com os **Órgãos Administrativos**, havendo uma concentração das atividades de capacitação na Escola, com a respectiva certificação, sem qualquer ônus aos destinatários.

Destaca-se, em relação aos anos anteriores, a maior interação entre membros, servidores e setores administrativos com a Escola Superior.

Principais atividades desenvolvidas:

- Cursos de **Ingresso de novos Promotores de Justiça** no decorrer do ano.
- Realização do **Processo Seletivo para Estágio não obrigatório**: Pela primeira vez, todo o Processo Seletivo foi realizado pela Procuradoria Geral de Justiça, sob a Coordenação da Escola Superior, em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Foram deferidas 791 inscrições, e aprovados 291 candidatos para o Pólo São Luís e interior, nas mais diversas

áreas:

Tabela 68: Processo Seletivo para Estágio não obrigatório capital

PÓLO/SÃO LUÍS-MA	
CURSO	VAGAS
Eletrônica/Informática	7
Administração	14
Arquitetura E Urbanismo	1
Biblioteconomia	1
Ciências Contábeis	3
Comunicação Social – Jornalismo	1
Comunicação Social – Radialismo	1
Comunicação Social – Relações Públicas	2
Direito	26
História	2
Psicologia	1
Serviço Social	1

Fonte: ESMP/PGJ, 2016.

Tabela 69: Processo Seletivo para Estágio não obrigatório interior

PÓLO/INTERIOR	CURSO	VAGA
Açailândia	Direito	2
Bacabal	Direito	3
Balsas	Direito	1
Caxias	Direito	5
Codó	Direito	2
Coroatá	Administração	1
Imperatriz	Direito	7
Paço Do Lumiar	Direito	1
Raposa	Direito	1
São José De Ribamar	Direito	1
Timon	Direito	4

Fonte: ESMP/PGJ, 2016.

- Realização do 6º Congresso Anual do Ministério Público do Maranhão, sob o tema **“Ministério Público em Defesa da Ética e da Democracia: caminhos, desafios, esperanças...”**, nos dias 12 e 13 de dezembro, com participação de membros, servidores e da comunidade jurídica e acadêmica.

Tabela 70: Atividades de Capacitação

Descrição	Nº de participante
<ul style="list-style-type: none"> • Seminário do Movimento “MARANHÃO Contra a Corrupção”, em parceria com a Procuradoria-Geral de Justiça, Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão - AMPEM, Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão - ESMAM e a Associação dos Magistrados do Maranhão – AMMA. 	57 Promotores de Justiça
<ul style="list-style-type: none"> • Curso de Contabilidade Pública 	22
<ul style="list-style-type: none"> • II Curso de Atualização em Processo Civil da ESMP/MA, contando carga horária, para 32 Promotores de Justiça Vitaliciandos 	172 (73 Promotores de Justiça, dos quais, 32 Vitaliciandos; 01 Procurador de Justiça; 86 Servidores e 12 convidados)
<ul style="list-style-type: none"> • Curso “ELEIÇÕES 2016” 	128 (84 Promotores de Justiça, sendo 32 Vitaliciandos, e 44 Assessores do MPMA)
<ul style="list-style-type: none"> • Curso Tutela de Urgência e Inovações no Novo CPC – Imperatriz/MA, em parceria com a AMPEM e Promotoria de Imperatriz 	71 (22 Promotores de Justiça, 38 Assessores do MPMA e 11 convidados)
<ul style="list-style-type: none"> • Curso de Tiro, em parceria com a PMMA 	14 Membros do MPMA
<ul style="list-style-type: none"> • Curso de Atualização em Língua Portuguesa 	29 (15 Assessores, 12 Servidores e 02 Estagiários do MPMA)
<ul style="list-style-type: none"> • I Semana Estadual de Valorização da Mulher, em parceria com a CEMULHER / TJMA 	16 Promotores de Justiça do MPMA
<ul style="list-style-type: none"> • Curso de Vitaliciamento e Semana de Capacitação 	21 Promotores de Justiça do MPMA (15 Vitaliciandos e 6 Não Vitaliciandos)
<ul style="list-style-type: none"> • Seminário “MEDIÇÃO de Conflitos” 	126 (46 Promotores de Justiça, 16 Assessores, 24 Servidores e 43 convidados)
<ul style="list-style-type: none"> • Curso Administrador Moodle 	20 (02 Promotores de Justiça e 18 Servidores)
<ul style="list-style-type: none"> • Curso de Formação para o Centro Integrado de Justiça Juvenil do Maranhão, em parceria com a Funac, 2ª Vara da Infância e Juventude e CAOp/IJ 	64 (09 Servidores do MPMA e 55 Gestores das Instituições do Sistema de Justiça)
<ul style="list-style-type: none"> • Curso Criminalidade Organizada – Ead, em convênio com o CEAJ/ESMP-SP 	60 (35 Promotores de Justiça e 25 Servidores)

<ul style="list-style-type: none"> • V Jornada de Direito da Universidade Estadual do Maranhão, em parceria com a ESMP-MA 	04 Servidores
<ul style="list-style-type: none"> • Seminário Novo Código de Processo Penal (PL-8045), em parceria com o CAOp-CRIMINAL 	187 (27 Promotores de Justiça, 47 Servidores e 113 entre Comunidade Estudantil e convidados)
<ul style="list-style-type: none"> • Curso Justiça Terapêutica – Ead, em convênio com o CEAF/ESMP-SP 	51 (06 Promotores de Justiça e 45 Servidores)
<ul style="list-style-type: none"> • Palestra Motivacional “MUDE Você Mude o Mundo” 	Evento Aberto, sem certificação
<ul style="list-style-type: none"> • Curso “Capacitação de Tutores e Conteudistas em Ensino à Distância” - II Módulo 	21 Servidores
<ul style="list-style-type: none"> • Palestra – O Sentido da Vida como Recurso de Enfrentamento ao Estresse e suas Consequências Patológicas 	Evento Aberto, sem certificação
<ul style="list-style-type: none"> • Curso “MEDIACÃO Comunitária” 	33 (18 Promotores de Justiça, sendo 9 Vitaliciandos, 10 Servidores e 5 convidados)
<ul style="list-style-type: none"> • Curso de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do Ministério Público 2016 – 4ª Turma 	
<ul style="list-style-type: none"> • Curso “Nivelamento e Conhecimentos sobre a Implementação do Modelo de Gestão por Competência” 	40 (06 Membros e 31 Servidores e 03 convidados)
<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação da Equipe do Centro Integrado de Justiça Juvenil, em parceria com o CAOp-IJ 	75 integrantes da Equipe da CIJJUV
<ul style="list-style-type: none"> • 6º Congresso Anual do Ministério Público do Maranhão: “Ministério Público em Defesa da Ética e da Democracia: Caminhos, Desafios, Esperanças...” 	340 (100 Promotores de Justiça, 68 Servidores, 152 Estudantes, 16 Classe Jurídica e 04 convidados)
<ul style="list-style-type: none"> • Curso “MEDIA Training” 	40 (25 Promotores de Justiça e 15 Servidores)
<ul style="list-style-type: none"> • Palestra com as Promotoras Colaboradoras do CNMP sobre a Carta de Brasília (relativa à atuação das Corregedorias no monitoramento e acompanhamento da execução do Planejamento Estratégico) 	65 (35 Promotores de Justiça e 30 Servidores)

Fonte: ESMP/PGJ, 2016.

Estatística da ESMP em 2016

Tabela 71: Eventos realizados

Resumo/Eventos	Quantidade
Eventos Oferecidos pela ESMP-MA	16
Eventos da ESMP-MA em parceria	8
Convênios da ESMP-MA	2
Total de Eventos da ESMP-MA	26

Fonte: ESMP/PGJ, 2016.

Tabela 72: Resumo das atividades de Capacitação

Resumo/Capacitados	Quantidade
Membros	651
Servidores	561
Convidados	333
Estudante De Direito	152
Estagiários	3
Total de Capacitados	1.700

Fonte: ESMP/PGJ, 2016.

* Carga Horária Total: 537 Horas

Demais Cursos:

- **II Curso de Atuação de Direito Processual Civil Recursos e Ações Impugnativas no Novo CPC;**
- **II Curso de Atuação de Direito Processual Civil – A Atuação do Ministério Público no Novo Processo Civil;**
- **Eleições 2016;**
- **Curso Português;**
- **Curso Administrador Moodle;**
- **Seminário Debate sobre o Projeto de Lei, Novo Código Processo Penal;**
- **Curso de Mediação Comunitária;**

- **Curso Gestão por Competência;**
- **Curso Media Training;**
- **Curso Ead – Criminalidade Organizada** – em convênio com o CEAF/ESMP-SP;
- **Curso Ead – Justiça Terapêutica** – em convênio com o CEAF/ESMP-SP.

DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA

COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA

Composta pelas Seções de Protocolo, de Arquivo, de Pesquisa Jurídica e de Editoração e Publicação, a **Coordenadoria de Documentação e Biblioteca** tem como missão realizar a gestão da política documental do Ministério Público Maranhense, visando garantir a guarda, a recuperação, o acesso, a segurança e a preservação de sua memória institucional.

Durante o ano de 2016 esta unidade administrativa buscou o efetivo cumprimento de suas atribuições dentro dos prazos legais e em quantidade compatível com as metas da Instituição, dentre as quais destacam-se:

1 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS:

Proposição e acompanhamento dos processos administrativos, que visam a promover a efetividade no cumprimento dos Contratos e Atas de Registro de Preços referentes às necessidades institucionais vinculadas a esta coordenadoria.

1.1 – Assinatura e renovação de Sistemas de pesquisa virtuais jurídicos e técnicos:

- “JURIS PLENUM OURO”: aos Membros do MPMA, Assessoria/PGJ, à Assessoria Jurídica da Administração, à Biblioteca/PGJ e à Biblioteca da Escola Superior do MPMA;
- “SOLLICITA”: à Comissão Permanente de Licitação;
- “Debit Atualiza” e “Debit Trabalhista”: Aplicativos de Cálculos de Correção Monetária e Liquidação de sentença trabalhista ao Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa – CAOp-ProAd e à Assessoria Técnica/PGJ;

1.2 – Quanto à Fiscalização dos serviços:

- Publicidade de avisos, editais, comunicados e notas oficiais em Jornais Locais;
- Assinatura, entrega e fornecimento de Jornais Locais;
- Guarda, Digitalização e Gerenciamento de Documentos e Arquivos – “*Sistema GED Arquivar*”;
- Fornecimento de materiais gráficos (lotes referentes às publicações institucionais);
- Formatação e diagramação de obras institucionais;
- Suporte Técnico e atualização do Sistema de Automação de Bibliotecas (*SIABI*).

2 – SUPERVISÃO EDITORIAL E NORMALIZAÇÃO DE OBRAS INSTITUCIONAIS: Visa suprir as necessidades de divulgação dos programas e das publicações institucionais.

- Organização da Revista do MPMA - Juris Itinera nº. 23, 2016 (anual);
- Supervisão editorial do “Relatório de Atividades MPMA – 2015”;
- Normalização do “O Timbira: Anuário de Atividades da

Corregedoria Geral do Ministério Público” (2015);

- Normalização do “Relatório de Gestão da Ouvidoria do Ministério Público”;
- Organização e distribuição da “Agenda MPMA AMPEM 2017” e do “Caderno de Anotações MPMA AMPEM 2017”;
- Revisão e distribuição do “Calendário MPMA AMPEM 2017”;
- Distribuição do “Mouse Pad MPMA AMPEM 2017”;
- Distribuição da Cartilha do CAOP-DIREITOS HUMANOS: “Orientações para legalização de associações de apoio às Casas Religiosas de Matriz Africana”;
- Distribuição da Cartilha “LER, ESCREVER E PENSAR” referente ao Projeto desenvolvido pela Promotora de Justiça Maria José Lopes Corrêa, Titular da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de João Lisboa.

3 – POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO:

Comparativo 2015-2016 dos produtos e serviços oferecidos:

Tabela 73 – Utilização de Serviços e Produtos

ATENDIMENTO AO USUÁRIO	2015	2016
Serviço de Alerta-legislação (pesquisa, seleção e envio de normas federais e estaduais de relevância aos Membros do MPMA)	444	1.137
Serviço de Pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência (em meio impresso e eletrônico aos membros, servidores e comunidade em geral)	602	570
Serviço de Empréstimo de livros (jurídicos, técnicos e literários)	804	510
Consultas locais ao acervo bibliográfico	268	173
Sumários Correntes (Disponibilização <i>on line</i>)	80	-

Serviço de Publicação de matérias do MPMA no Diário da Justiça do Estado do Maranhão e no Diário Eletrônico do Ministério Público do Maranhão	3.313	3.615
Serviço de Publicidade de avisos, editais e notas oficiais nos jornais locais	157	113

Fonte: CDB/PGJ, 2016.

4 – POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO E AMPLIAÇÃO DE COLEÇÕES:

Por iniciativa desta coordenadoria, foi realizada a aquisição de livros para a Biblioteca Arcelina Mochel (PGJ), Biblioteca da ESMP, Assessoria Jurídica da Administração, Ouvidoria do MPMA, Sala de Plantão das Promotorias no Fórum da Capital e Promotorias de Justiças.

Abaixo, descreve-se o comparativo anual do desenvolvimento e ampliação das coleções bibliográficas:

Tabela 74 – Evolução das coleções bibliográficas

DESENVOLVIMENTO E AMPLIAÇÃO DAS COLEÇÕES BIBLIOGRÁFICAS	2015	2016
Aquisição de livros (COMPRA)	-	316
Aquisição de Livros (DOAÇÃO)	41	26
Renovação de Assinaturas de Periódicos Jurídicos e Técnicos	16	3
Aquisição de Periódicos Jurídicos (DOAÇÃO)	20	20
Inclusão de Fascículos de Periódicos no Sistema de Automação de Bibliotecas (SIABI)	75	6
Inclusão de livros no Sistema de Automação de Bibliotecas (SIABI)	-	137

Fonte: CDB/PGJ, 2016.

5 – APOIO À IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS

INSTITUCIONAIS:

5.1 – Disponibilização da versão on line do Diário Eletrônico do Ministério Público (DEMP), instituído pela Lei Estadual Nº 10.399 de 29 de dezembro de 2015, na página institucional do MPMA na internet (<http://www.mpma.mp.br/index.php/diario-eletronico-do-mpma>) .

6 - OUTRAS AÇÕES IMPORTANTES:

A seguir, apresenta-se o comparativo anual de outras ações e iniciativas importantes desenvolvidas por esta coordenadoria:

Tabela 75 – Ações e Iniciativas de relevo - CDB

AÇÕES DE DESTAQUE	2015	2016
Despachos em Processos Administrativos (AD) e do Conselho Superior do MP (CS)	408	449
Atualização dos Sistemas de Legislação Estadual (LEGIS) e de Legislação Municipal	71	-
Atualização – Linkvirtual de Legislação Interna	66	130
Expedição de Correspondências (Postagens via Correios)	189	250
Digitalização de processos e documentos e Indexação no Sistema GED Arquivar	300.000	300.000

Fonte: CDB/PGJ, 2016.

Tabela 76 – Atividades desenvolvidas pela Seção de Protocolo/PGJ

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016
Recebimento/Autuação de Processos Administrativos (AD)	13.708	15.266
Recebimento/Autuação de Processos do Conselho Superior (CS)	743	607
Recebimento/Autuação de outros processos	32	-
Recebimento/Autuação de Notícias de Fato (SIMP)	-	1.557
Expedição de Memorandos	11	11

Expedição de Correspondências (Postagens via Correios)	1.755	445
---	-------	-----

Fonte: CDB/PGJ, 2016.

Tabela 77 – Atividades desenvolvidas pela Seção de Arquivo/PGJ

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016
Recebimento de documentos das unidades administrativas e dos Órgãos Superiores do MPMA (processos, pastas, caixas-arquivo, pareceres, dossiês, clippings, portarias, atos, ofícios, caixas-arquivo, memorandos, dossiês e certidões)	12.535	13.820
Envio de documentos arquivados para consulta pelas unidades administrativas (processos, pastas, caixas-arquivo, pareceres, dossiês, clippings, portarias, atos, ofícios, caixas-arquivo, memorandos, dossiês e certidões).	1.179	1.487

Fonte: CDB/PGJ, 2016.

PROGRAMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

O **Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão** foi criado pela Resolução Nº 04/2004, aprovada pelo Colégio de Procuradores de Justiça, transformando o então Projeto Memória em programa, com atuação permanente nas seguintes linhas de atuação:

- I – o Memorial do Ministério Público Estadual;
- II – o Concurso Celso Magalhães de Monografia;
- III – o Plano Editorial Promotor Público Filipe Franco de Sá;
- IV – a Política de Conservação e Preservação da

Documentação.

O Memorial do MPMA está funcionando desde sua reinauguração, em 09 de agosto de 2013, na Rua Newton Prado, nº 53, (Montanha Russa) – Centro. Foi mantida a atual composição da Comissão Gestora do Programa Memória Institucional pelo pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho, eleito para o Biênio 2016-2018.

Durante o exercício de 2016, a Comissão Gestora do Programa Memória Institucional, coordenada pelo Procurador de Justiça Teodoro Peres Neto, com o apoio da Administração Superior do MPMA, da Diretoria Geral/PGJ, da Secretaria para Assuntos Institucionais e da Coordenadoria de Documentação e Biblioteca na secretaria do desenvolvimento das atividades e relatoria das reuniões da Comissão Gestora, efetuou várias ações relacionadas à guarda, preservação, apresentação e divulgação do acervo histórico do Memorial, além da continuidade das pesquisas históricas relacionadas ao Parquet maranhense, tais como:

- Revisão, numeração e resumo dos documentos transcritos do Arquivo Público do Estado, relativos ao período de 1872-1892 e elaboração do respectivo Índice Onomástico pela Historiadora Kelcilene Rose Silva. O resultado deste trabalho será disponibilizado com a continuidade da coleção impressa “Correspondência Ativa dos Promotores Públicos do Império”;
- Continuação das pesquisas históricas e posterior transcrição dos livros de registros de assentamento de Promotores Públicos e Adjuntos de Promotores do acervo do Arquivo Público do Estado (1808-?);
- Digitalização dos originais dos “Autos do Processo-Crime da Baronesa de Grajaú 1876-1877 (2 volumes)” na Biblioteca Pública

do Estado do Maranhão e posterior inclusão das imagens no link do Programa Memória Institucional na página virtual do MPMA, em parceria com a Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação/PGJ

(<http://www.mpma.mp.br/memorial/publicacoes/processo-da-baronesa-transcricao/>);

- Digitalização do Relatório sobre o “Caso dos Meninos Emasculados” e inclusão no Plano Editorial da PGJ;
- Iniciativa e implementação do Projeto “A Escola no Memorial do MPMA”, que viabilizou a visita de alunos de escolas públicas e particulares do ensino fundamental e médio ao Memorial do MPMA, onde se encontram documentos, galerias, símbolos e demais objetos que evocam a história do Parquet Maranhense, estimulando o desenvolvimento cultural, a promoção da cidadania e a participação social, por meio de palestras ministradas por Membros e servidores do MPMA, além do fornecimento de transporte, lanches e brindes:
- Centro de Ensino Coelho Neto: participação de 26 alunos;
- Colégio Santa Teresa: participação de 29 alunos;
- Colégio Liceu Maranhense: participação de 36 alunos;
- Colégio Sotero dos Reis: participação de 25 alunos;
- Escola Coelho Neto: participação de 23 alunos;
- Escola Fernando Perdigão: participação de 27 alunos;
- Escola Francisco Lisboa: participação de 29 alunos;
- Colégio Educator Invicto: participação de 29 alunos;

- A estatística anual do Memorial contabilizou o total de 479 visitantes, incluindo autoridades, comunidade local e de outros Estados.
- Registra-se a participação do Memorial do MP no evento “14ª Semana Nacional dos Museus”, de 16 a 22 de maio de 2016, que teve por tema: “Os Museus e Paisagens Naturais: A comunidade do Cajueiro e suas identidades”;
- Participação do Memorial do MP na “10ª Semana da Primavera dos Museus” - tema: “Museus, Memórias e Economia da Cultura”, evento realizado de 19 a 25 de setembro de 2016;
- Registra-se a participação do Memorial do MP em reunião no Museu Histórico e Artístico do Maranhão /MHAM para discussão do tema “Museus e História controversas: Dizer o indizível em Museus” para a “15ª Semana Nacional dos Museus” a se realizar em 2017;
- Produção anual de artigos sobre as ações e atividades desenvolvidas no âmbito do Programa Memória Institucional do MPMA, de autoria do escritor e Procurador de Justiça Teodoro Peres Neto, Coordenador da Comissão Gestora.

GESTÃO ADMINISTRATIVA E PATRIMONIAL

GESTÃO ADMINISTRATIVA

DIRETORIA-GERAL

A **Diretoria-Geral** da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, conjuntamente com as coordenadorias e assessorias que compõem a estrutura administrativa, têm atuado para oferecer aos membros e servidores do Ministério Público do Maranhão as melhores condições possíveis para o desempenho eficiente de suas atribuições, utilizando boas práticas de gestão pública, adotando um modelo gerencial de administração voltado para resultados efetivos, investindo cada vez mais em modernização dos processos, aperfeiçoando o quadro de pessoal e controle das ações empreendidas, resultando na prestação de um serviço público de qualidade à sociedade,

Principais Ações:

- Como parte do projeto "**Promotoria Legal**", a Diretoria-Geral junto com Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura, Coordenadoria de Serviços Gerais e Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação realizaram visitas realizadas *in loco* em várias promotorias de justiça do interior do Estado, para atendimento das demandas identificadas a fim de melhorar as

condições físicas e estruturais dos prédios próprios e locados onde funcionam as Promotorias de Justiça.

- No dia 10 de junho de 2016 foi **inaugurado o novo prédio da Procuradoria-Geral de Justiça**, localizado na Av. Professor Carlos Cunha – Jaracati, em São Luís/MA. Uma sede moderna que atende às necessidades decorrentes do aumento das demandas pelos serviços prestados à sociedade. O novo prédio possui 13.721m² de área construída, distribuídos em oito pavimentos, com todas as dependências adaptadas para pessoas com deficiência. A estrutura conta ainda com auditório de 400 lugares, estacionamento com 400 vagas, além de refeitório, cozinha industrial, sala de videoconferência e de atendimento à imprensa, entre outras instalações.

- Outra importante obra entregue no ano de 2016 foi o novo **prédio das Promotorias de Justiça de Imperatriz**, inaugurado no dia 06 de dezembro. A nova sede fica localizada na Av. Perimetral José Felipe do Nascimento, Qd. 21, Residencial Kubitschek. O prédio possui uma área construída de 3.827,97m², e além de abrigar todas as 20 Promotorias de Justiça de Imperatriz, possui capacidade de ampliação para 35 promotorias. A sede tem quatro pavimentos, com as dependências adaptadas para pessoas com deficiência, dois elevadores, estacionamentos externos (com 42 vagas) e privativo (com 55 vagas), auditório com 117 lugares, refeitório, sala de capacitação, sala de videoconferência, sala de depoimento, dentre outras dependências.

- O ano de 2016 também foi marcado por avanços na estrutura predial das unidades do Ministério Público do Estado do Maranhão, através da **construção de novas sedes e de**

reformas/manutenções do acervo imobiliário, proporcionando a servidores e membros melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, uma prestação de serviços mais eficiente e de qualidade à população. Registra-se a inauguração das sedes das Promotorias de Justiça de Esperantinópolis, Joselândia, Pastos Bons, São Domingos do Azeitão e Loreto. Cabe ressaltar que não existe mais nenhuma sede do Ministério Público funcionado em fóruns de justiça, estando todas em sedes próprias.

- Já estão em andamento as licitações para **reforma completa da sede da Promotoria de Justiça de Bequimão** e para a construção da nova sede de Vitorino Freire.

- Quanto à sede definitiva das **Promotorias de Justiça da Capital**, localizada na Av. Professor Carlos Cunha – Jaracati, ao lado da nova PGJ, já foi finalizada a licitação de refrigeração e está em andamento a licitação para o cabeamento estruturado e lógico da sede, ressaltando ainda o estágio avançado das obras de finalização da reforma do prédio, bem como a aquisição do mobiliário e demais acessórios para instalação das promotorias.

- Foi finalizada a transferência da **Promotoria Especializada na Infância e Juventude** que funcionará na nova sede do Centro Integrado de Justiça Juvenil, situado na Rua das Cajazeiras, nº 190, Centro – São Luís – MA.

- Após vistoria dos setores técnicos da PGJ, os **CAOP's foram devidamente estruturados** com os móveis e equipamentos necessários ao bom desempenho das suas atividades. Cabe ressaltar que em novembro de 2016 teve início a obra de **reforma e adequação do prédio anexo da antiga sede da PGJ**, localizada na Rua Osvaldo Cruz, centro, local que abrigará todos os

centros de apoio. Também está na fase de licitação, com os devidos projetos básicos e complementares concluídos, a obra de reforma completa da antiga sede da PGJ, que, dentre outros setores, abrigará o novo **Memorial do Ministério Público do Maranhão**.

- No dia 24 de novembro de 2016, na nova sede da PGJ, foi inaugurada a **sala de apoio** aos membros do Ministério Público do Maranhão, destinada aos **promotores e procuradores aposentados** da instituição. Na ocasião, também foi assinado um Termo de Cooperação com a Secretaria de Estado da Gestão e Previdência – SEGEP, assegurando o pagamento simultâneo de membros e servidores ativos e inativos.

- Em dezembro de 2016 foi **inaugurada a galeria de retratos dos ex-Procuradores-gerais de justiça** (após a Constituição Federal de 1988), situada na Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Maranhão, com espaço destinado a todos os Procuradores-gerais e membros do Conselho Superior do MP.

- Na área de Tecnologia da Informação foram feitos investimentos que refletem na **modernização do Ministério Público**, tais como a aquisição de 166 (cento e sessenta e seis) desktops e 512 (quinhentos e doze) monitores, aquisição de *Business Intelligence* (BI). O BI é uma combinação de dados operacionais (estruturados ou não) dos setores administrativos e finalísticos com ferramentas analíticas que possibilitem a aquisição, integração, pesquisa, análise, construção e descobrimento de informações complexas para tomada de decisões e planejamento.

- No ano de 2016 teve início a **migração da velocidade de conexão com a internet em todas as comarcas do Estado**, de 512 Kbps para 2 Mbps na maioria das promotorias e de 2 Mbps para

10 Mbps em algumas cidades, de acordo com a capacidade permitida para a localidade, havendo previsão de finalizar todas as migrações ainda no primeiro semestre de 2017.

- Foi formalizado um **novo contrato de telefonia móvel** com a Operadora VIVO.

- Em continuidade às ações do planejamento estratégico do MPMA, em junho de 2016 foi entregue à Administração Superior o **Plano Estratégico 2016-2021**. Em agosto foi realizado o desdobramento do planejamento para o nível tático-operacional. Nessa etapa foram definidas as atividades a serem desenvolvidas no nível operacional para os próximos cinco anos, com desdobramento das atividades sob responsabilidade da Corregedoria Geral, Centros de Apoio Operacional, Coordenadoria de Gestão de Pessoas, ESMP e Secretaria de Planejamento. Já em novembro foi feito treinamento sobre o sistema de monitoramento e avaliação (STRATEC) e sobre a realização da Reunião de Acompanhamento Operacional (RAO), Reunião de Acompanhamento Tático (RAT) e Reunião de Avaliação da Estratégica (RAE).

- Em 2016 a Diretoria-Geral expediu 83 (oitenta e três) **notificações**, sobretudo destinada às empresas fornecedoras de bens e/ou serviços para a Procuradoria-Geral de Justiça, visando a regularização do fornecimento ou mesmo a aplicação de penalidades quando do descumprimento de condições contratuais. Neste ano 09 (nove) empresas foram encaminhadas para inscrição em dívida ativa em razão do não pagamento de multas impostas a título de penalidade.

GESTÃO PATRIMONIAL

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

A **Coordenadoria de Administração** da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme os artigos 69 à 71 do Ato Regulamentar nº 20/2008-GPGJ, é responsável pelas atividades de aquisição, recebimento, controle, guarda e distribuição de materiais, abrangendo o registro, cadastramento e alienação de bens móveis e imóveis; elaboração dos termos de referência e responsabilidade na sua área de competência; bem como outras atribuições compatíveis com a natureza de suas incumbências institucionais.

É composta por 03 (três) Seções, denominadas Seção de Patrimônio, encarregada do controle dos bens de natureza permanente, Seção de Material, incumbida de gerir os materiais de consumo, e Seção de Compras, que detêm atribuição de preparar os processos administrativos relacionados à aquisição de materiais de consumo e permanentes para o Ministério Público do Maranhão.

Recursos Financeiros despendidos em 2016:

- Durante o exercício financeiro de 2016 foram despendidos R\$ 2.630.054,73 (Dois milhões, seiscentos e trinta mil, cinquenta e quatro reais e setenta e três centavos) para a aquisição de materiais permanentes, e R\$ 1.557.453,14 (Um milhão, quinhentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e quatorze centavos) para matérias de consumo.

Melhorias implementadas em 2016:

- Foram adquiridos móveis para complementar os anteriormente

adquiridos para nova sede da PGJ, tais como: mesas e cadeiras para o Colégio dos Procuradores;

- Planejado e adquiridos os móveis necessários para as sedes de algumas Promotorias de Justiça do Interior, quais sejam: Imperatriz, Esperantinópolis, Joselândia, Pastos Bons, São Domingos do Azeitão e Loreto.
- Foram realizados os inventários semestrais de materiais de consumo, conforme estabelece o normativo interno e deflagrado o de material permanente.
- No tocante aos bens imóveis, foram mapeadas as situações de todos que estão sob a gestão desta Instituição, visando a regularização da documentação dos mesmos. Dentre as ações tomadas estão as providências para averbações de construções, lavratura de escrituras públicas de doação, registros de transferências de propriedade, renovação de contratos de cessão de uso, dentre outras atividades.
- Cumpre também destacar os trabalhos das COMISSÕES DE INVENTÁRIO DE BENS IMÓVEIS, que também tem adotado providências tendentes à regularização de documentação cartorária dos imóveis desta instituição ministerial.
- Quanto ao controle de materiais permanentes, após 2 (dois) anos de muito empenho de servidores da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação-CMTI e da Seção de Patrimônio, foi liberado o uso do novo sistema de gestão patrimonial GESP-Patrimônio, com isso as atividades foram otimizadas, os controles antes feitos em planilhas passaram a ser realizados no novo sistema, encurtando o tempo das respostas requisitadas à Seção de Patrimônio, dentre as potencializações conseguidas com o novo

sistema, podemos citar:

- Aplicação da depreciação aos bens móveis, possibilitando retratar o valor atual dos bens do Ministério Público do Maranhão;
- Realização dos pré-inventários dos bens pertencentes a todas as unidades de execução e administrativas integrantes da estrutura do Ministério Público do Maranhão via online, evitando impressões, gerando economia de materiais e tempo dispensado ao preenchimento do formulário;
- Assinatura do Termo de Responsabilidade via Certificado Digital, dentre outras melhorias.

Aquisição de Material Permanente

A Procuradoria-Geral de Justiça, atendendo a toda demanda institucional (PGJ, Promotorias da Capital e Interior), adquiriu e tombou **2.111 (dois mil, cento e onze)** itens, conforme tabela abaixo.

Tabela 78: Aquisição de bens

Trimestre	Informática	Equipamentos Eletroeletrônicos	Mobiliário	Utensílios de Engenharia	Diversos
1º	36.299,50	133.524,00	337.363,19	0,00	2.100,00
2º	0,00	652.189,50	268.835,00	204.366,53	30.384,15
3º	120.990,00	97.231,06	7.600,00	0,00	0,00
4º	465.250,00	34.184,10	236.763,20	0,00	2.974,50
TOTAL	622.539,50	917.128,66	850.561,39	204.366,53	35.458,65
TOTAL GERAL				R\$ 2.630.054,73	

Fonte: CAD/PGJ, 2016.

Tabela 79: Lista de Materiais Permanentes adquiridos em 2016

ITEM	QTD	VALOR TOTAL R\$
Ar-condicionado	113	550.947,00
Armário	379	478.545,77
Arquivo de aço	24	20.236,80
Balcão	4	5.200,00
Bebedouro	12	4.680,00
Cadeira/Poltrona	133	102.797,00
Câmara Frigorífica	4	57.426,91
Carrinho de supermercado	3	2.100,00
Central telefônica	18	24.324,00
Coifa para fogão	1	5.825,93
Coleção de livro	316	30.030,65
Detector de metal	51	107.000,00
Elevador industrial	1	13.316,32
Equipamento de duplicação e bloqueio de escrita	1	30.000,00
Exaustor centrífugo	4	1.998,08
Fogão	10	5.100,00
Fogão industrial	1	3.329,10
Gaveteiro	24	13.518,00
Leitor de código de barras	50	36.299,50
Material odontológico	7	353,5
Mesa	63	105.888,00
Painel	6	21.474,00
Persiana	386	74.744,50
Placas de sinalização	148	5.091,20
Prateleiras em MDF	23	5.023,20
Quadro branco	10	699,5
Quadro de aviso	45	46.636,20
Sistema de segurança	6	3.670,00
Sistema para extração de dados	1	59.900,00
Sofá	4	11.200,00
Software licença	65	427.050,00
Software para perícia	1	31.090,00
Suporte para CPU	6	582,42
Tela de projeção	1	1.160,50
Telefone	145	12.946,60
Totem metálico	41	198.205,33
Triturador de alimentos	2	1.664,72
Videoconferência	2	130.000,00
TOTAL	2.111	2.630.054,73

Fonte: CAD/PGJ, 2016.

Aquisição de Material de Consumo

A Procuradoria-Geral de Justiça empregou durante o exercício de 2016, **R\$ 1.557.453,14** (um milhão, quinhentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e quatorze centavos) para a aquisição de materiais de consumo, com vistas ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça, Promotorias da Capital e Interior, conforme tabela abaixo.

Tabela 80: Aquisição de material de consumo

Trimes	Alimentos e Bebidas	Expediente	Material de Limpeza	Impressão Gráfica	Toner	Diversos	Outros Materiais Consumíveis
1º	22.147,69	67.988,00	6.716,20	22.989,62	0,00	2.325,00	
2º	48.912,71	314.567,40	16.858,00	218.415,48	69.000,00	3.240,00	34.68
3º	20.673,01	10.762,00	0,00	2.348,50	87.500,00	19.839,40	80.67
4º	64.639,20	75.202,96	55.841,20	120.280,00	115.000,00	11.875,00	64.98
TOTA	156.372,61	468.520,36	79.415,40	364.025,60	271.500,00	37.279,40	180.33
TOTAL GERAL						R\$ 1.557.453,14	

Fonte: CAD/PGJ, 2016.

SERVIÇOS GERAIS, MANUTENÇÃO E TRANSPORTES

COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS

A **Coordenadoria de Serviços Gerais** está composta com as seguintes seções: Manutenção e Serviços Gerais; Transporte e Análise de Custos. Procurou atingir todas as metas surgidas no seu planejamento financeiro para o exercício de 2016, entretanto algumas atividades não foram concluídas devido à falta de orçamento e a não contratação em tempo hábil, através de licitação como: limpeza de conservação predial, recepcionistas e

motoristas para atender as Promotorias de Justiça do interior.

Com relação às atividades de manutenção, reestruturação, readaptação, conserto e reparo, como pinturas e reformas de salas administrativas e gabinetes; dedetização na capital e interior; conserto de portas e janelas de vidros; conserto de fax, telefone, fragmentadoras e cafeteiras; fornecimento e instalação de portão de alumínio automatizado e grades de ferro; fornecimento e instalação de persianas; placas de sinalização; película; e fornecimento de chaves e carimbos, conseguimos atender todas as demandas solicitadas, sendo utilizado quase todo o recurso destinado para esses serviços.

A gestão e a fiscalização dos contratos terceirizados de serviços gerais e motoristas; locação de fotocopiadoras e o gerenciamento de frota de veículos conseguiu efetivar uma maior cobrança junto às empresas, garantindo assim, serviços com maior qualidade.

No âmbito estrutural, esta Coordenadoria atuou na busca de novos imóveis com melhor estrutura para abrigarem e funcionarem as Promotorias de Justiça do interior do Estado que ainda não possuem sede própria, através de locações, inclusive com a renegociação dos valores já contratados, conseguindo uma redução de mais 20% (vinte por cento), contribuindo com a determinação da Administração Superior, que é de economia e redução de gastos.

Na mesma linha de pensamento da Administração Superior e com foco na redução de gastos e preocupação com o meio ambiente, aderimos aos Programas da CEMAR, "EcoCemar" que trabalha com a coleta de resíduos sólidos de maneira correta, e do Programa "Eficiência Energética" através da chamada pública nº 01/2016 onde prevê a substituição de todas as lâmpadas da atual Sede por lâmpadas de Led, o que gerará uma redução em nossa

fatura, além de contribuímos com a redução de gastos com energia elétrica no estado.

Demos continuidade no programa “Promotoria Legal”, onde os Coordenadores de Serviços Gerais, de Engenharia e de Informática, viajaram juntos até as Promotorias para verificar as necessidades de reparo (pintura, revisão de cobertura, acessibilidade, entre outros), instalação de lâmpadas de emergência, troca de lâmpadas queimadas, revisão de pontos de energia/lógico e telefônico, configuração da rede interna, além de atendimento de móveis e equipamentos em geral.

Gráfico 15: Despesas Variáveis

Fonte: CSG/PGJ, 2016.

Gráfico 16: Despesas Fixas

Fonte: CSG/PGJ, 2016.

Gráfico 17: Despesas com Veículos

Fonte: CSG/PGJ, 2016.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

DOAÇÃO DE BENS PARA INSTITUIÇÕES BENEFICENTES

Como forma de promover ações de responsabilidade social, a Procuradoria-Geral de Justiça forneceu mobiliários para utilização em atividades de interesse social.

Nesse sentido, foram autuados cerca de 15 (quinze) procedimentos administrativos para viabilizar o desfazimento de bens inservíveis para o funcionamento do Ministério Público do Maranhão, que culminaram na doação e inutilização de 522 (quinhentos e vinte e dois) itens, contemplando, 09 (nove) instituições beneficentes.

Essa ação proporcionou melhor utilização de espaço nos galpões destinados ao funcionamento dos almoxarifados da instituição e das sedes de Promotorias de Justiça de todo o Estado.

Ressalte-se que essa rotina de desfazimento de bens inservíveis envolveu o esforço das Comissões de Avaliação e Classificação de Materiais existentes na capital e interior do Estado, cujo trabalho tem possibilitado a doação de inúmeros bens sem utilização pela instituição ministerial nas próprias comarcas, evitando assim o envio dos mesmos até São Luís para subsequentes doações as instituições aqui existentes.

OBRAS, ENGENHARIA E ARQUITETURA

COORDENADORIA DE OBRAS, ENGENHARIA E ARQUITETURA

Foram executadas manutenções prediais preventivas e corretivas das seguintes Promotorias de Justiça Iniciais e Intermediárias:

Açailândia, Esperantinópolis (nova locação), Esperantinópolis (devolução de imóvel), Pedreiras, Joselândia, Presidente Dutra, Caxias, Timon, São João Batista, São Vicente de Férrer, Guimarães, Mirinzal, São Bento, Pinheiro, Matinha, Bequimão, Olinda Nova, Santa Inês, Candido Mendes (em andamento), Carutapera (em andamento), Alto Parnaíba, Riachão, Carolina, Cantanhede, Santa Quitéria (em andamento), São José Ribamar.

Foram executados os seguintes serviços de Manutenção na Capital:

- Manutenção do Prédio Anexo da Antiga PGJ (CAOP's) – em andamento;
- Instalação do Centro Integrado;
- Manutenção da Antiga Sede da PGJ: Instalação de Piso Vinílico, Instalação de Manta sobre Laje de Acesso à Corregedoria, Retirada de Divisórias e Instalações;
- Manutenção na Nova Sede da PGJ: Adaptação da Sala de Nobreaks, Rampa e Guarda-Corpo de Acesso Principal,
- Promotorias da Capital: Pintura do Gabinete da Promotoria Especializada do Meio Ambiente e Execução de Estacionamento de Motos, Impermeabilização com Manta na Cobertura, Reparos em Cobertura e Pintura das Promotorias de Execução Plena;

Seção de Fiscalização de Obras:

- Construções Finalizadas: Promotorias de Imperatriz, Nova Sede da PGJ, Cozinha Industrial;
- Reformas Finalizadas: Promotoria de Loreto, Adequação de Layout da Nova Sede da PGJ;
- Reforma em Andamento: Promotorias da Capital.

Seção de Avaliações e Perícias:

Tabela 81: Avaliações de Imóveis - Sedes de Promotorias

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
• Alcântara

• Araisos
• Barão de Grajaú
• Brejo
• Buriticupu
• Cândido Mendes
• Carolina
• Cedral
• Coelho Neto
• Cururupu
• Esperantinópolis
• Estacionamento Promotorias da Capital - Hotel Panorama
• Estreito
• Igarapé Grande - Renovação
• Mirinzal
• Olho D'água das Cunhãs
• Parnarama
• Pastos Bons
• Penalva
• Raposa
• Santa Helena
• Santa Luzia
• Santa Quitéria
• Santo Antônio dos Lopes
• São Domingos do Azeitão
• São João dos Patos
• São Vicente Férrer
• Sucupira do Norte
• Tasso Fragoso - Nova Locação
• Tasso Fragoso - Renovação
• Tuntum
• Vitorino Freire
• Zé Doca

Fonte: COEA/PGJ, 2016.

Tabela 82: Avaliações de Outros Imóveis

AVALIAÇÕES DE IMÓVEIS	PROMOTORIA SOLICITANTE
• Escola Mun. Eliezilda Coelho Rocha	3ª PJ BALSAS
• Escola Mun. Senador Alexandre Costa	3ª PJ BALSAS
• Escola Padre João Moana	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
• Presídio São Luís 3	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
• Colégio Literato	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
• Agências Banco Itaú São Luís	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
• Centro de Saúde Yves Parga	14ª Esp. Pessoa com Deficiência

• Centro de Saúde Laura Vasconcelos	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
• Comercial Dal Plaza	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
• Colégio Adventista	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
• Biblioteca Benedito Leite	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
• Instituto de Olhos	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
• Terminal Rodoviário de São Luís	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
• Hospital da Criança	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
• Clínica Neuromed	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
• Espaço Viva Cidadão	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
• Centro de Esp. Odontológicas - Alemanha	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
• Centro de Esp. Odontológicas - Filipinho	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
• Centro de Esp. Odontológicas - Vila Esperança	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
• Abrigo Luz e Vida	32ª Esp. Infância e Juventude
• SVAM	32ª Esp. Infância e Juventude
• Lar de José	32ª Esp. Infância e Juventude
• Casa de Passagem - Cohatrac	32ª Esp. Infância e Juventude
• Novo Abrigo Luz e Vida – Turú	32ª Esp. Infância e Juventude
• Abrigo Pouso da Esperança	32ª Esp. Infância e Juventude
• Casa Lar Pérolas Calabrianas	32ª Esp. Infância e Juventude
• Vistoria Comunidade Gisele	38ª Esp. Conflitos Agrários
• Análise Sobreposição de Áreas Comunidade Mãe Chica	38ª Esp. Conflitos Agrários
• U.E.B. Alberto Pinheiro EF e EI	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Bandeira Tribuzzi	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Maria de Jesus Carvalho	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Pedro Marcosini Bertol EI E EF	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Maria Rocha	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Frederico Chaves	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Tom e Jerry	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Alberico Silva	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Miguel Lins	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Prof. João Lima Sobrinho	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Josué Montelo	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Profª. Camélia Costa Viveiros	3ª Esp. Educação
• U.E.B. José Cupertino	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Rubem Almeida	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Neto Guterres	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Olívio Castelo Branco	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Elpídio Hermínio	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Newton Neves	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Henrique de La Rocque	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Carlos Madeira	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Cônego Sidney C. Branco Furtado	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Elizabeth Fecury	3ª Esp. Educação

• U.E.B. Carlos Saad	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Odylo Costa Filho	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Estudante Edson L. de Lima Souto	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Elzuíla Abreu	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Maria Alice Coutinho	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Ronald Silva Carvalho	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Gov. Leonel Brizolla	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Primavera EF e EI	3ª Esp. Educação
• U.E.B. José da Silva Rosa	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Maria José Vaz dos Santos	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Rubem Goulart Anexo	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Tancredo Neves	3ª Esp. Educação
• U.E.B. José Augusto Mochel	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Pastor Estevan	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Mata Roma	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Santa Clara	3ª Esp. Educação
• U.E.B. José Ribamar Bogéa E Anexos	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Cecília Meireles	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Jairon Rodrigues	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Roseno de Jesus Mendes	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Recanto dos Pássaros	3ª Esp. Educação
• U.E.B. São Raimundo	3ª Esp. Educação
• U.E.B. João Mohana	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Dom José Delgado	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Maria José Aragão	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Santo Antonio	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Castelinho	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Enedir Paixão	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Evandro Bessa	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Galileu Clementino Ramos Santos	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Honório Odorico Ferreira	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Rosa de Saron	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Saraiva Filho EF e EI	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Zuleide Andrade	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Mindinho	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Augusto Mochel	3ª Esp. Educação
• U.E.B. 21 de Abril	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Zebina Eugênia	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Hortência Pinto Anexo Luz Divina	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Uruati	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Rosilda Cordeiro	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Mary Serrão Ewerton	3ª Esp. Educação
• U.E.B. José Amaral Raposo – EF e Creche	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Evandro Bessa	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Manuela Varela	3ª Esp. Educação

• U.E.B. Tiradentes	3ª Esp. Educação
• U.E.B. Gomes de Sousa - Creche	3ª Esp. Educação

Fonte: COEA/PGJ, 2016.

Seção de Projetos

Foram elaborados os seguintes projetos básicos para abertura de processo licitatório:

- Projeto de Reforma de Prédio para Instalação da Promotoria de Bequimão;
- Projeto de Construção da Nova Sede das Promotorias de Vitorino Freire;
- Projeto de Reforma da Antiga Sede da PGJ para funcionamento das Promotorias Especializadas, Memorial do Ministério Público e ESMP.

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

COORDENADORIA DE MODERNIZAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação - CMTI tem como atribuições regimentais planejar e coordenar a gestão dos recursos de tecnologia da informação, relacionados ao software e serviços de infraestrutura digital, sistemas de informação, banco de dados, redes de comunicação, segurança de informação, qualidade dos serviços tecnológicos, suporte e relacionamento com os usuários, bem como desenvolver e implantar sistemas de informações e de controle, coordenar a

execução de contratos e convênios de serviços relacionados à tecnologia de informações, e coordenar o assessoramento técnico na elaboração de políticas, normas e pareceres na especificação de sistemas de informações e de redes de comunicações.

A CMTI, atendendo às diretrizes internas, elaborou este relatório, visando retratar, em um documento sucinto, claro, objetivo, lógico e de fácil manuseio, todas as atividades realizadas por esta Coordenadoria durante o ano de 2016 e apresentar as melhorias e resultados obtidos, tomando como base as ações e metas estabelecidas pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) e consolidadas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2015-2016.

Para tanto, o mesmo foi dividido nas áreas de atuação desta Coordenadoria, mais precisamente, Coordenação e Seções, a saber:

- Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas;
- Seção de Segurança e Rede de Computadores; e
- Seção de Manutenção e Controle de Equipamentos e Seção de Atendimento e Suporte ao Usuário, que terão suas atividades apresentadas em conjunto devido à interdependência destas.

Tabela 83: Processos Licitatórios, Adesões, Aditivos e Aquisições em 2016

Assunto	Data de Autuação
• Pedido de Adesão à ARP/PGR n.º42/2015 – aquisição de ultrabooks	09/03/2016
• Projeto de transferência das aquisições e distribuições de pen drive	21/03/2016
• Abertura de Processo Licitatório – Manutenção de servidores e equipamentos do DataCenter	09/05/2016
• Reequilíbrio econômico – 5º Aditivo Contrato nº 37/2011 - INFOVIA	01/07/2016
• Sobre o religamento do sistema de combate a incêndio na nova sede da PGJ	06/07/2016

• Informações Cadastro do Sistema de RH – Módulo do sistema informatizado ERP/GESP	22/07/2016
• Abertura de Processo Licitatório – Equipamentos de Videoconferência para unidades do Interior do Estado	26/07/2016
• Minuta de Termo de Cooperação – Secretaria de Transparência e Controle	17/08/2016
• Abertura Processo Licitatório – Licenças VMWare para aplicações servidoras	27/07/2016
• Descumprimento de prazo p/ prestar garantia – INFOVIA – Solicita aplicação de sanções administrativas	23/08/2016
• Manutenção Predial – Visando a solução de pendências de infraestrutura	26/08/2016
• Aquisição de Baterias Seladas para Nobreaks de pequeno porte – ARP 35/2016 – 1º Pedido	02/09/2016
• Abertura de Processo Licitatório – Registro de preços para aquisição de Solução de Backup e Recuperação de Dados	13/09/2016
• Aquisição de Computadores All In One – ARP 38/2016 – 1º Pedido	27/09/2016
• Aquisição de Computadores e Monitores – ARP Nº 37/2016 - 1º Pedido	27/09/2016
• Solicitando abertura processo licitatório – Registro de Preços para aquisição de Switches de pequeno porte	29/09/2016
• Fornecimento de Certificados Digitais para uso no DIGIDOC, SIMP e Pje – Processo será conduzido/gerido e fiscalizado pela CGP	04/11/2016
• Solicitação de adesão à ARP/TJMA para Tokens e Certificados Digitais	10/11/2016
• Abertura de Processo Licitatório – Aquisição de Link de Backbone Internet – Contingência	21/11/2016
• Solicitação de 1º Aditivo de Prazo ao Contrato nº 15/2016 – Prestação de serviços continuados de comunicação de dados	24/11/2016
• Solicitação de informações para interoperabilidade entre os órgãos da Justiça Estadual – Celebração de Convênio	24/11/2016
• Aquisição de solução completa de Data Discovery / Business Discovery – Business Intelligence	29/11/2016
• Aquisição de Computadores e Monitores – ARP Nº 37/2016 - 2º Pedido	21/12/2016
• Aquisição de serviços de consultoria em solução completa de Data Discovery / Business Discovery – Business Intelligence	21/12/2016

Fonte: CMTI/PGJ, 2016.

Tabela 84: Atas de Registro de Preços geradas no ano de 2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO (ARP) VIGENTES
--

Nº	Vigência	Objeto	Tipo
12/2016	02/02/2017	Fábrica de Software	Serviço
35/2016	15/08/2017	Baterias Nobreaks	Consumo
37/2016	15/09/2017	Computadores e Monitores	Permanente
38/2016	02/01/2016	Computador All In One	Permanente
42/2016	11/11/2017	Solução de Data Discovery (BI)	Permanente e Serviços

Fonte: CMTI/PGJ, 2016.

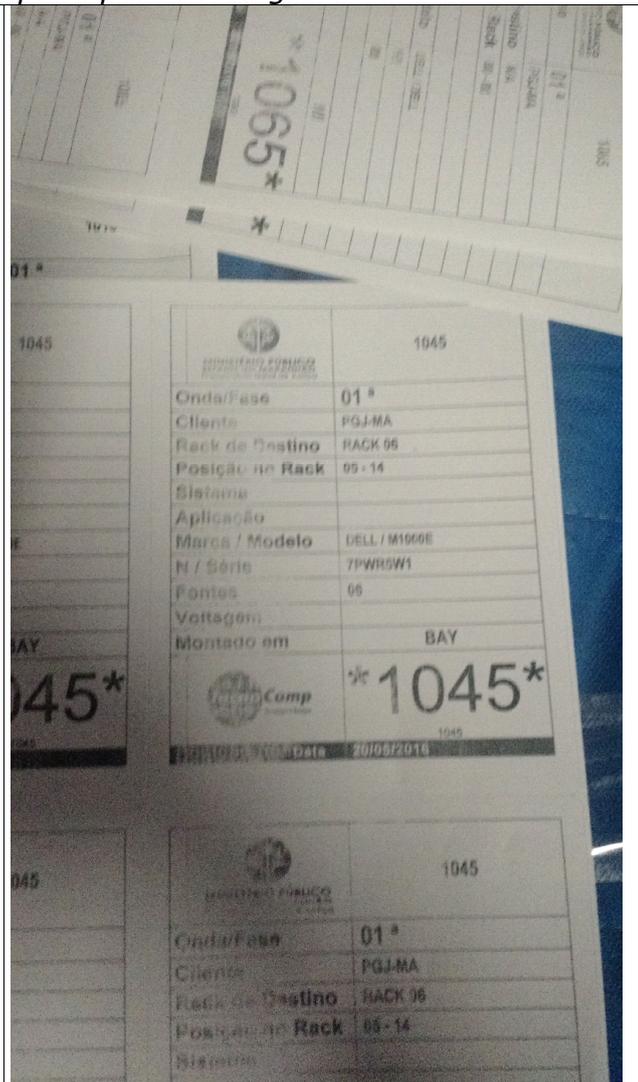
Impactos: Melhoria na experiência dos usuários e na qualidade dos serviços de TI prestados nas áreas meio e fim, em atendimento às demandas previstas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2015-2016.

Atividades Relacionadas à Mudança de Prédio (Nova sede da Procuradoria-Geral de Justiça):

- **Moving do Datacenter** - Durante o período de mudança para a nova sede da PGJ, foi realizada a mudança de toda infraestrutura do *Datacenter*, ocorrida nos dias 20/05/2016 às 15:00hs até 06:00hs do dia 23/05/2016, que contemplou as seguintes atividades preliminares, a saber: Planejamento da Mudança; Levantamento e análise da situação existente; Elaboração do plano de face dos racks (Bay face); Análise de riscos da mudança; Elaboração do plano de migração; Elaboração do Cronograma da mudança; Recursos envolvidos; Desmontagem dos equipamentos e manutenção preventiva; Transporte rodoviário seguro; e, Montagem e reativação dos serviços.



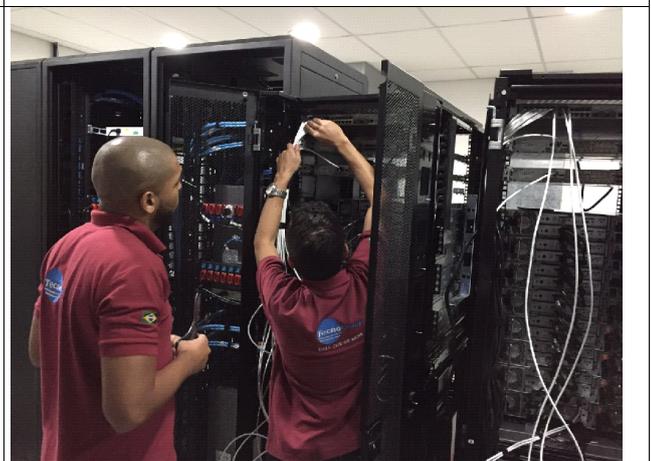
Desmontagem e acondicionamento dos equipamentos e discos em caixas próprias para moving.



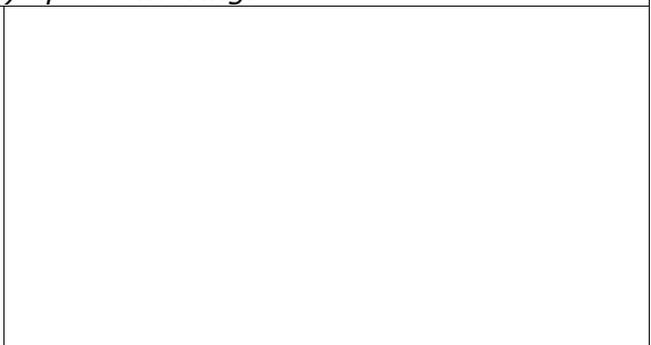
Racks devidamente embalados, etiquetamento para identificação dos equipamentos segundo plano by face.



Etiquetas de identificação para cada grupo de equipamentos e discos.



Montagem, instalação dos equipamentos na nova sede (novo datacenter) após o moving.



Reconfiguração do ambiente de Datacenter na nova sala, após finalização do moving.

Planejamento do backbone Internet e Concentrador

Outra atividade bastante complexa foi a realização efetiva da mudança do link de internet (*backbone*) e do link que concentra a chegada dos demais dados de todas as Promotorias de

Justiça do Interior e Capital, a saber: Link Concentrador. Para esta atividade, foi necessário o envolvimento da empresa contratada, provedora dos serviços e dos links, onde atividades foram minuciosamente sincronizadas com a CMTI, de modo que os usuários não ficassem sem o acesso aos serviços tecnológicos, essenciais para suas atividades diárias.

Planejamento da mudança e reconfiguração dos equipamentos de TI (computadores, impressoras, scanners e Ponto Eletrônico)

A CMTI realizou a mudança seguindo o cronograma e a logística de mudança para a nova sede, apresentado pela Administração Superior da Instituição. A mudança obedeceu estritamente o cronograma definido. Cada unidade ficou responsável pela guarda e a identificação dos equipamentos de TI. O desligamento, o transporte e o religamento dos equipamentos eletrônicos ficaram sob a responsabilidade da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação, com o apoio da Coordenadoria de Serviços Gerais. Servidores de cada unidade, devidamente designados, ficaram responsáveis pela entrega e recebimento dos volumes transportados de cada unidade.

Importante destacar que não houve interrupção nos serviços de comunicação de dados (internet) e demais sistemas informatizados durante a mudança, ficando os dois prédios (antiga e nova sede) funcionais, sob a ótica de tecnologia da informação.

Projeto Executivo das Promotorias de Justiça da Capital (PJ Capital)

Beneficiário(s): Servidores e Membros do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Projeto básico elaborado, incluindo

documentação técnica e instrução dos autos.

Impactos: Melhoria na qualidade, transparência e celeridade dos serviços de comunicação e colaboração entre servidores e membros.

Atividades Relacionadas à Mudança de Prédio (Nova sede das Promotorias de Justiça de Imperatriz)

- Mapeamento dos pontos lógicos, em cada pavimento, para ativação somente daqueles de efetivo uso dos equipamentos (computador, impressora, telefone, etc.);
- Configuração física dos switches de cada pavimento, em cascata nos racks, através de conexão via cabo UTP, e em estrela, através de conexão de fibra, concentradas no switch principal do rack do Datacenter, de forma a facilitar o gerenciamento e segurança da rede;
- Configuração lógica dos switches, com os segmentos de rede em duas VLANs, sendo uma de acesso à Internet e rede local e a outra, a de segurança, para os equipamentos de controle de acesso e sistema de monitoramento (câmeras de vigilância);
- Configuração do servidor de monitoramento/vigilância para acesso aos dois segmentos de rede (VLANs);
- Verificação de inconformidades quanto à rede lógica e elétrica;
- Acompanhamento da instalação do link de Internet;
- Acompanhamento da instalação da central telefônica e ativação dos ramais;
- Organização do Datacenter – ativos da operadora e ativos da promotoria.
- Instalação do parque computacional - Montagem dos equipamentos (computadores, impressoras, scanners, etc.) em todos os ambientes da nova sede; Atualização de programas dos

computadores que constituem o parque computacional da Promotoria; Reconfiguração dos recursos compartilhados (impressoras e pastas); isponibilização de rede sem fio através do compartilhamento do sinal via antena presente no computador. Pelo menos, um a dois equipamentos, configurados como repetidor de sinal *wifi*, em cada pavimento, visto que algumas salas não possuíam pontos lógicos suficientes para conexão, via cabo UTP, de todos os equipamentos no ambiente; Suporte aos usuários na resolução de problemas pontuais decorrentes da mudança de sede.

1.5 – Atividades de Planejamento do Service Desk – Central de Serviços

- Verificação e estudo da viabilidade do projeto através de atas de registro de preços vigentes;
- Estímulo do registro de chamados, no sistema de central de chamados (GLPI), pelos usuários da Procuradoria, bem como, pelos das Promotorias da Capital e Interior do Estado;
- Levantamento estatístico para desenho do projeto;
- Contato com empresas especializadas na implantação da Central de Serviços;
- Solicitação de propostas (em andamento);

Levantamento da quantidade de chamados: Estimativa da quantidade de chamados, baseada na análise da quantidade mensal e anual de 2015 e 2016, registrados no sistema de chamados (GLPI), para elaboração de proposta comercial para projeto de contratação da Central de Serviços. Abaixo, segue resumo do levantamento realizado:

- **2015** – Anual: 2847 chamados / Mensal: 350 a 400 chamados mensais

- **2016** – Anual: 3082 chamados (até novembro de 2016) / Mensal: 200 a 400 chamados mensais

Constatou-se que 80% dos chamados são requisições de suporte e manutenção. Os 20% restante dizem respeito às requisições de suporte ao SIMP (cadastro de informações e/ou orientações de uso).

Considerando os dados registrados no GLPI, de 2012 a 2016, foram identificados os meses com maior intensidade de chamados:

Tabela 85: Meses do ano com maior número de registro de chamadas

Mês\Ano	2012	2013	2014	2015	2016
Março	155	236	156	294	343
Outubro	295	239	263	370	287

Fonte: CMTI/PGJ, 2016.

Percebe-se que o aumento médio da quantidade de chamados mensal, em alguns períodos, foi de 50 a 80 chamados. O registro no GLPI já é a única forma de solicitação para 80% dos usuários que solicitam atendimento. Por e-mail, as solicitações de atendimento já são em número tão reduzido que serão englobadas na margem extra da estimativa mensal da quantidade de chamados a ser contratada.

Concurso para Estagiários

A CMTI, através de representante da Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, integrou a comissão de concurso para estágio não-obrigatório, onde desenvolveu várias aplicações e ferramentas informatizadas. Além disso, outros representantes da CMTI (Seção de Manutenção e Controle de Equipamentos e Coordenadoria da CMTI) foram designados, mediante Portaria n. 6740/2016-GPGJ, para a Comissão de Elaboração de Provas.

Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2015-2016

Grande parte das ações previstas para o ano de 2016 foram concluídas e as metas/indicadores atingidos. A restrição orçamentária foi o principal fator que inviabilizou a execução de algumas das ações programadas, seguida pelo reduzido quadro de servidores lotados na Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação, o que impactou, também, no prazo de conclusão.

Nova Rede de Dados

O projeto da nova rede de dados prevê o aumento da velocidade dos circuitos de dados em todas as Promotorias de Justiça (Capital e Interior), de 512Kbps para 2Mbps (promotorias iniciais) e 2Mbps para 10Mbps (Promotorias intermediárias). Foi concluído 75% da migração, restando 32 localidades que estão em fase de ampliação estrutural da rede básica da cidade. Estes últimos com previsão para conclusão em 2017.

Atividades de Controle de Saldo Orçamentário

Além das atividades relacionadas à Tecnologia da Informação, a CMTI também recebeu da Administração, a carga de trabalho do setor de orçamento e finanças (COF) que incluiu o controle de saldo orçamentário de todas as notas de empenho referente aos serviços e aquisições de TI.

SEÇÃO DE ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Implantação dos Sistemas:

- **DIGIDOC** – Configuração de ambientes de homologação e produção. Atualização da taxonomia, segundo a nova tabela do

Conselho Nacional do Ministério Público, visando melhoria na atuação da área meio do Ministério Público do Maranhão, bem como a redução de custo e despesas com material expediente, melhoria na sustentabilidade.

- **SIABI** - Apoio à implantação e configuração de ambiente de produção, visando a melhoria na gestão da Biblioteca e envio de correspondências pelas unidades ministeriais.

Outras implementações:

Outras demandas foram atendidas com a melhoria de sistemas, correção de erros e desenvolvimento de outras aplicações, a saber:

- **Software de Gestão Estratégica (Stratec):** Suporte à implantação

- **Ponto Eletrônico:** Suporte alterações em banco de dados; Atalho para definição de escalas padrão; Exibição de espelho de exonerados;

- **Portal da Transparência: Adequação de relatórios às exigências do CNMP.** Atendendo todas as diretrizes do CNMP, e seguindo o manual do portal da transparência, tivemos como resultado principal a classificação do Ministério Público do Estado do Maranhão dentro da faixa **Excelente – 95% a 100%**, classificação esta obtida no último ranking de transparência do CNMP publicado no endereço eletrônico <http://www.cnmp.mp.br/portaldatransparencia/transparentometro>;

- **SIMP:** Iniciado projeto para Atualização do SIMP para a versão 2.3.3 do MPMT; MNI suporte e contato com TJ para restabelecimento de acesso; Atualização da taxonomia segundo

atualização demandada pelo CNMP; Suporte em banco de dados para alterações de processos; Criação do relatório de transparência "Atividade Fim"; Alteração de funcionalidades;

- **Portal Institucional:** Apoio na inclusão de conteúdo; Criação de *hotsites* e de portais setoriais;

- **SOLMAT:** Suporte em banco de dados para alteração de pedidos de material;

- **Portarias:** Configuração de modelos de portarias junto à CGP;

- **Assinatura eletrônica:** Avaliação de soluções comerciais e elaboração de arquitetura aberta para implementação;

- **GESP:** Acompanhamento e suporte à homologação dos módulos de Material, Patrimônio e RH; Suporte à migração de dados; Implementação de correções no módulo RH; Iniciado projeto para construção do módulo de Folha de Pagamento;

- **Cadastro de membros CNMP:** Webservice atualizado;

- **Diário eletrônico:** Adaptações conforme solicitação da Biblioteca;

- **Ouvidoria:** Adequação do sistema às demandas.

Atividades Relacionadas à Fábrica de Software:

- Melhorias no módulo de RH relacionadas à marcação de férias e pecúnia de membros.

- Melhorias no módulo de RH relacionadas à marcação de férias e pecúnia de membros. Adicionando situações não previstas na OS 038: Exercício Sub-judice; Promotores Eleitorais; e Ordem de Substituição de Comarca.

- Módulo Gesp para de Folha de Pagamento, Gabinete Médico-

odontológico.

SEÇÃO DE SEGURANÇA E REDE DE COMPUTADORES

- Análise das faturas e despachos, como fiscal do contrato n.º 110/2013, no processo do serviço de comunicação e colaboração baseado em nuvem;
- Administração do acesso às ferramentas do serviço em nuvem (atribuição de novas licenças, edição de cadastros, demais atividades inerentes ao serviço);
- Teste de desempenho e homologação dos novos links de internet conforme contrato n.º 13/2016, dentre eles: Itapecuru, Bom Jardim, Pinheiro, Bacuri, Promotorias de Justiça da Capital, Humberto De Campo, Pedreiras, Paulo Ramos, Paço Do Lumiar, Santa Inês, Açailândia, Fórum, Escola Superior do Ministério Público, Caxias, Santa Inês, Imperatriz, Vitorino Freire, São Mateus e Santa Luzia;
- Implantação das ferramentas de homologação dos novos links de internet (GIS avançado e planilhas de cálculos de SLA para nova rede de dados);
- Migração de todo o parque de servidores virtuais durante o *moving* do *Datacenter* para o novo prédio da PGJ;
- Validação do serviço de *moving* da infraestrutura física do *Datacenter* para o novo prédio da PGJ;
- Provimento de plataforma para implantação do sistema de ensino a distância *Moodle* da Escola Superior do Ministério Público, com a instalação e configuração do ambiente;
- Provimento de plataforma para implantação do sistema *Stratec* de acompanhamento e execução do Planejamento Estratégico 2016-2021;

- Provimento de plataforma para transmissão em tempo real no *Youtube* das sessões do Colégio e Conselho de Procuradores de Justiça;
- Criação de novos eventos na plataforma do *Youtube* para transmissão das sessões do Colégio e Conselho de Procuradores de Justiça;
- Análise de propostas comerciais para embasamento dos processos licitatórios para contratação dos seguintes serviços: Serviço de monitoramento de ativos de rede; Continuidade do serviço de colaboração em nuvem; Ferramenta de backup e restore de dados; Manutenção preventiva e corretiva de servidores e *storage* do *Datacenter* da PGJ;
- Participação nas reuniões para confecção do PDTI 2017-2021;
- Participação no Treinamento da Ferramenta GIS-OI avançado; e
- Suporte a chamados dos usuários da PGJ e remotamente nas promotorias do interior e capital.

Seção de Manutenção e Controle de Equipamentos e Seção de Atendimento e Suporte ao Usuário

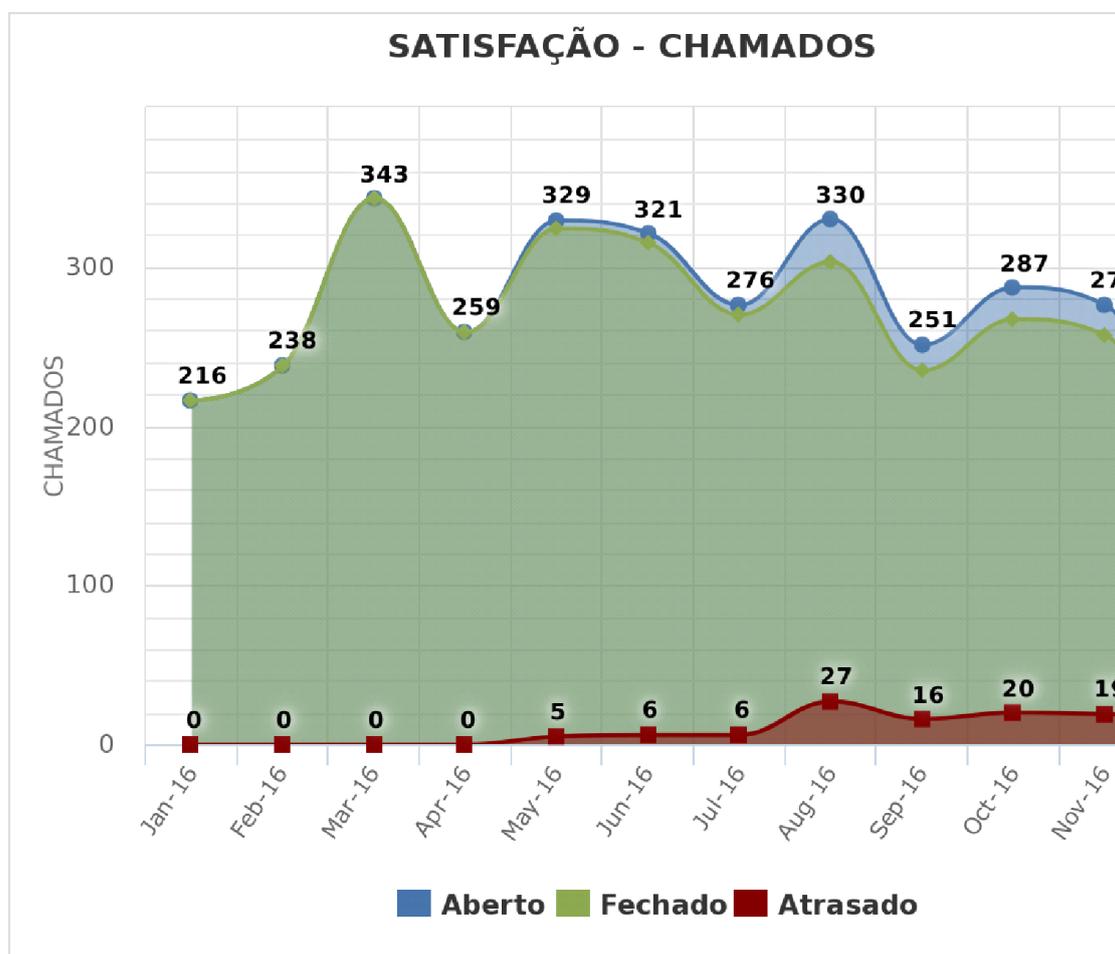
Tabela 86: Equipamentos que se encontram em Estoque e Aquisições

Equipamentos	Distribuídos	Estoque
Scanner	17	41
Impressora de Crachá	2	0
Impressoras Laser	93	4
Impressora Térmica de Etiqueta	26	65
Impressora Xerox ColorQube 8880	6	2
Plotter	0	0
Monitor LG	1	19
Computadores DELL com monitor	48	0
Nobreaks	0	0
Estabilizadores	63	0
Switch 8 portas	0	0
Switch 24 portas	8	0

Switch 26 portas	1	0
Switch 50 portas	12	0
Access Point (Roteador Wireless)	25	0
Leitor Biométrico	51	38
Unidade de Fita Magnética (Backup)	0	100
Data Show	20	8
Leitora de Código de barra	0	50
Token	400	0
Leitora de Smartcard	40	960

Fonte: CMTI/PGJ, 2016.

Gráfico 18 – Atendimento a usuários em 01/01/2016 até 31/12/2016



Fonte: CMTI/PGJ, 2016.

Atividades da equipe de suporte técnico do SIMP – Sistema Integrado do Ministério Público:

- Cadastro de usuários e permissões de acesso ao SIMP;
- Criação de locais solicitados (comarcas, delegacias, departamentos, departamentos externos, órgãos externos, varas, juizados, turmas recursais, zonas eleitorais);
- Criação de contadores de distribuição;
- Configuração/Vinculação de áreas, classes e assuntos a contadores de distribuição conforme atribuições;
- Configuração do ambiente de cadastro e usuários da Assessoria Técnica da PGJ/MA.

Atividades da equipe de suporte técnico ao PJe – Processo Judicial Eletrônico:

- Configuração remota para acesso ao PJe realizada nos computadores das unidades ministeriais nas comarcas onde o sistema foi implantado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão;
- Visitas técnicas para configuração dos computadores nas Promotorias de Justiça de: Itapecuru-Mirim, Timon, Vitorino Freire, Barra do Corda, Grajaú, Codó, Coroatá, Açailândia, João Lisboa;
- Configuração realizada nas Promotorias de Justiça de Imperatriz e Balsas, pelos técnicos ministeriais em informática, lotados nas referidas unidades ministeriais.

Demais atividades de suporte, manutenção e controle:

- Configuração de dispositivos móveis (smartphones, tablets, etc.), institucionais e/ou particulares de membros e servidores, para acesso à rede sem fio na sede e/ou Promotorias;
- Configuração de dispositivos móveis (smartphones, tablets, etc.), institucionais e/ou particulares de membros e servidores, para acesso à conta de e-mail institucional;

- Busca por consultas técnicas acerca de configurações de equipamentos, softwares e ferramentas de Tecnologia da Informação, por membros e servidores, para uso institucional, mas também, para aquisição particular;
- Consulta técnica, informalmente solicitada, por servidor da Assessoria Técnica para avaliar especificações de computadores de um processo de licitação de uma prefeitura em análise de lisura do processo licitatório. (1ª e única vez, até o momento);
- Repetidas solicitações de auxílio na confecção e impressão de crachás, atividade atribuída à CGP, sendo que o treinamento para operação do software e da impressora fora repetido inúmeras vezes ao servidor responsável pelo exercício de tal atividade;
- Realização da troca de suprimentos das impressoras de crachá, sempre que necessário, apesar de ser procedimento simples e demonstrado todas as vezes quando realizado por técnico da CMTI;
- Mudança de Sede PGJ (Maio/2016): Montagem dos equipamentos de TI (computadores, impressoras, scanners, etc.); Mapeamento dos pontos de rede para ativação durante a mudança; Atualização e reconfiguração dos sistemas e softwares homologados para uso na PGJ, em decorrência da mudança de sede; Reconfiguração das pastas compartilhadas;
- Viagem de suporte à Promotoria de Justiça de Imperatriz (28/11 a 07/12/2016): Montagem dos equipamentos de TI (computadores, impressoras, scanners, etc.); Mapeamento dos pontos de rede para reativação; Atualização e reconfiguração dos sistemas e softwares homologados para uso na Promotoria;
- Confecção e impressão de carteiras para membros (atribuição delegada à CGP, cujo procedimento é executado, atualmente, pelo GAECO).

Atividades de Capacitação:

- **Capacitação em tecnologias avançadas em desenvolvimento**

Android - Vagas providas e designadas pela Diretoria-Geral da PGJ/MA. Capacitação realizada em conjunto com as demais coordenadorias e a Administração do MPMA. Servidores que participaram da capacitação.

- **Capacitação em ambiente Moodle: Plataforma de ensino a**

distância - Vagas providas e designadas pela Escola Superior do Ministério Público para capacitação no uso da ferramenta de ensino a distância Moodle. Capacitação realizada em conjunto com as demais coordenadorias e a Administração do MPMA. Servidores da CMTI que participaram da capacitação.

- **Capacitação em Product Owner** - Vagas providas e designadas

pela Escola Superior do Ministério Público para capacitação no uso da ferramenta de ensino a distância Moodle. Capacitação realizada em conjunto com as demais coordenadorias e a Administração do MPMA. Servidores da CMTI que participaram da capacitação.

SEGURANÇA INSTITUCIONAL

COORDENADORIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS E INTELIGÊNCIA

A **Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência** realiza atividades de inteligência e contra inteligência, como coleta e busca de dados, a fim de produzir um conhecimento para assessorar o Procurador-Geral de Justiça, bem como de proteção do conhecimento e das estruturas que formam o Ministério Público do Estado do Maranhão.

Dada a sensibilidade das informações tratadas nesta Coordenadoria, na qual os documentos recebem grau de sigilo reservado, atendendo disposições da Doutrina Nacional de Inteligência e da Lei de Acesso a Informação, além de atos internos referentes a matéria, **as informações acerca das atividades desenvolvidas terão caráter meramente quantitativo**, vez que há de se preservar, inclusive, as informações compartilhadas com outras agências de inteligência.

De igual modo, integra a CAEI, a Seção de Segurança Institucional, que desenvolve suas atividades conforme descrito abaixo:

Registre-se que essa Coordenadora integra o Gabinete de Gestão Integrada –GGI, presidido pelo Governador do Estado e de subcomitês de inteligência.

SEÇÃO DE INTELIGÊNCIA E CONTRA INTELIGÊNCIA

Tabela 87: Atividades de Inteligência de Contra Inteligência

ATIVIDADES	QUANTITATIVO
Relatórios de Inteligência Produzidos	20
Relatórios de Missão	12
Levantamentos	194
Operações	06
Ordens de Missão	23

Fonte: CAEI/PGJ, 2016.

SEÇÃO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

A Seção de Segurança Institucional, setor subordinado à Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência, é responsável pelas ações de segurança institucional do Ministério

Público do Maranhão por meio do planejamento, coordenação e avaliação das atividades voltadas para a proteção dos recursos humanos, das instalações, dos materiais e da informação no âmbito ministerial.

Durante o ano de 2016, este setor realizou as seguintes atividades:

- Atendimento aos pedidos de apoio de segurança aos Promotores de Justiça do Núcleo de Execução Penal, para a realização de visitas e inspeções em estabelecimentos prisionais;
- Análises de Risco em prédios das Promotorias de Justiça e em residências de Promotores de Justiça (situações especiais de proteção pessoal);
- Atendimento aos pedidos de apoio de segurança ao Promotor de Justiça e equipe da 37ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís / Infância e Juventude, para a realização de visitas e inspeções das Unidades de Internação de Adolescentes;
- Levantamentos preliminares dos locais e condições de segurança para instalação e funcionamento da Promotoria de Justiça Itinerante, nos bairros Aurora e Vila Embratel;
- Segurança durante as Audiências de Instalação da Promotoria de Justiça Itinerante, nos bairros: Aurora e Vila Embratel;

- Apoio de segurança ao Promotor e Equipe de Servidores da 1ª Promotoria de Justiça Comunitária Itinerante, durante o funcionamento e atendimentos à comunidade;
- Segurança aproximada e escolta de Promotores de Justiça em situação especial (Ato Regulamentar nº18/2016);
- Apoio de segurança das Assistentes Sociais do Núcleo de Serviço Psicossocial das Promotorias de Justiça da Capital, durante visitas técnicas em estabelecimentos prisionais;
- Apoio de segurança ao Promotor de Justiça de Anajatuba-MA, durante a realização de audiência pública, conforme necessidade exposta no PA 12611AD/2015;
- Segurança aproximada e escolta do Corregedor Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público, conforme necessidade no memorando nº180/2016-SECINT;
- Reforço de segurança do Núcleo de Execução Penal, durante oitivas de presos referentes a processo de investigação criminal da 32ª Promotoria de Justiça Criminal e 2ª Promotoria de Execução Penal;
- Reforço de segurança na Escola Superior do Ministério Público, durante a realização de cursos e durante o expediente funcional;
- Reforço da Segurança Institucional das Promotorias de Justiça de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa,

em razão dos acontecimentos divulgados nos meios de comunicação, envolvendo ataques de fações criminosas contra a sociedade;

- Apoio de Segurança Institucional e escolta ao Promotor de Justiça da comarca de Pio XII-MA;
- Segurança do Promotor de Justiça Paulo Avelar durante realização de Eleição Federação, no Bairro Caratatiua;
- Apoio de Segurança Institucional e escolta ao Promotor de Justiça de São Domingos do Maranhão, conforme PI 0247/2016;
- Reforço da Segurança Institucional do Plantão Ministerial, no período eleitoral;
- Apoio de Segurança Institucional e escolta à Promotora de Justiça de Governador Nunes Freire-MA, no período eleitoral;
- Apoio de Segurança Institucional e escolta ao Promotor de Justiça de Viana-MA, no período eleitoral;
- Apoio de Segurança Institucional e escolta ao Promotor de Justiça de Viana-MA, no período eleitoral;
- Apoio de Segurança Institucional e escolta ao Promotor de Justiça de Cândido Mendes-MA, no período eleitoral;

- Apoio de Segurança Institucional e escolta à Promotora de Justiça de Dom Pedro-MA, no período eleitoral;
- Apoio de Segurança Institucional e escolta ao Promotor de Justiça de Arame-MA, no período eleitoral;
- Apoio de Segurança Institucional e escolta ao Promotor de Justiça de Buriticupu-MA, no período eleitoral;
- Apoio de Segurança Institucional e escolta ao Promotor de Justiça de Barra do Corda-MA, no período eleitoral;
- Apoio de Segurança Institucional e escolta aos Promotores de Justiça de São José de Ribamar-MA, no período eleitoral;
- Apoio de Segurança Institucional e escolta às Promotoras de Justiça de Paço do Lumiar-MA, no período eleitoral;
- Apoio de segurança ao Servidor Executor de Mandados da 38ª PJESP, durante entrega de notificação em área rural no município de Raposa - MA, conforme PI nº 0312/2016 e ofício nº 297/2016-38ª PJESP;
- Segurança aproximada aos Promotores de Justiça Eleitorais, durante as eleições municipais na capital;
- Apoio de Segurança Institucional e escolta da Promotora de Justiça de São José de Ribamar, durante inspeções ao 19º DP-Jardim Tropical, conforme ofício 573/2016DP J/SJR,

Ofício nº 185/2016DP J/SJR, PI 0319/2016;

- Segurança durante aplicação do Processo Seletivo de Estagiários do Ministério Público do Estado do Maranhão;

Ao todo, foram **cumpridas 146 (cento e quarenta e seis) Ordens de Missões**, conforme atividades supracitadas.

Além dessas atividades, a Seção de Segurança Institucional também participou dos seguintes eventos:

- Reuniões do Gabinete Integrado de Segurança, durante a realização das eleições municipais de 2016, no Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão;
- Reunião do Comitê de Segurança Institucional do Conselho Nacional do Ministério Público, em Brasília-DF, destinada à implementação de medidas de segurança institucional no âmbito do Ministério Público brasileiro;

Capacitação de membros e servidores na área de Segurança Institucional, destacando-se a participação nos seguintes eventos:

- Curso básico de Segurança Institucional para Membros e servidores recém-ingressos no Ministério Público do Maranhão;
- Curso básico de Tiro Prático oferecido pelo Comando da PMMA para Membros do MPMA;
- Palestras com orientações de Segurança Institucional em

Promotorias de Justiça no interior do Estado, a exemplo de Carutapera-MA, São José de Ribamar, Governador Nunes Freire, Santa Luzia do Tide e Timon.

Melhorias nos recursos disponíveis para a Segurança Institucional, entre as quais se destaca:

- A implementação do Sistema de Identificação e Combate a Incêndio, bem como o de Controle de Acesso na nova sede da Procuradoria-Geral de Justiça;
- Aquisição de detectores de metais portáteis para as unidades ministeriais que já possuem profissionais de segurança;
- Contratação de serviços de aluguel de rádios transceptores para melhoria e eficiência da comunicação nas operações e serviços de segurança institucional;
- Nova contratação de empresa de vigilância armada para unidades ministeriais na capital;
- Aumento no efetivo de Policiais Militares do Gabinete de Segurança Institucional, sendo incorporados 02 (dois) Policiais Militares no referido setor;
- Realização de estudos para a contratação de empresa para fornecimento de coletes balísticos (em fase de elaboração de termo de referência);
- Foi desenvolvido um software para atendimento de demandas

relativas à manutenção e reparos do sistema de CFTV, com registro de 61 chamados técnicos em 2016 para as Promotorias de Justiça contempladas com o sistema.

- Realização de estudos para a contratação de empresa visando a manutenção e reposição de material de CFTV e ALARME (em fase de elaboração de termo de referência);
- Realização de pesquisas e aquisição de propostas para aquisição de veículos blindados (tramitando processo administrativo);
- Melhorias na legislação relativa à Segurança Institucional, com a elaboração de propostas de regulamentação da Segurança Aproximada para membros e Servidores em situação de ameaças, de normas de controle de acesso aos prédios do MPMA e Portaria acerca da Comissão Permanente de Segurança Institucional do MPMA.

**ATOS NORMATIVOS DO MP:
(JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016)**

LEIS

LEI Nº 10.539, de 14 de dezembro de 2016 – Cria cargos do quadro de apoio técnico-administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão, alterando a Lei Estadual nº 8.077/2004, e dá outras providências.

RESOLUÇÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 34/2016-CPMP (DJE 10/03/2016) - Altera a Resolução nº 02/97-CPMP e revoga a Resolução nº 11/2010-CPMP, incluindo na estrutura do CAOPCrim, três núcleos, sendo um de Execução Penal, outro do Júri e do Controle Externo da Atividade Policial.

RESOLUÇÃO Nº 35/2016-CPMP (DJE 05/04/2016) - Dispõe

sobre as normas a serem adotadas na eleição destinada a compor a lista tríplice, com vista à escolha do Procurador-Geral de Justiça para o biênio 2016/2018

RESOLUÇÃO Nº 36/2016 (DJE 05/04/2016)- Altera a redação dos incisos III, IV, V e VII do artigo 2º da Resolução nº 17/2011, que regulamenta a remoção por permuta nos casos que especifica.

RESOLUÇÃO Nº 37/2016-CPMP (DJE14/12/2016) - Dispõe sobre a organização do Ministério Público Estadual de segundo grau, a distribuição das atribuições aos seus órgãos de execução, define critérios para as substituições dos Procuradores de Justiça, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 38/2016-CPMP (DJE 29/12/2016) - Redefine a divisão de atribuições dos órgãos de execução na comarca de Timon, com a transformação das 1ª, 2ª e 4ª Promotorias de Justiça Cíveis em Promotorias de Justiça Especializadas.

RESOLUÇÕES DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO Nº 07/2016-CSMP (DJE 18/08/2016) -Altera a ementa e o art. 1º da Resolução nº 02/2013-CSMP, de 18 de janeiro de 2013.

RESOLUÇÃO Nº 08/2016-CSMP (DJE 31/10/2016) - Aprovar por unanimidade o enunciado n.º 09 - CSMP, referente aos autos n.º 437CS/2016, com a seguinte redação: "Não se aplica o art.9º-A da Resolução CNMP n.º 23, de 17/09/2007, acrescido pela Resolução CNMP n.º 126, de 29/07/2015, às Notícias de Fato (art.3º, I, Ato Regulamentar Conjunto n.º 05/2014, DJ 16/12/2014), aos Procedimentos Administrativos; - stricto sensu -; (art.3º, V, do Ato Regulamentar Conjunto n.º 05/2014 ou a atos administrativos executórios, de caráter preparatório (art.27, V, da LC 13/91)

RESOLUÇÃO Nº 09/2016-CSMP (DJE 31/10/2016) - Aprovar por unanimidade o enunciado n.º 10 - CSMP, referente aos autos n.º 438CS/2016, com a seguinte redação: "as notícias de fato (art.3º, I, Ato Regulamentar Conjunto n.º 05/2014, DJ 16/12/2014), e atos administrativos executórios, de caráter preparatório (art.27, V, da LC 13/91), têm seu arquivamento na forma do art.5º e §§ c/c o § 2º, do art.2º, todos da Resolução n.º 23/2007 - CNMP

RESOLUÇÃO Nº 10/2016-CSMP (DJE 31/10/2016) - Aprova por unanimidade o enunciado n.º 11 - CSMP, referente aos autos n.º

460CS/2016, com a seguinte redação: "havendo processo judicial que abranja todo o objeto da investigação ministerial cível, descabe pedido de homologação do respectivo arquivamento pelo CSMP, sendo facultativo o envio de cópia ao Colegiado para ciência. "

RESOLUÇÃO Nº 11/2016-CSMP (DJE 31/10/2016) - Aprovar por unanimidade o enunciado n.º 12 - CSMP, referente aos autos n.º 461CS/2016, com a seguinte redação: "O Promotor de Justiça deve promover o arquivamento do PIC, ou outra investigação de matéria exclusivamente criminal na forma do art.28 do CPP, sendo desnecessário o exame pelo CSMP."

ATOS REGULAMENTARES

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 01/2016-GPGJ/CGMP (DJE 01/02/2016) - Altera o Ato Regulamentar Conjunto nº 03/2014-GPGJ/CGMP, que dispõe sobre a regulamentação dos Plantões Ministeriais Cíveis e Criminais no Estado do Maranhão e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 02/2016-GPGJ/CGMP (DJE 16/12/2016) - Estabelece a execução prioritária de Mandados expedidos em processos disciplinares, sindicâncias e processos administrativos disciplinares conduzidos no âmbito do Ministério Público e dá outras providências

ATO REGULAMENTAR Nº 01/2016 - GPGJ (DJE 15/01/2016) - Relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2016 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 02/2016-GPGJ (DJE 26/02/2016) - Altera o Ato Regulamentar nº 16/2014-GPGJ que instituiu o DigiDoc - Sistema de tramitação virtual de documentos, requisições e processos administrativos no âmbito do Ministério Público do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 03/2016-GPGJ (DJE 10/03/2016) - Dispõe sobre o procedimento para aquisição e utilização de passagens aéreas por membros e servidores do Ministério Público do Estado Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 04 /2016 GPGJ (DJE 10/03/2016) - Institui, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, o Programa de Saúde e Segurança Funcional – PSSF-MPMA, cria a

Comissão de Saúde e Segurança de Trabalho- CSST-MPMA, regulamenta a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes CIPA-MPMA e dá outras providências

ATO REGULAMENTAR Nº 05/2016-GPGJ (DJE 05/04/2016) - Acrescenta o §3º ao art. 2º do Ato Regulamentar nº 11, de 21 de agosto de 2006, que regula a distribuição dos feitos judiciais e extrajudiciais no âmbito do Ministério Público, nos termos do art. 129, §5º da Constituição Federal e dos arts.27, §5º c/c 23, §2º da Lei Complementar Estadual nº 013/91.

ATO REGULAMENTAR Nº 06/2016-GPGJ (DJE 20/05/2016) - Altera o Ato Regulamentar nº 01/2016, para acrescentar a alínea c ao artigo 3º, em que relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2016 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 07/2016-GPGJ (DJE 08/06/2016) - Estabelece as normas gerais para gerenciamento de acesso, circulação e permanência de pessoas nas dependências dos edifícios-sede do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 08/2016-GPGJ (DJE 23/06/2016) - Altera o Ato Regulamentar nº 01/2016, para transferir o feriado previsto na alínea "j" do artigo 1º, que relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2016.

ATO REGULAMENTAR Nº 09/2016-GPGJ (DJE 05/07/2016) - Dispõe sobre a publicação das decisões prolatadas nos conflitos de atribuição de que trata o art. 8º, inciso XII, da LC 13/91 e dá outras providências

ATO REGULAMENTAR Nº 12/2016-GPGJ (DJE 31/08/2016) - Disciplina a eleição destinada ao preenchimento da função de Diretor das Promotorias de Justiça da Capital - anuênio 2016/2017

ATO REGULAMENTAR Nº 13/2016-GPGJ (DJE 01/09/2016) - Altera o Anexo II do Ato Regulamentar nº 06/2014-GPGJ, que trata da lotação dos cargos do quadro de pessoal de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público Estadual, para incluir as Promotorias de Justiça de Joselândia e de São Pedro da Água Branca.

ATO REGULAMENTAR Nº 14/2016-GPGJ (DJE 19/09/2016) -

Altera o Ato Regulamentar nº 01/2016 (veja a versão compilada) para acrescentar a alínea "C" ao artigo 3º, que relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2016 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 15/2016-GPGJ (DJE 26/09/2016) - Dispõe sobre o controle e o fluxo de processos, procedimentos ou documentos sigilosos no Ministério Público do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 16/2016-GPGJ (DJE 30/09/2016) - Disciplina a eleição destinada ao preenchimento da função de diretor das Promotorias de Justiça da Comarca de Imperatriz/MA, anuênio 2016-2017.

ATO REGULAMENTAR Nº 17/2016-GPGJ (DJE 16/12/2016) - Altera o Ato Regulamentar nº 18/2012-GPGJ, que dispõe sobre o controle de registro e controle biométrico de freqüenciados servidores do Ministério Público do Maranhão

ATO REGULAMENTAR Nº 18/2016-GPGJ (DJE 19/12/2016) - Estabelece os procedimentos de segurança aproximada dos membros e servidores do Ministério Público do Maranhão

ATO REGULAMENTAR Nº 19/2016-GPGJ (DJE 21/11/2016) - CRIA O PRÊMIO DE JORNALISMO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO.

ATO REGULAMENTAR Nº 20/2016-GPGJ (DJE 19/12/2016) - Retifica o Ato Regulamentar nº 13/2006 que altera o Anexo II do Ato Regulamentar nº 06/2014 - GPGJ, que trata da lotação dos cargos do quadro de pessoal de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público Estadual, para incluir as Promotorias de Justiça de Joselândia e de São Pedro da Água Branca

ATO REGULAMENTAR Nº 21/2016-GPGJ (DJE 18/11/2016) - Altera a redação do artigo 16 do Ato Regulamentar nº 001, de 07 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Regimento Interno da Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 22/2016-GPGJ (DJE 06/12/2016) - Altera o Ato Regulamentar nº 02/2015 incluindo os irmãos dos servidores do Ministério Público no rol de pessoas da família a ensejar a concessão de licença por motivo de doença.

ATO REGULAMENTAR Nº 23/2016-GPGJ (DJE 13/12/2016) - Estabelece o valor do auxílio-alimentação dos servidores efetivos e comissionados, bem como dos policiais militares e dos servidores colocados à disposição do Ministério Público do Estado do Maranhão, em efetivo exercício.

ATOS

ATO CONJUNTO Nº 02/2016-GPGJ/CGMP (DJE 15/02/2016) - Dispõe sobre a regulamentação e a metodologia da inteligência de sinais a ser utilizada no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO Nº 294-GPGJ (DJE 15/07/2016) - Delega aos Procuradores de Justiça, com atuação nas Câmaras Isoladas Criminais, as atribuições expressas no inciso VII do art. 29 da Lei Complementar nº 13, de 25 de outubro de 1991, c/c o inciso III do art.81 da Constituição Estadual, quanto à atuação do Procurador-Geral de Justiça nas ações contra prefeitos por crimes comuns.

ATO Nº 348/2016-GPGJ (DJE 19/10/2016) - Dispõe sobre o programa de remodelação dos serviços dos Centros de Apoio Operacional e dá outras providências

ATO 373/2016-GPGJ (DJE 02/09/2016) - Divulga a Tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do Quadro Geral de Pessoal Civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não estáveis e de cargos vagos.

ATO 388/2016-GPGJ (DJE 16/09/2016) - Institui a campanha institucional A CIDADE NÃO PODE PARAR: CAMPANHA PELA TRANSPARÊNCIA NA TRANSIÇÃO MUNICIPAL

ATO Nº 402/2016-GPGJ (DJE 29/09/2016) - Institui o Programa de Gestão Ambiental Sustentável e a Comissão de Gestão Ambiental do ministério Público do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

ATO Nº 403/2016-GPGJ (DJE 29/09/2016) - Institui o Programa de Gestão Ambiental Sustentável e a Comissão de Gestão Ambiental do Ministério Público do Estado do maranhão, e dá outras providências.

ATO Nº 415/2016-GPGJ (DJE 30/09/2016) - Fixa o valor da bolsa de Estágio.

ATO Nº 432/2016-GPGJ (DJE 27/10/2016) - Institui a Comissão, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, voltada ao estudo e implementação de programas e ações de prevenção e enfrentamento à corrupção no Estado do Maranhão.

ATO Nº 480/2016-GPGJ (DJE 07/12/2016) - Altera o Ato nº 432/2016 - GPGJ que institui a Comissão, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, voltada ao estudo e implementação de programas e ações de prevenção e enfrentamento à corrupção no Estado do Maranhão.

ATO Nº 481/2016-GPGJ (DJE 07/12/2016) - Dispõe sobre o Recesso Natalino para 2016.

ATO Nº 495/2016-GPGJ (DJE 28/12/2016) - Institui o programa institucional MINISTÉRIO PÚBLICO CONTRA A CORRUPÇÃO E A SONEGAÇÃO FISCAL e dá outras providências

ATO Nº 496/2016-GPGJ (DJE 11/01/2017) - Cria, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, o Grupo Especializado da Probidade Administrativa e Combate à Corrupção (GAEProAD) e os Núcleos Regionais de Atuação Especializada da Probidade Administrativa e Combate à Corrupção (NAEPACs).

ATO Nº 509/2016-GPGJ (DJE 12/01/2017) - Determina a inclusão de mensagem no rodapé de documentos do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências, no ano de 2017.

ORDENS DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 01/2016-GPGJ (Sem Publicação no DJE) – Fixa prazo para que membros do Ministério Público do Estado do Maranhão apresentem Declaração de Rendimentos e de Bens, relativa ao exercício financeiro de 2016.

ORDEM SERVIÇO Nº 01/2016-CGMP (Sem publicação no DJE) – Determina a redistribuição dos processos administrativos no CGMP.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002/2016-CGMP (Sem publicação no DJE) - Sistematiza e ordena critérios para o planejamento Anual de correções e de Inspeções das unidades ministeriais, Promotorias e Procuradorias de Justiça, determina a forma e o procedimento de

processamento de fatos disciplinares detectados no curso desses expedientes de avaliação periódico dos serviços e do exercício de atribuições funcionais cometidos aos cargos de órgãos de execução.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 03/2016-CGMP (DJE 05/07/2016) – Dispõe sobre o acompanhamento de visita mensal aos estabelecimentos penais do sistema carcerário de que trata a Resolução nº56/2010 – CNMP, alterada pela Resolução nº 120, de 24 de fevereiro de 2015.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 04/2016-CGMP (DJE 05/07/2016) – Dispõe sobre o acompanhamento de visita mensal aos Organismos Policiais (Delegacias de Polícia e estabelecimentos Policiais Militares) de que trata a Resolução nº 20/2007-CNMP, alterada pelas Resoluções nº 65/2011, 98/2013, 113/2014 e 121/2015-CNMP.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 05/2016-CGMP (DJE 05/07/2016) - Dispõe sobre o acompanhamento de visita e fiscalização em unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade pelos membros do ministério Público e sobre a situação a situação dos adolescentes que se encontrem privados de liberdade em cadeias públicas, de que trata a Resolução nº 67/2011 - CNMP.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 001/2016-DG (Sem publicação no DJE) –Estabelece o fluxograma de tramitação de documentos de Inteligência no GAECO.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002/2016-DG (Sem publicação no DJE) – Estabelece o fluxograma de tramitação de processo administrativo referente a relatórios do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 003/2016-DG (Sem publicação no DJE) – Disciplina a logística de mudança para a nova sede da Procuradoria Geral de Justiça.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 004/2016-DG (Sem publicação no DJE) – Disciplina o uso do estacionamento da nova sede da Procuradoria Geral de Justiça.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 005/2016-DG (Sem publicação no DJE) – Dispõe sobre as comunicações emergenciais relativas à segurança institucional.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 006/2016-DG (Sem publicação no DJE) – Dispõe sobre o uso dos auditórios, salas de reunião e sala

de videoconferência do prédio sede da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 007/2016-DG (Sem publicação no DJE) – Veda a comercialização de alimentos nas dependências internas da Procuradoria Geral de Justiça, exceto por pessoas e estabelecimentos previamente autorizados pela Administração Superior, sendo permitida a entrega de volumes contendo alimentos na recepção do térreo.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 008/2016-DG (Sem publicação no DJE) – Regulamenta a assistência realizada pela Seção de Saúde Funcional da PGJ.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 009/2016-DG (Sem publicação no DJE) –Veda a instalação de equipamentos nas tomadas vermelhas no prédio sede sem a anuência da CMTI

ORDEM DE SERVIÇO Nº 10/2016-DG (Sem publicação no DJE) – Altera a Ordem de Serviço nº 004/2016-DG, que disciplina o uso do estacionamento da nova sede da Procuradoria Geral de Justiça.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 11/2016-DG (Sem publicação no DJE) – Disciplina a logística de mudança para a nova sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Imperatriz

PROVIMENTOS

PROVIMENTO Nº 01/2016-CGMP (DJE 29/03/2016) – Dispõe sobre o acompanhamento e a avaliação do estágio probatório dos membros do Ministério Público, para o fim de vitaliciamento, pela Corregedoria Geral do Ministério Público Estadual.

PROVIMENTO Nº 02/2016-CGMP (Sem Publicação no DJE) - [Estabelece diretrizes e instruções a respeito do Processo Disciplinar, da classificação e do tratamento de informações com restrição de acesso e dá outras providências.](#)

PROVIMENTO Nº 03/2016-CGMP (DJE 30/09/2016) -Institui método de acompanhamento qualitativo da atuação dos Promotores de Justiça Vitaliciandos no plenário do Júri e dá outras providências.